

# SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 23

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

## SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 23, agosto 2020

**Diretora:** Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [afferreira@fcsch.unl.pt](mailto:afferreira@fcsch.unl.pt))

**Diretoras Adjuntas:** Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [dalilacerejo@fcsch.unl.pt](mailto:dalilacerejo@fcsch.unl.pt)) e Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL; [joana.azevedo@iscte-iul.pt](mailto:joana.azevedo@iscte-iul.pt))

**Conselho de Redação:** João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lúgia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho); Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) e Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL)

**Conselho Editorial:** Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Department of Sociology da Hong Kong Baptist University, Hong Kong); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luisa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

**Assistente Editorial:** Brenda Silva

**Propriedade do Título:** Associação Portuguesa de Sociologia

**NIPC:** 501990704

**Estatuto Editorial:** A *SOCIOLOGIA ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, italiano, francês e inglês.

Os artigos enviados para publicação são sujeitos a uma avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato.

A publicação na revista *SOCIOLOGIA ON LINE* pauta-se por critérios de pertinência e qualidade científica.

A equipa editorial da *SOCIOLOGIA ON LINE* compromete-se a cumprir a Lei de Imprensa e orientar o seu trabalho pelos princípios deontológicos e da ética plasmados no Código de Conduta e Normas de Boas Práticas para Editores de Revistas do Comité sobre Ética na Publicação - COPE (disponível em <https://publicationethics.org/files/Code%20of%20Conduct.pdf>).

**Edição:** Associação Portuguesa de Sociologia

**Normas para os Autores:** Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

**Indexação:** Está indexada na Latindex, ERIH PLUS, DRJI e OAJI, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO, SciELO Portugal e The Publication Forum (Finlândia).

**Contactos:** Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

**Conceção Gráfica e Composição:** Lina Cardoso

**Capa:** Isabel Rebelo

**Web Design:** Factis

**Revista de Acesso Livre:** <http://revista.aps.pt>

**ISSN:** 1647-3337

**Nº de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social:** 125823

## SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 23 August 2020

**Editor:** Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [afferreira@fcs.unl.pt](mailto:afferreira@fcs.unl.pt))

**Associate Editors:** Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [dalilacerejo@fcs.unl.pt](mailto:dalilacerejo@fcs.unl.pt)) and Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL; [joana.azevedo@iscte-iul.pt](mailto:joana.azevedo@iscte-iul.pt))

**Board Members:** João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho); Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) and Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL)

**Advisory Editors:** Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Department of Sociology da Hong Kong Baptist University, Hong Kong); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

**Editorial Assistant:** Brenda Silva

**Copyright:** Associação Portuguesa de Sociologia

**NIPC:** 501990704

**Editorial Policy:** SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish, French or Italian.

SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts.

Publication in SOCIOLOGIA *ON LINE* is based on relevance and scientific quality.

The editorial team commits to comply with the Portuguese Press Law and to follow the deontological principles and ethics inscribed in the Code of Conduct and Best Practice for Journal Editors of the Committee on Publication Ethics - COPE (available at <https://publicationethics.org/files/Code%20of%20Conduct.pdf>)

**Publisher:** Associação Portuguesa de Sociologia

**Submission Guidelines:** Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

**Abstracting and Indexing:** Is indexed in Latindex, ERIH PLUS, DRJI and OAJI, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO, SciELO Portugal and The Publication Forum (Finland).

**Contact:** Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: [sociologiaonline@aps.pt](mailto:sociologiaonline@aps.pt)

**Design and Typeset:** Lina Cardoso

**Cover:** Isabel Rebelo

**Web Design:** Factis

**Open access journal available at:** <http://revista.aps.pt>

**ISSN:** 1647-3337

**Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social:** 125823



## ÍNDICE

### Artigos

O ensino da teoria sociológica .....	11
<i>Rui Pena Pires</i>	
Ética e deontologia no exercício da sociologia. Novos desafios .....	31
<i>Maria Manuel Vieira, Ana Matias Diogo e Ana Paula Marques</i>	
Fahrenheit 451 ou “a new café”? Velhas e novas questões sobre participação política .....	51
<i>Maria João Simões, Antónia do Carmo Barriga, Nuno Amaral Jerónimo e Fábio Rafael Augusto</i>	
Impactos da captologia. Problemáticas, desafios e algumas consequências do “dar vistas” ao ecrã em rede.....	74
<i>Pedro Rodrigues Costa</i>	
Agrocombustíveis e agricultura familiar no Brasil. Conflitos e contradições no alcance da meta social do programa do biodiesel do Piauí .....	95
<i>Maria Elza Soares da Silva</i>	

### Entrevista

Bicicletas, comunicação social e democracia nas cidades. Entrevista a Renata Falzoni .....	117
<i>Henrique Chaves, Bruna França de Pontes e Maria Cardoso Runkel</i>	

<b>Normas para autores</b> .....	135
----------------------------------	-----

## CONTENTS

### Articles

Teaching sociological theory .....	11
<i>Rui Pena Pires</i>	
Ethics and deontology in the exercise of sociology. New challenges .....	31
<i>Maria Manuel Vieira, Ana Matias Diogo and Ana Paula Marques</i>	
Fahrenheit 451 or a “new café”? Old and new issues on political participation.....	51
<i>Maria João Simões, Antónia do Carmo Barriga, Nuno Amaral Jerónimo and Fábio Rafael Augusto</i>	
Impacts of captology. Problems, challenges and some consequences of “viewing” the network screen .....	74
<i>Pedro Rodrigues Costa</i>	
Agrofuels and family farming in Brazil. Conflicts and contradictions in reaching the social goal of Piauí biodiesel program .....	95
<i>Maria Elza Soares da Silva</i>	

### Interview

Bicycles, media and democracy in the city. Interview with Renata Falzoni .....	117
<i>Henrique Chaves, Bruna França de Pontes and Maria Cardoso Runkel</i>	

<b>Submission guidelines</b> .....	137
------------------------------------	-----



ARTIGOS  
ARTICLES



# O ENSINO DA TEORIA SOCIOLOGICA

## TEACHING SOCIOLOGICAL THEORY

*Rui Pena Pires*

Departamento de Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa  
& Centro de Investigação de Estudos de Sociologia CIES-Iscte, 1649-026 Lisboa, Portugal.  
Email: rpenapires@gmail.com

**Resumo:** O ensino da teoria sociológica assemelha-se ao ensino de um cânone. Retomando debates antigos lançados por Merton, argumenta-se neste artigo em favor do abandono da forma canónica de ensino da teoria sociológica e propõe-se a sua substituição pela criação de três disciplinas sobre a “sistemática atual” da teoria sociológica: uma disciplina de microsociologia, outra de macrosociologia e uma terceira de mesosociologia. Por fim, argumenta-se que o estudo dos clássicos, fundadores e contemporâneos, deve fazer-se nos níveis pós-graduados de mestrado e doutoramento, depois do estudo da sistemática da teoria na licenciatura. É ainda apresentada uma proposta preliminar sobre possíveis linhas programáticas gerais das cadeiras de micro, macro e meso sociologia.

**Palavras-chave:** teorias sociológicas, ensino da sociologia.

**Abstract:** The teaching of sociological theory resembles the teaching of a canon. Resuming old debates launched by Merton, this paper argues for abandoning the canonical form of the teaching of sociological theory and proposes its replacement by the creation of three courses on the “current systematics” of sociological theory: a course on microsociology, another on macrosociology and a third on mesosociology. Finally, it is argued that the sociological classics, founders and contemporaries, should be studied at postgraduate masters and doctoral levels, after going over the systematics of sociological theory in undergraduate studies. It is also presented a preliminary proposal of the main themes for the syllabus of the micro, macro and meso sociology courses.

**Keywords:** sociological theory, teaching sociology.

Como ensinar teoria sociológica? A pergunta tem uma história já longa na sociologia e interpela, ou devia interpelar, quem tem a obrigação de conceber, desenhar e aplicar programas de cadeiras com aquele objetivo, bem como planos de estudo de cursos nesta área. No Iscte, foi objeto de um simpósio organizado e participado por professores e estudantes no ano letivo 2017/18.<sup>1</sup> Este texto começou a ganhar forma enquanto comunicação apresentada naquele simpósio e beneficiou dos debates então ocorridos. Na altura, como agora, é meu convencimento que predomina um modo errado e contraproducente de apresentar e ensinar a teoria sociológica, que se reproduz com facilidade por falta de questionamento fundamentado.<sup>2</sup> Apresentam-se, a seguir, alguns argumentos para esse questionamento e uma proposta alternativa que pode ser resumida com a expressão mertoniana “substituir o ensino da história da teoria pelo ensino da sua sistemática atual”.

## História ou sistemática? Crítica da fórmula canónica

O ensino da teoria sociológica, na generalidade das universidades portuguesas como nas europeias ou americanas, é o ensino de um cânone (Parker, 1997, pp. 125-6). Aos alunos são apresentados, em regra por ordem cronológica, os sociólogos que todos os sociólogos devem conhecer e por confronto com os quais serão avaliadas as suas realizações. Também, em regra, essa apresentação tende a ser desdobrada em duas disciplinas: uma sobre os autores clássicos, outra sobre os autores contemporâneos (Abrutyn, 2013, pp. 133-4).

A fixação do cânone é alvo de disputas. Em primeiro lugar, sobre a seleção dos autores a incluir e a excluir. Variável com o tempo e as oscilações reputacionais, a seleção é hoje desafiada pelas pressões para o reconhecimento de uma maior diversidade racial e de género entre os fundadores da disciplina, através, por exemplo, da inclusão entre os clássicos de William Edward Burghardt “W.E.B.” Du Bois ou de Charlotte Perkins Gilman e Harriet Martineau (Abrutyn, 2013; Barbalet, 2013). A busca de maior diversidade prolonga-se ainda com a inclusão, entre os mais longínquos percursos da disciplina, de referências a autores não europeus e não americanos, como, por exemplo, Abdel Rahman Ibn-Khaldun, árabe, nascido em 1332 no que é hoje a Tunísia.<sup>3</sup> No limite, a crítica ao cânone desemboca na proposta de um programa de ensino da teoria sociológica de orientação multicultural (Parker, 1997, p. 137).<sup>4</sup>

Uma segunda disputa no âmbito do cânone tem por objeto a atribuição do estatuto de “clássico”. Há umas décadas, esse estatuto estava reservado ao trio Marx, Durkheim e Weber, eventualmente acompanhados por Spencer, Simmel ou Pareto. Com a explosão do número de autores e correntes a partir dos anos 60 do século XX, foram vários os manuais de referência a propor a extensão do período fundador da disciplina até à II Guerra Mundial para incluir autores como Parsons, Merton e Mead entre os clássicos, redefinindo a fronteira entre estes e os contemporâneos.<sup>5</sup>

Em rigor, trata-se de debates pouco interessantes e provavelmente infundáveis em que, para além do mais, está presente uma confusão entre o ensino da teoria social, o ensino da teoria sociológica e o ensino da sociologia. Mais importante, é o conjunto de pressupostos epistemológicos e pedagógicos implicados na opção pelo ensino das teorias sociológicas como o ensino de um cânone.

Como assinalava Merton já em 1947, aquela opção implica uma confusão entre teoria sociológica e história da sociologia que prejudica os dois programas: porque transforma a história da sociologia numa narrativa simplificada, mesmo caricatural, por um lado, e porque impede a constituição de processos de cumulatividade teórica que ampliem a teoria ao longo do tempo, por outro (Merton, 1968, cap. I). É

conhecida a crítica de Alexander (1987) a esta avaliação de Merton, crítica que se desdobra em dois planos. Num primeiro plano, a crítica tem por objetivo a *explicação* das razões da fusão entre história e teoria no domínio da sociologia. Num segundo plano, a crítica desemboca numa *justificação* da utilidade funcional daquela fusão. Em síntese, Alexander parte de uma explicação, convincente, sobre as razões do que chama “sobre-determinação discursiva” da teoria sociológica, passa por uma controversa argumentação sobre a natureza endêmica dessa sobre-determinação e conclui com a justificação *funcional* da “centralidade dos clássicos” na teoria sociológica.

O passo controverso da argumentação de Alexander consiste, sobretudo, no endosso que faz das teses de Mannheim sobre a “relação simbiótica entre descrição e avaliação” nas ciências sociais (Alexander, 1987, p. 21). Dada a simbiose, os conflitos ideológicos e normativos sobre o que o mundo deve ser tornariam endêmicas as oposições entre escolas teóricas rivais constituídas na base de diferentes pressupostos no plano dos valores. Como já foi objeto de muitos debates, a começar pelas teses weberianas sobre a neutralidade axiológica, há nesta posição uma sequência demasiado linear que, começando com o argumento sobre a impossibilidade de subjetividades castradas de sentido normativo, passa, quase diretamente, para a conclusão de que é impossível, por isso, qualquer tipo de neutralidade axiológica no trabalho científico, ignorando, ou tratando em termos unilaterais, os efeitos das orientações normativas e condições relacionais que definem o papel social do cientista (Merton, 1968, caps. XV e XVIII). Ou seja, oscilando entre um reducionismo individualista, no qual o trabalho científico é tratado como exercício isolado subjetivamente orientado, e um reducionismo coletivista, em que a posição normativa do cientista social está pré-determinada pelo seu posicionamento estrutural. Nestas operações de redução desaparece a análise do trabalho científico, nas ciências sociais como nas ciências naturais, enquanto desempenho regulado de um papel socialmente construído e acionado em contextos situacionais de interação, e desaparecem também os efeitos lógicos autónomos dos textos sociais (neste caso o *ethos* da ciência), cujo estudo viria a constituir, décadas depois do artigo sobre a centralidade dos clássicos, o “programa forte” de Alexander para a sociologia cultural. Ora, se o trabalho científico é o desempenho regulado de um papel socialmente construído, culturalmente ancorado e acionado em contextos situacionais de interação, então a “fusão entre descrição e avaliação” não é uma característica essencial das ciências sociais mas uma possibilidade mais ou menos intensa e alargada do exercício da atividade científica, variável em função dos contextos sociais e culturais em que esse exercício é realizado.

Se Alexander insiste no problema da fusão entre descrição e avaliação para contestar a possibilidade de um programa forte da sociologia científica, nomeadamente

no domínio da cumulatividade do conhecimento, não deixa de fazer referência a outros obstáculos àquele programa, destacados também por autores como Giddens (1989, p. 42): são eles, o problema da autonomia do indivíduo e consequente imprevisibilidade relativa dos atos individuais, por um lado, e os efeitos de dupla hermenêutica no exercício da reflexividade, por outro. Noutro texto (Pires, 2012), argumentei mais extensamente que, também nestes planos, estamos perante dinâmicas variáveis, por oposição a características essenciais da sociologia, concluindo que: (a) “num quadro relacional, isto é social, a imprevisibilidade dos atos individuais deve deixar de ser analisada enquanto atributo geral da ação humana e passar a ser estudada como propriedade variável e probabilística de atos concretos”; e (b) “afirmar que o conhecimento pode mudar o objeto do conhecimento não é o mesmo que afirmar que todo o conhecimento muda o objeto do conhecimento”, pelo que “as relações entre conhecimento e mudança são variáveis e constituem objeto da análise sociológica” (Pires, 2012, pp. 35 e 39).

Trocando as armadilhas do essencialismo pelas virtualidades de uma perspectiva relacional, é possível, como muitos outros autores o têm feito, de Weber a Merton, de Collins a Turner, defender a viabilidade do programa da sociologia científica, com os respetivos corolários no domínio da teoria. E, nesse caso, a apresentação da teoria sociológica enquanto cânone deixará de ser uma característica incontornável da disciplina mas antes o resultado de uma opção predominante, mas controversa, no seu desenvolvimento e ensino.

A referida opção tem raízes antigas, justificadas em grande medida pelas mesmas razões que estão na origem da tese da sobredeterminação discursiva da sociologia. Por exemplo, já em 1928, na introdução a *Contemporary Sociological Theories*, Pitirim Sorokin lamentava a confusão entre teoria sociológica e teoria social e defendia que a teoria sociológica começava onde acabava a filosofia (Sorokin, 1928).<sup>6</sup> A ausência, ainda hoje, da fronteira a que apelava Sorokin tem-se traduzido na manutenção da tendência para reproduzir, no ensino da teoria sociológica, e em particular nos manuais da disciplina, o estilo (também) predominantemente canónico do ensino da filosofia: um discurso organizado como narrativa historicamente sequencial sobre autores e escolas.

Aquele estilo prejudica o desenvolvimento da teoria sociológica, bem como da sociologia em geral, pelas razões já assinaladas há muito quer por Sorokin, quer por Merton. Mas prejudica, antes de mais, no domínio pedagógico, o ensino e aprendizagem da teoria sociológica nos planos motivacional, ético e instrumental.

No plano motivacional, porque retira interesse pelo estudo a boa parte dos alunos recém-chegados à universidade, confrontados, desde as primeiras aulas de *teorias*, com a apresentação dos contributos teórico-filosóficos de uns quantos barbudos,

usando um vocabulário conceptual do século XIX, bem como referências às relações entre a obra desses barbudos e os contextos históricos em que viveram, de que é exemplo paradigmático a discussão sobre as relações entre as revoluções europeias de 1848 e as ideias dos pais fundadores da sociologia (Aron, 1967, pp. 253-281). Neste quadro, das duas uma, ou se transforma o ensino das teorias numa apresentação enciclopédica ligeira e caricatural da história da sociologia, ou se requer aos estudantes uma reflexão *impossível* sobre um domínio epistemológico que tem por objeto um conhecimento alargado das teorias sociológicas que, por definição, eles ainda não possuem.

No plano ético, porque a ligeireza inevitável com que são apresentadas as diferenças entre dezenas de autores e escolas, no tempo necessariamente comprimido de uma disciplina universitária semestral de licenciatura, implica a consolidação de *a priori*s sobre esses autores e escolas, em que o saber crítico se transmuta em julgamento sumário. Esta tendência é ainda reforçada pela variante negativa da fórmula canónica, a saber, a constituição de listas negras de autores que não merecem ser hoje estudados: por exemplo, Marx em escolas mais conservadoras, ou Parsons em escolas que confundem conservadorismo com crítica radical do marxismo. Deveria ser considerada eticamente inaceitável a realização daqueles julgamentos na base da ignorância, bem como a complacência, para dizer o menos, com a atitude de soberba com que se classifica e descarta sumariamente a obra de autores que consagraram a sua vida ao desenvolvimento da sociologia, publicando os resultados do seu trabalho e influenciando gerações de investigadores. Um bom professor de teorias sociológicas deveria começar por destacar, antes de mais, a possibilidade de encontrar contributos válidos e interessantes para o desenvolvimento da sociologia e da teoria sociológica em praticamente todos os textos-chave das diversas escolas do pensamento sociológico. O que, obviamente, não significa perder de vista a necessidade de dar a conhecer as clivagens reais e fundamentais que existem entre as principais escolas rivais no âmbito da teoria sociológica. Demasiado ecletismo, isto é, demasiada conciliação sem critério entre propostas diferentes pode ser, como argumenta Randall Collins, um obstáculo tão grande à cumulatividade no desenvolvimento da teoria sociológica como o fechamento dogmático, pois torna impossível a eliminação das teorias ou categorias teóricas que se revelaram erradas (Collins, 1999, p. 56).

Ou seja, mesmo enquanto apresentação de um cânone, o ensino da teoria sociológica como narrativa histórica do pensamento social, teórico-filosófico, acaba, em boa medida, por ser ineficaz. Porém, é no plano instrumental que mais se fazem sentir os efeitos negativos da opção pedagógica predominante. No final da narrativa estudada, o que é possível aos alunos aprender de relevante *no plano especificamente teórico*? Isto é, que domínios de conceptualização conhecem, que enunciados

proposicionais sabem usar, em síntese, que explicações e modos de explicação aprenderam sobre os diferentes domínios da vida social? Mesmo no plano da relação com os clássicos, que “formulações mais antigas da teoria” aprenderam a utilizar e não apenas a julgar ou a celebrar (Merton, 1968, p. 50)?

*A teoria é para ser usada.* Como argumenta Nicos Mouzelis, a teoria é uma caixa de ferramentas que usamos para construir, aplicar e melhorar explicações sobre o objeto da nossa disciplina, a vida social moderna (Mouzelis, 1995, p. 1). A teoria não é uma representação complexa impossível da complexidade da realidade (social), mas um conjunto de instrumentos conceptuais e proposicionais *simples, abstratos e especializados* que, usados, permitem explicar essa mesma realidade. Estudar teoria sociológica, nomeadamente nos primeiros anos de formação universitária, é, ou devia ser, aprender a reconhecer e a usar as várias caixas de ferramentas de que dispomos para conhecer e explicar a realidade social.

### **A construção da sistemática e o lugar dos clássicos**

A defesa do ensino e estudo especializado da teoria sociológica, no sentido em que foi atrás definido, não implica, porém, a inutilidade do ensino e do estudo das ideias sociais. Uma reformulação do ensino de primeiro ciclo da fileira das disciplinas de teoria sociológica poderia incluir, a montante desta, a criação de uma disciplina semestral com esse objetivo e denominação. Porém, esse ensino e estudo não deveriam, em caso algum, fazer-se à custa do ensino e estudo da teoria sociológica propriamente dita, ou seja, do ensino e estudo da sua “sistemática atual” (Merton, 1968, p. 50). A organização curricular da fileira das disciplinas de teoria sociológica nas licenciaturas, no sentido mais específico do termo, deveria abandonar a apresentação histórica, sequencial, de autores e escolas. Faria mais sentido, valorizando sobretudo o estatuto instrumental da teoria, distinguir entre o estudo especializado dos diferentes níveis de organização dos padrões de relações sociais. Neste quadro, em vez de disciplinas sobre teorias clássicas e teorias contemporâneas, ou sobre clássicas, modernas e contemporâneas, quando a fileira é desdobrada em três cadeiras, teríamos disciplinas de microssociologia e de macrossociologia ou, sendo três as unidades curriculares, estas duas e uma terceira sobre mesossociologia. A primeira seria dedicada ao estudo dos processos e mecanismos de interação, a segunda ao estudo das estruturas e sistemas sociais e a terceira ao estudo dos grupos e dos processos e relações de agrupamento.<sup>7</sup> Voltaremos, mais adiante, a esta proposta, concretizando um pouco mais o que poderiam ser as linhas programáticas gerais de cada uma daquelas disciplinas.



É verdade que organizar esta sequência de disciplinas de teorias sociológicas esbarraria com uma primeira dificuldade óbvia. Os textos de síntese disponíveis sobre teorias sociológicas estão, em geral, organizados segundo a forma canónica, mesmo quando o seu objetivo é mais teórico do que pedagógico. Ou seja, faltam, como no tempo de Merton, trabalhos de síntese, com ou sem objetivos pedagógicos, sobre a “sistematicidade atual” da teoria sociológica,<sup>8</sup> textos necessários como suporte pedagógico no ensino da teoria sociológica. Estamos, assim, presos na armadilha perfeita. Não socializamos as novas gerações de sociólogos com base num programa de sociologia científica e, por isso, sociólogos socializados na fórmula canónica reproduzem, no seu trabalho de desenvolvimento da sociologia, essa mesma fórmula canónica, concretizando-se, a passo de caracol, o desenvolvimento da “sistemática da teoria”. A profecia cumpre-se, justifica-se, a si própria: a sociologia é sobrediscursivamente determinada e, por isso, deve ser como tal ensinada. Como tal ensinada, dificulta a emergência do programa alternativo da sociologia científica que fica sem grupos veiculares (“*carrier groups*”). Como se sabe, porém, a injeção de reflexividade nestas dinâmicas de autorreforço permite a sua interrupção.

A sociologia, insiste-se, *pode* ser desenvolvida como ciência, o que inclui a construção, por confronto crítico e acumulação, de teorias sociológicas permanentemente aperfeiçoadas e ampliadas que sustentem a construção de explicações sobre diferentes domínios analíticos ou categorias de fenómenos sociais. Este programa será mais fácil se, no domínio da construção da teoria, forem garantidas critérios de abstratização, simplicidade e multidimensionalidade como se argumentou noutro texto (Pires, 2014). E poderá ser desenvolvido sistematicamente de modo alargado se os seus resultados constituírem objeto de formação de novas gerações de sociólogos.

A relação com os autores e as escolas não desaparece neste processo pois é através do confronto crítico dos contributos plurais de diferentes autores e escolas teóricas que poderá emergir uma “sistemática atual” da teoria. Sistemática que deverá incorporar a inevitabilidade da existência de zonas de ausência ou rarefação de teorização, de outras de persistência de controvérsia e, ainda, de défices de articulação entre os seus componentes. Uma “sistemática atual” da sociologia não deve ser entendida como objeto teórico desejavelmente perfeito, acabado ou autosustentado, protegido da crítica por forte carapaça retórica. Pelo contrário, a vulnerabilidade da teoria à crítica é uma boa notícia, pois é no confronto com as consequências dessas vulnerabilidades que se fará o seu desenvolvimento, sobretudo quando tais vulnerabilidades forem, antes de mais, vulnerabilidades ao escrutínio lógico dos seus enunciados e aos resultados do trabalho empírico que ela, teoria, comanda. Uma boa teoria não deve ser à prova dos factos, antes deve ser

entendida como componente do trabalho científico, a par do trabalho empírico de investigação, e desenhada para poder ser vulnerável, isto é, questionável pelos resultados daquele trabalho de investigação. *A contrario*, Carlo M. Cipolla dá-nos um belo exemplo caricatural de como construir uma axiomática à prova de factos quando começa a exposição das suas leis sobre a estupidez humana com o enunciado “cada um de nós subestima sempre e inevitavelmente o número de indivíduos estúpidos em circulação” (Cipolla, 1988, p. 49). Obviamente, com este ponto de partida, todas as objeções empíricas aos enunciados que se seguem podem ser descartadas com facilidade invocando a subestimação estabelecida na primeira lei.

Umberto Eco dizia que o estatuto ideológico das ideologias resultava da universalização do particular que estas operavam (Eco, 1973, pp. 222-3). Boa parte do estatuto controverso das teorias sociológicas rivais que hoje são apresentadas como mutuamente exclusivas aos estudantes, e aos sociólogos em geral, tem origem em operação semelhante de universalização do particular. A construção da “sistemática atual” da teoria será por isso mais rica, ainda que incompleta e imperfeita, como acima referido, se não deitar fora a criança com a água do banho e souber isolar o que de *particular*, mas abstrato e válido, tem cada teoria e reconstruir muitas das oposições entre esses contributos particulares como dimensões teóricas eventualmente complementares nos planos analítico, conceptual e proposicional.<sup>9</sup>

É o estudo da sistemática da teoria sociológica, assim definida, incompatível com o estudo dos clássicos, “antigos” ou “modernos”? Com o estudo das obras de Marx, Durkheim e Weber, ou de Parsons, Goffman e Coleman, ou mesmo de Bourdieu e Giddens, apenas a título de exemplo? De forma alguma. Como salienta Stinchcombe, em artigo sugestivamente intitulado “Should sociologists forget their mothers and fathers” (1982), o estudo dos clássicos contribui para a formação dos sociólogos na medida em que permite o acesso a uma reserva de ideias e sugestões e a modos de argumentação sofisticados, sendo ainda fonte frequente de inspiração em processos de inovação. Em rigor, atribuímos o estatuto de clássicos a obras e autores cujo estudo tem, duradouramente, aqueles efeitos.<sup>10</sup>

Stinchcombe conclui, portanto, que faz sentido estudar os clássicos, ou melhor, as obras dos clássicos, *integrals* e não em excertos selecionados, pois é a riqueza dessas obras, na sua plenitude, muitas vezes marcadas por dúvidas e inconsistências inspiradoras, que está na origem dos efeitos atrás assinalados. Faz sentido, citemos, porque “os estudantes em níveis *avançados* precisam de algo mais complicado do que os clichês dos livros didáticos do ensino fundamental, se queremos persuadi-los a tornar as suas mentes mais complexas” (Stinchcombe, 1982, p. 2; *itálicos acrescentados*). Sublinhamos a expressão níveis “*avançados*”, noutras partes do artigo de Stinchcombe substituída por alunos “*pós-graduados*”, porque

**Tabela 1** Disciplinas de teorias sociológicas nas licenciaturas de sociologia das universidades públicas portuguesas, 2019/20

Universidade	Número	Designação
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa	3	Teorias sociológicas clássicas Teorias sociológicas: grandes escolas Teorias sociológicas contemporâneas
Universidade dos Açores	2	Teorias sociológicas clássicas Teorias sociológicas contemporâneas
Universidade do Algarve	4	Teorias clássicas I Teorias clássicas II Teorias contemporâneas I Teorias contemporâneas II
Universidade da Beira Interior	3	Teorias sociológicas: fundadores e clássicos Teorias sociológicas modernas Teorias sociológicas contemporâneas
Universidade de Coimbra	2	Pensamento sociológico clássico Teorias sociológicas
Universidade de Évora	2	Teorias sociológicas I Teorias sociológicas II
Universidade de Lisboa	2	Teorias sociológicas clássicas Teorias sociológicas contemporâneas
Universidade do Minho	3	Teorias sociológicas I Teorias sociológicas II Teorias sociológicas III
Universidade Nova de Lisboa	2 (obrigatórias)	Sociologia geral: fundamentos Sociologia geral: teorias
	4 (optativas, ramo de teorias)	Teorias sociológicas: os fundadores Teorias sociológicas contemporâneas Teorias da ação social Comunidades e dinâmicas sociais
Universidade do Porto	4	Teorias sociológicas I Teorias sociológicas II Correntes atuais da sociologia I Correntes atuais da sociologia II

Nota: disciplinas obrigatórias, exceto quando indicado outro estatuto

Fonte: páginas Web das universidades (consultadas em 16 de dezembro de 2019).

sem esta não se percebe o argumento, que subscrevemos, de Stinchcombe. No artigo que temos vindo a referir, o que se discute é o estudo das obras dos clássicos nos níveis pós-graduados de ensino, e não em toda a fileira universitária. O estudo dos clássicos não é o modo de aceder, em termos introdutórios, na formação de primeiro ciclo, de licenciatura, às teorias sociológicas, mas o modo de desenvolver, em níveis pós-graduados, de mestrado e de doutoramento, a capacidade de utilização não rotineira do conhecimento já adquirido naquele domínio. É pois nos níveis avançados de formação que se deve incluir o estudo das principais obras dos “clássicos”, no sentido estatutário e não cronológico do termo. Ou seja, o estudo dos

clássicos deve ser antecedido do estudo da sistemática da teoria, não o contrário.

Infelizmente, o que ainda hoje predomina nos cursos de sociologia, por todo o mundo, mais de 70 anos depois das queixas de Merton, é, como já se disse, a fórmula canónica enquanto modo introdutório de ensino da teoria sociológica, que prepara mal para o estudo aprofundado das obras dos clássicos nos níveis pós-graduados. Esta é, também, a regra em Portugal, com a exceção parcial da licenciatura de sociologia da Universidade Nova de Lisboa (ver tabela 1). De resto, nas outras nove licenciaturas existentes nas universidades públicas do país, o que é fundamentalmente diferente é o número de cadeiras em que se desdobra o ensino canónico da teoria sociológica: duas cadeiras, uma sobre os clássicos e outras sobre os contemporâneos, em quatro das nove licenciaturas (nas universidades dos Açores, Coimbra, Évora e Lisboa); três cadeiras, sobre os clássicos, os modernos e os contemporâneos em três outras licenciaturas (no Iscte e nas universidades da Beira Interior e do Minho); e quatro cadeiras, duas sobre os clássicos e duas sobre os modernos, em duas licenciaturas (nas universidades do Algarve e do Porto).

Seguindo o modelo canónico, o desdobramento na maioria dos casos em três ou mesmo quatro disciplinas, e não em duas (clássicos/contemporâneos), atenua alguns dos efeitos do que Abrutyn (2013) designou por “trituração de tempo”: ou seja, a impossibilidade de comprimir, sem perdas de contributos importantes, a narrativa cronológica em que se transformou o ensino da teoria sociológica. A sistemática continua ignorada mas a tendência para a excessiva simplificação da história da disciplina é atenuada, sobretudo quando não se aproveita mais tempo letivo para apresentar mais autores (o que às vezes acontece). Atenua mas não elimina. Como não resolve o problema da sequência do estudo das teorias nos diferentes níveis de ensino, graduado e pós-graduado. Vejamos mais em pormenor, a título de exemplo, como estes problemas se manifestam no ensino e estudo das teorias sociológicas no Iscte, ao longo dos três ciclos de formação: licenciatura, mestrado e doutoramento.

Na licenciatura, há três disciplinas, nos três primeiros semestres, em que são apresentados, por ordem tendencialmente cronológica, os principais autores e correntes das teorias sociológicas. No primeiro semestre, os clássicos, no segundo o que poderemos designar como os modernos e, no terceiro, os contemporâneos. Os problemas de “trituração de tempo” manifestam-se logo na primeira daquelas disciplinas. Nas teorias sociológicas clássicas, o essencial do tempo letivo é ocupado, e bem, se adotarmos a forma canónica, com o estudo de Marx, Durkheim e Weber, antecedido de uma referência a alguns dos contributos de Comte e Spencer. Do programa constam ainda duas aulas finais sobre Simmel que, no entanto, em vários anos não são lecionadas por impossibilidade de cumprir a compressão prevista

na exposição sobre os três autores principais (Marx, Durkheim e Weber). No ensino programado sobre Durkheim está prevista, mas frequentemente não é lecionada, pelas mesmas razões, uma aula final sobre religião e rituais, organizada em torno dos contributos de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912).

Esta última perda é elucidativa dos problemas de seletividade e simplificação que decorrem da “trituração do tempo” assinalada por Abrutyn e que resultam da opção pela modalidade canónica de ensino das teorias, *não de qualquer falha de desempenho na sua concretização* (bem pelo contrário). Sem referência ao Durkheim de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* ficamos com o conhecido afunilamento dos contributos do autor que sustenta a sua apresentação como o precursor fundacional do funcionalismo parsoniano, e tão só. No entanto, os estudos de Durkheim sobre a religião, bem como sobre os sistemas de classificação (com Marcel Mauss), devem ser referenciados como uma das origens do interacionismo norte-americano. Como, por exemplo, é assinalado na obra de Collins sobre a história da teoria sociológica, *Four Sociological Traditions* (1994), em que o capítulo sobre Durkheim é desdobrado em duas secções principais: uma sobre a tradição macrosociológica (funcionalista) e outra sobre a antropologia social e a microsociologia norte-americana. Sem ter em consideração esta genealogia, bem como os contributos de Simmel, constrói-se, posteriormente, uma história do interacionismo em que Mead e o pragmatismo filosófico de Peirce e James ganham uma influência desmesurada e fica incompreensível, por exemplo, a centralidade do conceito de ritual em Goffman (e no próprio Collins). Em rigor, fica mesmo na sombra a forte costela durkheimiana, para dizer o mínimo, de Goffman e uma das razões por que tantos autores se recusam a subsumir a “perspetiva dramaturgica” no interacionismo simbólico (por exemplo, Turner, 2013). Falha que, paradoxalmente, resulta da procura de limitação dos efeitos mais perversos, porque simplificadores, da lógica canónica, presentes sobretudo quando se multiplicam os autores estudados. Sendo que reduzir o número dos autores e obras a estudar substitui os efeitos da simplificação caricatural pelos da ortodoxia induzida pela seletividade.

Este tipo de problemas é, como se disse, inevitável quando se escolhe a narrativa cronológica, canónica, como princípio organizador do ensino das teorias sociológicas. É, ainda, essa mesma escolha que explica a existência de gerações de sociólogos perdidos, nomeadamente entre os clássicos e Parsons. No artigo de Abrutyn, já citado, é compilada uma lista dos sociólogos perdidos que inclui, entre outros, boa parte dos autores da chamada Escola de Chicago (Abrutyn, 2013, pp. 136-8), a que poderíamos acrescentar, apenas a título de exemplo, Maurice Halbwachs, em França, ou, um pouco mais tarde, Norbert Elias, primeiro na

Alemanha e depois no Reino Unido. Dir-se-á que problemas de seletividade existirão qualquer que seja o modo de ensinar a teoria sociológica. É verdade, mas num ensino organizado na base de domínios analíticos é mais fácil garantir a presença dos principais conceitos e teorias. Dito de outro modo, a sistemática permite uma compactação maior com menos perdas do que a narrativa histórica em torno dos protagonistas das teorias. A sistemática pode e deve ser simples, a narrativa histórica ou é complexa ou perde os efeitos que procura e a podem justificar.

Continuando a exemplificação. No currículo do doutoramento do Iscte estão incluídas duas disciplinas dedicadas ao estudo de grandes obras teóricas, clássicas e contemporâneas, o que, no plano formal, converge com os argumentos de Stinchcombe sobre o lugar dos “clássicos”, no sentido reputacional do termo. No meio, no mestrado, existe uma cadeira de teorias sociológicas, no segundo semestre do primeiro ano: Debates Contemporâneos em Teorias Sociológicas. Trata-se, no atual plano de estudos, de uma disciplina opcional que integra, com a disciplina Epistemologia e Sociologia, o ramo “investigação” do mestrado.

Entre a narrativa cronológica da licenciatura e o estudo das grandes obras clássicas no doutoramento, que lugar ocupa esta disciplina de mestrado? Claramente, o de ocupar o vazio resultante da ausência prévia, na licenciatura, de espaços de estudo da “sistemática” da teoria. Dispondo apenas de um semestre para o efeito, deslocou-se, porém, o efeito de “trituração do tempo”, assinalado por Abrutyn, da narrativa canónica para a sistemática à Merton. Para limitar as consequências dessa “trituração”, aquela sistemática é apenas introduzida com o estudo das principais categorias conceptuais constitutivas dos três níveis de organização dos sistemas sociais — o micro, o macro e o meso — através de um programa dividido em três partes, em torno dos conceitos de ação social, estrutura social e poder social, respetivamente. E assim se corre o risco de induzir uma representação da teoria enquanto sistema analítico, como sistemática de conceitos (Turner, 2013, pp. 849-851), fazendo desaparecer toda a sua componente proposicional, de que os conceitos são peças mas não substitutos.

Há, nesta sequência, vários problemas. Em primeiro lugar, falta densidade no estudo da sistemática da teoria, ausente na formação da licenciatura. Em segundo lugar, o estudo das grandes obras dos clássicos “antigos” e contemporâneos, que deveria ser um momento de aprofundamento no estudo da teoria, é feito por alunos que, em regra, não estudaram nem a sistemática nem o cânone da teoria, pois só são obrigados a frequentar integralmente a parte escolar do doutoramento, e bem, aqueles doutorandos que não têm formação prévia em sociologia.<sup>11</sup> A boa solução para todos estes problemas passaria por:

- na licenciatura, centrar o ensino e estudo das teorias sociológicas no plano da sistemática e não na história da teoria;
- nos níveis pós-graduados, voltar a fundir as componentes escolares de mestrado e doutoramento o que, no caso do ensino das teorias sociológicas, permitiria que todos os estudantes nestes níveis mais avançados estudassem, numa lógica de aprofundamento, as grandes obras que a integram a sua história.

### **O ensino da sistemática: esboço de linhas programáticas**

Na proposta que se faz neste artigo, a questão verdadeiramente nova é a elaboração de um programa de ensino e estudo da teoria sociológica na licenciatura, em moldes não canónicos. Como atrás se referiu, esse programa ganharia em ter como objeto a sistemática da teoria e ser desdobrado em três disciplinas semestrais sobre a micro, macro e meso sociologia, preferencialmente por esta ordem. Examinemos cada uma das componentes desta proposta.

A sistemática poderia ser organizada a partir de um núcleo problemático comum a desdobrar nas suas múltiplas concretizações em cada uma das disciplinas. Como já defendi noutros textos (Pires, 2012), pelo que me dispense de retomar os argumentos aí apresentados, proponho, na sequência de autores como Alexander (1988) e Giddens (1984), mas também de Parsons (1937) e Goffman (1983), que esse núcleo seja constituído em torno da explicação da ordem social, definida como ordem factual, isto é, como o resultado da padronização do mundo social, como o oposto de caos (mas não de conflito, uma dinâmica social também padronizada). Explicação que se desdobra na resposta a duas perguntas fundamentais. Primeira, como se explica a emergência de padrões ordenados de atos e relacionamentos protagonizados por indivíduos em abstrato autónomos, criativos e livres? E, segunda, que consequências têm sobre esses indivíduos aqueles padrões de atos e relacionamentos que se constituem, por sua vez, em contextos, meios e constrangimentos da sua ação.

O desdobramento proposto, em três disciplinas, retém o modelo analítico apresentado noutro texto (Pires, 2014). Aí se argumenta que micro, meso e macro constituem “níveis de integração das relações sociais” (Costa, 1999, p. 490) com propriedades específicas, pelo que a distinção entre eles é não só analítica como ontológica (admitindo-se que a segunda parte da afirmação é mais controversa mas irrelevante para o que a seguir se propõe). Cada um desses níveis é composto por tipos diferentes de padrões ordenados de relações sociais: relações de interação, no nível micro, relações de agrupamento e relações entre grupos, no nível meso, e relações

de interdependência sistémica, no nível macro. Estas relações podem ser resumidamente definidas como, respetivamente, relações intersubjetivas e entre atos individuais (micro), relações de agrupamento e relações entre esses agrupamentos, ou seja, relações entre relações (meso), e, por fim, relações entre propriedades das relações entre pessoas e entre grupos (macro).<sup>12</sup>

No ensino e estudo destes níveis, cada um correspondente a uma disciplina, a organização da sistemática defendida por Merton poderia ser feita, numa lógica de reconstrução multidimensional do pluralismo da teoria (Berthelot, 2001), através da síntese cumulativa do património sociológico com base em critérios que evitem o ecletismo improdutivo criticado por Collins e já atrás referido. Um primeiro critério que cumpre esse objetivo e é há muito usado, explícita ou implicitamente, na conceptualização sociológica, é o que distingue, analiticamente, as dimensões instrumentais e simbólicas da vida social, também muitas vezes referidas como materiais e ideacionais. São, obviamente, dimensões complementares de análise e não mutuamente exclusivas. Até porque, no plano empírico, o que encontramos são realidades constituídas em termos instrumentais e simbólicos, mesmo que em proporção variável. Como refere Nicos Mouzelis, todos os sistemas sociais são complexos de posições e normas (Mouzelis, 2008, pp. 98-99), complexos que constituem uma das especificações da multidimensionalidade daquelas realidades.

Muitas das oposições antigas construídas com base nas categorias usadas para especificar as dimensões instrumentais e simbólicas diziam respeito mais à sua eventual hierarquização em processos de articulação teórica do que a qualquer reivindicação de exclusividade. Se resistirmos à clássica oposição entre materialismo e idealismo, como modos de explicação concorrentes da vida social, será possível identificar as diferentes dimensões instrumentais e simbólicas dos processos de interação, de estruturação e de agrupamento sem qualquer apriorismo sobre a sua relação mútua, provavelmente variável em função do objeto de análise em causa.

Num primeiro nível de desdobramento analítico dos níveis micro, macro e meso, seria assim possível distinguir entre:

- interação instrumental e interação simbólica, no nível micro;
- estruturas materiais e estruturas culturais, no nível macro;
- círculos relacionais e círculos normativos, no nível meso.<sup>13</sup>

Os seis espaços teóricos identificados desta forma compõem um esquema analítico parcialmente convergente com o apresentado por Jonathan H. Turner no primeiro volume de *Theoretical Principles of Sociology* (Turner, 2010a, pp. 12-20). Num momento posterior, aqueles seis espaços poderiam ainda ser sucessivamente desdobrados, em



termos sistemáticos, ainda que desigualmente especificados, de acordo com os desenvolvimentos teóricos que marcaram a história da teoria sociológica. Por exemplo, no estudo da interação instrumental, poderiam ser estudadas a racionalidade da ação e as trocas sociais, enquanto o estudo da interação simbólica poderia incluir o estudo dos processos de interpretação comunicacional, por um lado, e de interpretação normativa, por outro. O estudo das estruturas materiais poderia incluir um capítulo sobre as estruturas morfológicas e outro sobre as estruturas da desigualdade, enquanto o estudo das estruturas culturais seria desdobrado no estudo das instituições e no estudo das estruturas de significação. Por fim, o estudo do nível meso poderia incluir secções sobre o estudo de círculos relacionais e o estudo de círculos normativos, em termos abstratos gerais e na sua concretização enquanto redes, grupos e organizações.

Um segundo nível de especificação deveria incluir a análise dos principais modos de causalidade operantes nas relações entre os três níveis (Pires, 2014). Desse modo, o estudo do nível micro incluiria uma secção sobre processos de causalidade generativa e de agregação, o estudo do nível macro uma secção sobre processos de causalidade potencial, por condicionamento e orientação da ação via socialização/incorporação, e, por fim, o estudo do nível meso incluiria uma secção sobre o poder social, pois é neste nível que são estabilizadas, através de processos relacionais e normativos de agrupamento, as relações de poder estruturalmente suportadas e interactivamente ativadas.

Por fim, uma curta justificação sobre a ordem expositiva proposta: microsociologia, macrosociologia e mesosociologia. A preferência por esta sequência tem fundamentos exclusivamente pedagógicos. A colocação da disciplina de mesosociologia no final da fileira é a mais fácil de justificar: boa parte dos fenómenos de agrupamento social que constituem o seu objeto envolvem efeitos e articulações de processos micro e macrosociológicos que convém conhecer previamente. Há, hoje, algum consenso sobre esta solução, adotada, entre outros autores, por Jonathan Turner nos seus *Theoretical Principles of Sociology*, atrás referidos. Já a ponderação da sequência inicial, micro-macro ou macro-micro, é mais controversa. Naquela obra de Turner, o primeiro volume é sobre a macrosociologia, uma sequência oposta, portanto, à que se propõe neste texto. Penso, porém, que a sequência inversa, micro-macro, permite contrariar melhor a tendência dominante entre estudantes de sociologia (e não só entre estudantes) para a antropomorfização das categorias sociológicas, em particular das que têm como referente o universo macrosocial. Ou seja, de atribuição de propriedades dos atores e das relações entre atores aos sistemas e às relações sistémicas, na base de uma adesão convicta ao que poderíamos designar como sociologia Walt Disney, a qual tem “a sedução das falsas explicações fáceis” (Pires, 2015, p. 127).

Em resumo, as linhas programáticas das três disciplinas em que propomos dividir a sistematização e estudo das teorias sociológicas podem ser esboçadas nos seguintes termos:

### **Teorias Sociológicas I: Microsociologia**

- I.1 Interação instrumental
- I.2 Interação simbólica
- I.3 Processos de agregação

### **Teorias sociológicas II: Macrossociologia**

- II.1 Estruturas materiais
- II.2 Estruturas culturais
- II.3 Processos de estruturação

### **Teorias Sociológicas III: Mesossociologia**

- III.1 Círculos relacionais
- III.2 Círculos normativos
- III.3 Processos de poder

Esta proposta tem, evidentemente, um estatuto exploratório. O seu objetivo principal é, sobretudo, o de demonstrar a possibilidade de concretização da ideia de organização do ensino e estudo da sistemática da teoria sociológica em substituição da fórmula canónica há muito tempo praticada. Proposta que, a concretizar-se, terá, pelo menos, a vantagem de assegurar o conhecimento teórico dos principais domínios analíticos e conceptuais da sociologia.

### **Notas**

O autor escreve segundo as regras do novo acordo ortográfico.

- 1 Simpósio da Escola de Sociologia e Políticas Públicas: o Ensino das Teorias Sociológicas em Debate, Iscte, Lisboa, 28 de maio de 2018.
- 2 A falta de questionamento não é um exclusivo português. Numa pesquisa sobre o tema nos números dos últimos dez anos da revista da Associação Americana de Sociologia dedicada ao ensino da sociologia (*Teaching Sociology*), os artigos sobre teorias sociológicas encontrados incidiam sobre a didática do seu ensino não sobre a natureza das teorias sociológicas e as concepções divergentes sobre o seu ensino.
- 3 Ver, por exemplo, as referências a Ibn-Khaldun e Du Bois no manual de Ritzer e Stepnisky (2017). Ainda a título de exemplo, Ibn-Khaldun é um dos autores tratados na

disciplina de teorias clássicas na universidade de Lahore (Paquistão), a par de Hobbes, Rousseau, Comte, Montesquieu, Marx, Weber e Durkheim (Barbalet, 2013). Na Universidade da Califórnia, Berkeley, a disciplina Sociological Theory I é dedicada ao estudo de Marx, Weber, Durkheim e Du Bois [<https://sociology.berkeley.edu/sites/default/files/documents/syllabi/sp17/soc101%20sp%20muller.pdf>].

- 4 Para uma reflexão, com conclusão diversa da de David Parker, veja-se o interessante artigo de Jack Barbalet (2013) sobre a sua experiência de ensino de teorias sociológicas clássicas numa universidade de Hong Kong, com um programa centrado, exclusivamente, no estudo das obras de Marx, Durkheim, Weber e Simmel.
- 5 Ver, por exemplo, a inclusão de Mead e Parsons nos clássicos em George Ritzer (Ed.) (2003). *The Blackwell companion to major classical social theorists*, a par dos mais canónicos Comte, Spencer, Marx, Durkheim, Weber e Simmel, e dos novos canonizados Charlotte Perkins Gilman, Harriet Martineau e W.E.B. Du Bois (e ainda Alfred Schutz).
- 6 Para uma defesa similar, contemporânea, da distinção entre teoria social e teoria sociológica, ver Jonathan Turner (1985), mas também Nicos Mouzelis (1991, 1995).
- 7 Para um proposta de organização da fileira das disciplinas de teoria sociológica no ensino da sociologia ao nível das licenciaturas convergente com esta, ver Abrutyn (2013).
- 8 A principal exceção na literatura sobre teoria sociológica é a obra de Jonathan Turner, em três volumes, intitulada *Theoretical Principles of Sociology* (2010-2012). Num plano mais sintético, merece destaque o livro de John Scott (2011). *Conceptualising the social world: Principles of sociological analysis*. No plano pedagógico, uma organização da exposição da teoria com base em domínios conceptuais em lugar de autores ou escolas está ainda presente no livro de Malcolm Waters (1994). *Modern sociological theory*.
- 9 Ver, para uma ilustração do trabalho de especificação da validade particular de teorias (substantivas) com pretensões de generalidade, a crítica de Raymond Boudon às teorias do desenvolvimento em *O lugar da desordem* (1984). Para um ensaio de reconversão de oposições teóricas em dimensões analíticas complementares, no plano conceptual, ver Pires (2007).
- 10 Não adquirem o estatuto de clássicos a maioria dos autores reputados no seu tempo: consulte-se, por exemplo, o índice do livro de Sorokin, de 1928, sobre teorias sociológicas contemporâneas, e admita-se que, pura e simplesmente, não temos qualquer ideia sobre quem são boa parte dos autores aí citados (e de muitos outros teremos, provavelmente, apenas uma ligeira informação).
- 11 Esta solução não é partilhada pela maioria dos programas doutorais em sociologia existentes no país que seguem, mais frequentemente, a nova tradição de escolarização (absurda, a meu ver) dos doutoramentos.
- 12 Ver a argumentação convergente com esta apresentada recentemente por Turner (2010a, 2010b, 2012), bem como, em obras hoje já a caminho do estatuto de clássicas, teorizações semelhantes feitas por Luhmann (1982) e Archer (1995).

- 13 Se o estudo dos processos sociais de âmbito meso tem uma longa história na teoria sociológica, de que são exemplares os trabalhos de Robert K. Merton (1968), a sua sistematização é mais difícil de construir do que no caso dos domínios da interação e das estruturas, até por falta de um vocabulário estabilizado. Os conceitos de círculos relacionais e círculos normativos retêm, adaptando-as, as propostas de Elder-Vass (2010), a sua genealogia nas obras de Georg Simmel (1908) e Norbert Elias (1970), bem como o vocabulário proposto por López e Scott (2000) quando distinguem entre estrutura relacional e estrutura institucional.

## Referências

- Abrutyn, S. (2013). Teaching sociological theory for a new century: Contending with the time crunch. *The American Sociologist*, 44(2), 132-154. doi: 10.1007/s12108-013-9181-x
- Alexander, J. C. (1987). The centrality of the classics. Em A. Giddens, & J. H. Turner (Eds.). *Social theory today* (pp. 11-57). Cambridge: Polity Press.
- Alexander, J. C. (1988). The new theoretical movement. Em N. J. Smelser (Ed.), *Handbook of sociology* (pp. 77-101). Londres: Sage.
- Archer, M. S. (1995). *Realist social theory: The morphogenetic approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Aron, R. (1982 [1967]). *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Barbalet, J. M. (2013). Teaching classical sociological theory in Hong Kong SAR China. *Journal of Sociology*, 49(4), 426-40. doi: 10.1177/1440783313504054
- Berthelot, J.-M. (2001). Programmes, paradigmes, disciplines: Pluralité et unité des sciences sociales. Em J.-M. Berthelot (Ed.), *Épistémologie des sciences sociales* (pp. 457-519). Paris: PUF.
- Boudon, R. (1990 [1984]). *O lugar da desordem: Crítica das teorias da mudança social*. Lisboa: Gradiva.
- Cipolla, C. M. (1993 [1988]). *Allegro ma non troppo*. Oeiras: Celta.
- Collins, R. (1994). *Four sociological traditions*. Oxford: Oxford University Press.
- Collins, R. (1999). Socially unrecognized cumulation. *The American Sociologist*, 30(2), 41-61. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/27698911>
- Costa, A. F. (1999). *Sociedade de bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta.
- Durkheim, E. (2002 [1912]). *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totémico na Austrália*. Oeiras: Celta.
- Eco, U. (1977 [1973]). *O signo*. Lisboa: Presença.
- Elder-Vass, D. (2010). *The causal power of social structures: Emergence, structure and agency*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Elias, N. (1980 [1970]). *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity.

- Giddens, A. (1992 [1989]). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.
- Goffman, E. (1983). The interaction order. *American Sociological Review*, 48(1), 1-17.  
Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2095141>
- López, J., & Scott, J. (2000). *Social structure*. Buckingham: Open University Press.
- Luhmann, N. (1982). *The differentiation of society*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Merton, R. K. (1968, 1970). *Sociologia: Teoria e estrutura* (3ª ed.) (revista e aumentada). São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Mouzelis, N. (1991). *Back to sociological theory: The construction of social orders*. Londres: Macmillan.
- Mouzelis, N. (1995). *Sociological theory: What went wrong? Diagnosis and remedies*. Londres: Routledge.
- Mouzelis, N. P. (2008). *Modern and postmodern social theorizing: Bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parker, D. (1997). Viewpoint: Why bother with Durkheim? Teaching sociology in the 1990s. *The Sociological Review*, 45(1), 122-146. doi: 10.1111/1467-954X.00057
- Parsons, T. (1937). *The structure of social action*. Nova Iorque: The Free Press.
- Pires, R. P. (2007). Árvores conceituais: Uma reconstrução multidimensional dos conceitos de ação e de estrutura. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53, 11-50.  
Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292007000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292007000100002&lng=pt&nrm=iso)
- Pires, R. P. (2012). O problema da ordem. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, 31-46.  
doi: 10.7458/SPP201269785
- Pires, R. P. (2015). Modelo teórico de análise sociológica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 74, 31-50. doi: 10.7458/SPP2014743199
- Ritzer, G. (Ed.) (2003). *The Blackwell companion to major classical social theorists*. Oxford: Blackwell.
- Ritzer, G., & Stepnisky, J. (2017). *Sociological theory* (10ª ed.). Los Angeles: Sage.
- Scott, J. (2011). *Conceptualising the social world: Principles of sociological analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Simmel, G. (1999 [1908]). *Sociologie: Études sur les formes de la socialisation*. Paris: PUF.
- Sorokin, P. (1928). *Contemporary sociological theories*. Nova Iorque: Harper & Brothers.
- Stinchcombe, A. L. (1982). Should sociologists forget their mothers and fathers?. *The American Sociologist*, 17(1), 2-11. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/27702490>
- Turner, J. H. (1985). In defense of positivism. *Sociological Theory*, 3(2), 24-30.
- Turner, J. H. (2010a). *Theoretical principles of sociology* (vol. I): *Macrodynamics*. Nova Iorque: Springer.
- Turner, J. H. (2010b). *Theoretical principles of sociology* (vol. II): *Microdynamics*. Nova Iorque: Springer.
- Turner, J. H. (2012). *Theoretical principles of sociology* (vol. III): *Mesodynamics*. Nova Iorque: Springer.

Turner, J. H. (2013). *Theoretical sociology: 1830 to the present*. Newbury Park (CA): Sage.  
Waters, M. (1994). *Modern sociological theory*. Londres: Sage.

**Data de submissão:** 06/01/2020 | **Data de aceitação:** 19/03/2020



# ÉTICA E DEONTOLOGIA NO EXERCÍCIO DA SOCIOLOGIA

## Novos desafios

# ETHICS AND DEONTOLOGY IN THE EXERCISE OF SOCIOLOGY

## New challenges

*Maria Manuel Vieira*

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal.  
Email: mmfonseca@ics.ulisboa.pt

*Ana Matias Diogo*

CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade dos Açores.  
R. da Mãe de Deus, 9502 Ponta Delgada, Portugal. Email: ana.is.diogo@uac.pt

*Ana Paula Marques*

Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho & Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal. Email: amarques@ics.uminho.pt

**Resumo:** Este artigo constitui uma abordagem exploratória ao tema da ética e da deontologia em Sociologia. A partir do repto feito pela Direcção da Associação Portuguesa de Sociologia ao seu Conselho Deontológico para proceder à revisão do código que regulamenta a actividade científico-profissional dos sociólogos em Portugal, este ensaio tem por objectivo identificar alguns dos desafios que hoje se colocam ao exercício desta actividade e que urge ver equacionados nessa actualização normativa. O suporte empírico desta reflexão baseia-se na recolha e análise documental de regulamentos deontológicos em Ciências Sociais afins, bem como das cartas de princípios éticos elaboradas pelas principais associações europeia e internacional de sociólogos. Este confronto comparativo permite delimitar um conjunto de nove temas dilemáticos e uma sugestão final, que pretendem ser contributos para desencadear um debate alargado à comunidade de sociólogos sobre ética e deontologia profissional.

**Palavras-chave:** deontologia, ética, associação profissional, Sociologia.

**Abstract:** This article is an exploratory approach to ethics and deontology in Sociology. It aims to identify some of the challenges that are currently posed to the exercise of this activity, based on the challenge of the Portuguese Sociological Association to its Deontological Council to review the code that regulates the scientific and professional activity of sociologists in Portugal. The empirical support for this reflection is based on the collection and documental analysis of deontological regulations in related social sciences, as well the ethical principles elaborated by the main European and international associations of sociologists. This comparative exercise allowed for the development of nine dilemmatic themes and a final suggestion. These are expected to contribute to trigger a broad debate on professional ethics among the community of sociologists.

**Keywords:** deontology, ethics, professional association, Sociology.

## Introdução

Em finais de 2016, o Conselho de Deontologia (CD) da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) deu início a um trabalho de reflexão sobre questões éticas e deontológicas colocadas à Sociologia na actualidade, que servisse de base para um debate alargado à comunidade de sociólogos sobre as alterações a introduzir no actual Código Deontológico da Associação por forma a adequá-lo aos novos desafios que hoje se colocam ao exercício desta atividade profissional. Para tanto, no âmbito daquele Conselho foram constituídos três grupos de trabalho: um primeiro, dedicado à ética e deontologia no ensino da sociologia; um segundo, que se debruçaria sobre a ética e deontologia na atividade profissional dos sociólogos; e um terceiro, mais centrado na ética e deontologia na atividade científica, composto pelas autoras deste artigo.

Com o propósito de contribuir para a atualização do Código Deontológico, nele identificando eventuais domínios de atuação em falta, em particular no que toca ao exercício da actividade científica, este grupo ensaiou uma breve análise exploratória de códigos referentes a outras áreas Ciências Sociais, bem como dos princípios éticos convencionados pela mais relevante associação europeia (European Sociological Association) e mundial (International Sociological Association) da Sociologia. Os resultados deste exercício foram apresentados e debatidos publicamente num encontro promovido pela APS em 2018, em Lisboa.

Para muitos, o Código Deontológico da APS revelaria hoje áreas a descoberto pelo facto de inexistirem ou serem incipientes à data da sua elaboração (1992). Que áreas são essas e que mudanças se terão operado que justifiquem a necessidade de uma revisão do Código Deontológico? Em particular, que novos desafios académico-científicos são hoje colocados aos sociólogos, que não se colocavam em 1992?

Este artigo, de âmbito exploratório, pretende dar contributos para a resposta a estas questões. Partindo de uma análise preliminar a vários códigos deontológicos, nacionais e internacionais, realizada por um dos grupos de trabalho criados pelo Conselho de Deontologia durante o mandato 2016-2018,<sup>1</sup> o ensaio ora apresentado elenca algumas das pistas então reveladas (Vieira, Diogo & Marques, 2018) e expande a sua abrangência, incluindo agora uma reflexão dedicada aos desafios do *fazer* Sociologia.

O roteiro deste artigo inicia-se com uma clarificação dos conceitos centrais mobilizados nesta reflexão — ética e deontologia — por forma a evitar ambiguidades semânticas no uso dos mesmos. Depois de uma breve referência às opções metodológicas que sustentaram a pesquisa exploratória realizada, baseada na análise documental de regulamentos deontológicos, segue-se a apresentação de algumas



das pistas identificadas, posteriormente retomadas e outras acrescentadas para o caso específico da Sociologia, articulando, sempre que possível, as novas configurações que elas comportam com o contexto societal em que emergem.

### **De que falamos quando falamos de ética?**

Como se sabe, a comunicação é constitutiva do processo de conhecimento (Pombo, 2000). Em termos gerais, a comunicação entre pares está na base da legitimação da ciência; por sua vez, a comunicação entre gerações, nomeadamente através do ensino, garante a transmissão aos mais novos do conhecimento científico acumulado pelos que lhes antecederam; e é ainda a comunicação entre ciência e sociedade, sobretudo através da divulgação científica, que permite a difusão alargada do conhecimento (Pombo, 2000).

No caso das Ciências Sociais, a comunicação adquire um estatuto adicional: ela representa a matéria-prima para a produção de conhecimento científico sobre o social. Dada a especificidade de que estas ciências se revestem — a familiaridade com o mundo social partilhada por observadores e observados, bem como a capacidade reflexiva possuída por todos os intervenientes — a linguagem, enquanto instrumento predominante de comunicação em Ciências Sociais, deve merecer cuidados redobrados. Para limitar a ambiguidade gerada pelo carácter polissémico da linguagem comum, a linguagem formal destas ciências deverá proceder à “fixação controlada da significação” (Almeida & Pinto, 1990, p. 31) através da construção e definição de conceitos.

Importa assim, desde logo, iniciar esta reflexão delimitando os conceitos de “ética” e “deontologia”. Por “ética”, entender-se-á doravante o “conjunto de princípios morais, pelos quais o indivíduo deve orientar o seu procedimento.” (Morais, 1992, p. 515). Por sua vez, “deontologia” significa literalmente a “ciência dos deveres” (Morais, 1992, p. 229). Abordar a “ética e deontologia” na actividade científica dos sociólogos remete, então, quer para a observância dos valores morais que inspiram as condutas individuais de quem é profissional da sociologia; quer para a codificação e/ou regulação dos deveres de desempenho a observar na actividade profissional dos sociólogos.<sup>2</sup> Fenómenos como a fraude académica<sup>3</sup> ou científica<sup>4</sup> podem ser classificados como condutas do foro ético, deliberadamente cometidas pelos sujeitos que as protagonizam, ao passo que os regulamentos e códigos que enquadram o exercício da profissão referem-se à deontologia e, por isso, à jurisprudência aplicada aos actos profissionais.

Como se depreende, ética e deontologia não deixam de estar imbrincadas. Se a primeira se refere a um amplo espectro de práticas que, num dado tempo e contexto

societário, são colectivamente percepcionadas como adequadas ou, pelo contrário, inaceitáveis do ponto de vista moral, a segunda tem por base um conjunto mais reduzido de condutas, avaliadas como aceitáveis e até mesmo desejáveis, que serão objecto de estabilização e organização num corpo de normas que se convencionou de dever reger a (boa) prática profissional. Logicamente, este procedimento exclui do seu escopo, condenando-as, condutas avaliadas como eticamente reprováveis.

Para responder às questões que inspiraram este estudo, não se poderá deixar de considerar a ética e a deontologia, duas dimensões intrinsecamente associadas à produção de conhecimento científico sobre o social.

### Da exploração inicial de dados...

Com o objetivo de avaliar quais as temáticas a descoberto no Código da APS, o grupo de trabalho referido, dedicado à ética e deontologia na actividade científica, procedeu a uma abordagem em duas etapas: uma primeira, envolvendo a recolha e análise de vários códigos deontológicos disponibilizados nos websites de várias instituições/associações profissionais afins na área das Ciências Sociais;<sup>5</sup> seguidamente, identificou algumas pistas preliminares para se pensar novos desafios colocados a quem pretende *fazer* Sociologia.

Assim, sem preocupações de exaustividade ou de representatividade, numa lógica marcadamente exploratória, foram pesquisados ao todo 11 websites com vista à recolha de códigos e/ou regulamentos de natureza deontológica. A diversidade de áreas disciplinares nas Ciências Sociais, por um lado, e as diferentes escalas geográficas de abrangência das convenções deontológicas no domínio da Sociologia, por outro, constituíram os critérios que orientaram a pesquisa.

No que se refere ao universo sociológico, para além do Código Deontológico da APS (1992), de âmbito nacional, foram ainda objeto de análise o documento *Ethical Guidelines*, da European Sociological Association (2015) e o *Code of Ethics*, da International Sociological Association (2001), de abrangência europeia e internacional, respectivamente.

Já no que concerne as restantes Ciências Sociais, e sem pretensão de exaustividade, mas de alguma abrangência disciplinar, foram pesquisados os websites das seguintes entidades: Associação Portuguesa de Geógrafos, Associação Portuguesa de Antropologia, Associação Portuguesa de Ciência Política, Associação Portuguesa de História Económica e Social, Associação dos Profissionais do Serviço Social, Ordem dos Psicólogos, Ordem dos Economistas e Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, por forma a recolher os documentos reguladores do exercício da atividade dos seus profissionais.

Após a recolha empírica estar concluída (Dezembro de 2017), iniciou-se então a leitura extensiva dos documentos e a análise de conteúdo muito preliminar dos mesmos, focada apenas na clarificação do que os distingue, mas também do que os une de forma substantiva.

Esta análise permitiu ao grupo de trabalho avançar, num segundo momento, para uma apresentação sucinta de alguns dos desafios que se colocam hoje aos produtores de Ciências Sociais, em evento organizado pela APS (Vieira, Diogo e Marques, 2018).

Partindo dessa matéria prima, procede-se agora à densificação de algumas dessas pistas e à identificação de outras entretanto equacionadas. É dos resultados dessa pesquisa e reflexão que se dará conta de seguida.

### **...às reflexões que os resultados suscitam**

#### *Ciências Sociais e regulação deontológica: Notas preliminares*

Um primeiro sobrevoo aos websites seleccionados permite concluir que existe *uma relativa diversidade na regulação deontológica* da actividade profissional de cada Ciência Social. Com efeito, de entre o conjunto analisado distinguem-se três modalidades possíveis de regulação, muito ancoradas, por sua vez, ao formato jurídico-profissional escolhido por cada comunidade científica. Uma delas traduz-se na ausência de carta deontológica própria por parte de associações profissionais (Associação Portuguesa de Geógrafos, Associação Portuguesa de Ciência Política, Associação Portuguesa de História Económica e Social, Associação dos Profissionais do Serviço Social<sup>6</sup> e Associação Portuguesa de Antropologia), o que as remete explícita (caso da Antropologia) ou implicitamente para a observância das regras dos códigos internacionais existentes na respectiva área. Outra forma de regulação adoptada por algumas associações profissionais consiste na existência de um código deontológico próprio, elaborado internamente por associados, e de um órgão de arbitragem para questões éticas (Conselho de Deontologia), representado nesta amostra exploratória pela Associação Portuguesa de Sociologia e pela Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Uma modalidade alternativa de controlo deontológico consiste na figura da Ordem Profissional (casos da Psicologia e da Economia), o que envolve um escrutínio bastante mais rígido decorrente de um ordenamento jurídico-legal aplicável a este modelo associativo.

Uma segunda observação a retirar da pesquisa nos websites remete para a *temporalidade distinta na criação dos códigos e regulamentos* analisados. Neste particular, os sociólogos elaboram e aprovam o seu Código Deontológico no início dos

anos noventa (1992), a Ordem dos Economistas apresenta, à data da sua criação (1998), um capítulo sobre deontologia profissional no decreto-lei que a institui; a Ordem dos Psicólogos dispõe de um Código Deontológico desde 2011, e a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação publica o seu em 2014. À escala internacional, os regulamentos deontológicos produzidos pelas duas principais associações que agrupam sociólogos de vários países surgem já nos anos 2000: o *Code of Ethics* da International Sociological Association (ISA) data de 2001, e a *Ethical Guidelines*, da European Sociological Association (ESA), é publicado recentemente, em 2015.

Uma terceira característica diferenciadora identificada na abordagem preliminar aos códigos, desta vez aqueles que regem especificamente o exercício da sociologia refere-se ao *contraste entre dimensões universalistas e dimensões localistas* na matriz de deveres contida em cada um. Assim, verifica-se que os *Ethical Guidelines* da European Sociological Association se distinguem dos restantes códigos (APS e ISA), ao compor uma lógica universalista com referências de âmbito regional, sublinhando a matriz cultural europeia e os seus valores como horizonte regulador de práticas a seguir pelos sociólogos associados (ex: “Reconhecer os contributos europeus para a concepção e desenvolvimento de uma cultura democrática, de direitos humanos e de ideais de justiça global”).

Não obstante, o que emerge em comum nos seis códigos deontológicos efectivamente existentes e consultados aquando da pesquisa (a saber, os da Associação Portuguesa de Sociologia, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, da Ordem dos Economistas e da Ordem dos Psicólogos, para além dos da European Sociological Association e da International Sociological Association) é mais relevante do que aquilo que os diferencia. Da leitura dos textos destacam-se quatro preocupações basilares que importa referir, uma vez que elas condensam velhas e novas questões, com particular impacto na investigação científica, inspirando a subsequente reflexão (ponto 4.2.) centrada doravante no exercício da Sociologia — e consequentes desafios regulatórios — que constitui o cerne deste ensaio.

Os *cuidados éticos com a intervenção em contextos profissionais* são uma dessas preocupações comum, alertando-se nos vários textos para as cautelas a ter relativamente a potenciais conflitos de interesse de ordem profissional, bem como para as preocupações adicionais a ter com os outros interlocutores (clientes, colegas e outros profissionais).

Outro dos tópicos identificados, com especiais repercussões em matéria de independência profissional, refere-se aos cuidados a ter com a protecção e direitos de propriedade, publicação e difusão da informação.

Uma terceira preocupação basilar envolve a qualidade da informação difundida pelos profissionais. Em particular, manifestam-se nos textos recolhidos preocupações

com a conduta ética na prestação de declarações públicas, no sentido de os profissionais (das respectivas Ciências Sociais) lhes responderem adequadamente, preservando o bom nome da ciência que representam.

Por último, uma questão premente, inscrita nos códigos mais recentes, refere-se ao desafio colocado pelas novas acessibilidades a informação e preservação de dados que as novas TIC vêm oferecer. Este é um domínio que nos últimos anos tem suscitado um forte debate público, com consequências ético-filosóficas e jurídicas que importa acolher numa reflexão sobre o *fazer* Sociologia na actualidade.

É o que se fará seguidamente, explorando-se estes e outros temas relevantes, do ponto de vista do exercício da actividade científica da Sociologia, com o propósito de contribuir para a revisão do Código Deontológico que regula esta profissão.

*Sociologia e novos desafios na actividade científica: Questões para o debate ético e deontológico*

1. A primeira das preocupações já elencadas, contida nos códigos consultados — os cuidados éticos a ter na intervenção em contextos profissionais — tem respaldo no Código Deontológico da Sociologia. Quer no ponto referente à “Prática da Sociologia”, quer no ponto especificamente dedicado às “Relações Profissionais”, alerta-se os sociólogos para as cautelas a ter relativamente a potenciais conflitos de interesse de ordem profissional, bem como para as preocupações adicionais a ter com os interlocutores (clientes, colegas e demais profissionais).

Ora, novos desafios parecem emergir neste domínio, associados ao processo em curso, de *intensificação da internacionalização da pesquisa*. A proliferação de regras, regulamentos e procedimentos ético-deontológicos e sua adopção mimética e generalizada à escala global não deixa de colocar a questão do eventual risco de padronização que tal pode implicar. Por outras palavras, será que a internacionalização acrescida dos processos (equipas, modelos de gestão científica, métodos e técnicas aplicados...) e produtos de pesquisa (língua de divulgação, formato de redacção e apresentação de resultados, tendo em conta modelos de escrita científica impostos por revistas e publicações cotadas em *rankings* académicos) poderá traduzir-se no risco de uniformização de procedimentos, contrários ao exercício de reflexividade teórico-metodológica a observar em cada novo processo de produção de conhecimento? Até que ponto tais procedimentos não contribuem para reiterar invisibilidades socio-culturais por referência à orientação europeísta ou anglo-saxónica adoptada como padrão? Até que ponto a aceitação acrítica de tais procedimentos não poderá desqualificar modos locais de trabalhar mais adequados às práticas culturais aí prevalentes (maior/menor formalidade no acesso aos sujeitos, maior/menor prevalência de convenções de tipo contratual escritas, por contraste com acordos firmados na oralidade com os sujeitos,

etc.)? Um formato-padrão de consentimento informado, exhaustivamente explanado em vários documentos de apoio aos cientistas sociais elaborados pela Comissão Europeia (EC, 2018a e 2018b), não constituirá justamente um exemplo de “normalização” (europeizante, neste caso) de procedimentos de pesquisa? Em caso afirmativo, o risco de padronização processual do “artesanato científico” (Booth, Colomb & Williams, 2003) não é contrário à própria especificidade das Ciências Sociais, bem recordada no preâmbulo do Código Deontológico da APS:

A formulação dos princípios deontológicos dos sociólogos não ignora aquisições cognitivas fundamentais da sociologia, nomeadamente quanto ao carácter relacional, socialmente construído e mutável da realidade social, quanto às assimetrias de recursos e poderes existentes na sociedade e quanto à diversidade e relatividade das culturas (APS, 1992, p. 2)?

Por outro lado, a crescente colaboração internacional coloca em cena múltiplos financiadores públicos e privados que tendem a apresentar diversos níveis de constrangimento. Perante a multiplicação de bolsas e concursos para financiamento de projectos à escala global, a existência de distintas entidades financiadoras e a constituição de equipas científicas de âmbito internacional (não necessariamente compostas apenas por cientistas sociais), a regulação da actividade de produção científica desloca-se para um patamar multi-escalar. Na verdade, assiste-se a um fenómeno de sobreposição de princípios orientadores da conduta a observar na investigação científica definidos a nível nacional, europeu ou mesmo internacional, o que pode provocar alguma entropia na regulação do exercício ético da pesquisa. Veja-se o caso dos sociólogos: para além dos códigos das instituições em que estão filiados, do Código Deontológico da APS, dos *Ethical Guidelines* da ESA e do *Code of Ethics*, da ISA, aqueles que estiverem a desenvolver projectos de investigação financiados por fundos europeus deverão seguir preceitos éticos inscritos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, na Convenção Europeia dos Direitos do Homem e protocolos complementares, bem como no Código Europeu de Conduta para a Integridade Científica adotado pela ALLEA – All European Academies. Perante esta multiplicidade de cartas, códigos e convenções jurídicas, a questão que se coloca é: que ordenamentos seguir? E a que instância(s) recorrer para dirimir eventuais conflitos?

2. A segunda das preocupações a que os códigos analisados são sensíveis prende-se com a protecção e direitos de propriedade, publicação e difusão da informação. Relativamente a este tópico, alguns dos textos analisados chamam a atenção para a questão sensível de garantia e preservação de direitos de propriedade

intelectual na relação com actividades de supervisão e integração em equipas colectivas de investigação. A autoridade científica de um orientador ou coordenador de estudo não pode atropelar ou sequer obliterar autorias legítimas do orientado ou de membro(s) da equipa, a menos que tenha efectivamente contribuído com trabalho próprio para o produto/publicação final em causa. Por sua vez, importa clarificar os limites à utilização individual da pesquisa realizada em equipa, seja para fins académicos, seja para outros fins, como os de prestação ou venda de serviços. A difusão da informação obtida em contexto académico junto de públicos mais alargados deve igualmente preservar a sua qualidade original, sem sofrer danos ou deturpações.

Neste particular, também o Código Deontológico elaborado pela APS contém um conjunto de indicações normativas referentes à “Autoria e Publicações” (direitos autorais, explicitação de autorias, referenciação bibliográfica, pluralidade de orientações teóricas e metodológicas) a que se soma ainda uma importante menção a direitos de propriedade intelectual de orientandos, no domínio do “Ensino e Orientação”: “Nos trabalhos que apresentem, os sociólogos que exerçam actividades de ensino e orientação têm a obrigação de reconhecer explicitamente as eventuais contribuições de alunos e orientandos, e não devem apresentar como seus trabalhos por eles realizados.” (APS, 1992, p. 6).

Porém, a alteração dos padrões de produção de conhecimento científico nas últimas décadas tem colocado um conjunto de novos desafios éticos. A aceleração comunicacional que as novas tecnologias de informação e comunicação vieram propiciar parece ter imposto — à ciência, mas não só — *a intensificação dos ritmos como um fim em si mesmo*, desqualificando tudo o que signifique abrandamento, lentidão, demora. Ora, como bem referem Stengers e Déléage (2014), esta injunção quase moral para a aceleração dos ritmos, associada à competitividade instalada à escala global, pode ter impactos nefastos na ciência. A compressão, ou mesmo a anulação do tempo para pensar, levantar questões pertinentes e refletir sobre elas impostos aos cientistas, a intensificação da pressão para publicar a todo o custo e, em particular, a bibliometria como instrumento nuclear de avaliação de produtividade científica (condensada na conhecida frase “publish or perish”) poderá estar na base da proliferação de práticas de má conduta ética — desde situações de conflitos de interesse até fraudes científicas (fabricação, falsificação e plágio) (Strgar & Vukadinovic, 2018) — com impactos na fiabilidade do conhecimento científico. É particularmente frequente verificar-se más práticas em questões de autoria, nomeadamente a atribuição de coautorias fictícias, quer no contexto das relações entre pares, em que a falsa coautoria é um processo de reciprocidade que tem como principal objectivo potenciar o número de publicações anuais de cada (alegado) autor; quer também no contexto de

relações hierárquicas de poder, como as de orientador-orientando ou entre colegas com estatutos desiguais, podendo aqui o processo ser coercivo. A estas deverá somar-se a previsível intensificação de práticas de auto-plágio, ou seja, da publicação do mesmo texto em várias plataformas editoriais, nacionais e internacionais, ampliando de forma exponencial a produtividade final com que o visado se apresenta publicamente.

O atual código deontológico da APS refere-se a alguns aspetos genéricos sobre a prática de publicar, mas não deveria insistir neste ponto, tendo em conta o que esta crescente pressão para publicar estará a fomentar?

3. Outro dos cuidados éticos identificados nos documentos analisados, sobretudo nos mais recentes – a conduta ética na prestação de declarações públicas com vista à preservação do bom nome da ciência que representam – prende-se com um fenómeno pouco presente no Código Deontológico da APS. Um dos desafios que se coloca hoje à Ciência (Social), mais do que no passado, é o que advém da *mediatização da Ciência* e, nessa medida, nos *padrões de conduta ética dos seus divulgadores*. Em sociedades crescentemente mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, e num contexto de concorrência académica acrescida, a reputação (de cada instituição de ensino superior, de cada profissional) adquire um valor central. Como Howard Becker (1982) indica em trabalho pioneiro sobre o tema, a reputação é um processo social; e, dimensão importante, a visibilidade constitui um dos seus ingredientes fundamentais. Nesse contexto, como a Sociologia vem propondo, o processo de construção reputacional envolve, entre outros aspectos, o fabrico comunicacional de um nome – o “*renome*” – referente à visibilidade pública de uma entidade tida como reputada (Borges, 2014).

Ora, quer nos media tradicionais, quer na web, instalou-se uma competição impiedosa pela conquista de visibilidade, reconhecimento e reputação. Tal conduz muitos profissionais da Sociologia à tentação de protagonismo no espaço público através da visibilidade mediática, por forma a aceder ao *star system* ou ao mundo dos *like* (Cardon, 2013) ...Essa mobilização intensiva faz com que alguns sociólogos se disponham a falar do que sabem e, também, do que não sabem, confundindo o plano da competência profissional – necessariamente limitada – com o plano da auto-celebração individual – por definição, ilimitada. A preocupação em garantir rigor, competência e responsabilidade nas declarações públicas feitas por sociólogos, para não descredibilizar a Ciência em nome da qual falam, encontra-se implicitamente sugerida num único artigo do Código Deontológico da APS – mas nem sempre é respeitada:



Os sociólogos devem exercer a sua profissão de acordo com os mais elevados padrões de competência profissional ao seu alcance. Da sua conduta profissional devem fazer parte a exploração de todas as potencialidades da sociologia e uma permanente actualização de conhecimentos. Os sociólogos devem igualmente ter presente os limites da sua disciplina e os seus próprios limites pessoais (APS, 1992, p. 3)

Importaria, pois, aquando da revisão deste Código, reforçar esta indicação de forma mais inequívoca.

4. Um desafio bastante recente sobressaiu também na pesquisa exploratória efetuada: ele tem a ver com as TIC, com as novas acessibilidades a informação e com a preservação de dados que aquelas exigem. Como se depreende, a utilização crescente das TIC (ex. pesquisa online e softwares de tratamento de dados) e, em especial, do Big Data no contexto de investigação e prática profissional, coloca problemas de preservação dos dados pessoais e de definição de limites ético-deontológicos à sua recolha e utilização. Simultaneamente, também a maior transparência exigida hoje na difusão de procedimentos de pesquisa e gestão de dados (ex: dados pessoais, partilha de informação, publicação de dados) levanta outros desafios. Nenhuma destas questões se encontra espelhada no Código Deontológico da APS, produzido num tempo em que a adopção e generalização destas ferramentas se encontrava praticamente ausente do trabalho científico.

Um domínio regulatório a incluir na revisão do Código Deontológico dos sociólogos refere-se, pois, às *novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e gestão da informação*. A chamada terceira revolução industrial, assente no desenvolvimento de tecnologias que permitem criar, manipular e transmitir informação (Oliveira, 2019), vem nos últimos anos alterar substancialmente o tempo e a forma como os indivíduos comunicam. Na verdade, as novas TIC abrem um amplo campo de acção para as Ciências Sociais, quer enquanto objecto de estudo, quer enquanto fonte de dados. Não obstante, o seu uso requer cuidados éticos acrescidos, uma vez que estas tecnologias geram questões sensíveis, nem sempre tidas em conta pelos produtores de conhecimento. Por um lado, as conexões tecnológicas podem permitir o acesso à identificação de IPs de origem dos sujeitos on-line, colocando em causa o princípio de preservação do anonimato garantido nas pesquisas e consagrado no Código Deontológico. Por outro lado, as novas tecnologias de informação e comunicação podem igualmente propiciar o risco — caso cuidados adicionais não sejam acautelados — de acesso aos dados de pesquisa enviados pela internet por parte de pessoas não autorizadas. Por sua vez, o uso das redes sociais como fonte pode colocar a questão da obtenção do consentimento informado de dados nelas originados, no caso de os utilizadores desconhecerem que estão a ser utilizados como sujeitos

da pesquisa. Ademais, a por vezes ambígua fronteira entre público e privado no uso das redes sociais pode conduzir a equívocos éticos de complexa resolução, tendo em conta o imperativo do consentimento (Peixoto, 2016) requerido na organização da vida social contemporânea.

É importante também reconhecer que, se têm sido avançados benefícios na utilização de *Big Data*, nomeadamente na monitorização do comportamento humano e seu potencial preditivo, há igualmente riscos e possíveis desvantagens que importa não escamotear. Um deles prende-se com o cumprimento do requisito da transparência da informação: é crucial ser informado acerca do modo como foram produzidos os dados e compreender as decisões que são tomadas por força do recurso às máquinas inteligentes. Um outro tem a ver com o modelo da chamada “aprendizagem automática” (Oliveira, 2019, p. 60), baseado no princípio de que os computadores podem aprender com a experiência, quando aplicado à produção de conhecimento sociológico. Neste caso, quando a máquina passa a aprender de *per si* a prever comportamentos humanos a partir da informação que lhe é fornecida, sem a necessária apreensão dos níveis estruturais e interactivos da acção social, é de artificialismo do potencial preditivo do comportamento humano que na realidade se poderá tratar ...

Para além destas referências, destacadas da leitura dos códigos consultados, importa reflectir sobre outras frentes dilemáticas que colocam novos (ou renovados) desafios à tarefa de produção de conhecimento científico sobre o social.

5. Uma delas refere-se às potenciais tensões entre *protecção de direitos humanos e possibilidades de pesquisa*. Justamente, o reforço da noção de direitos humanos à escala mundial traz, como corolário, a preocupação acrescida com a protecção dos seres humanos, em geral, e dos considerados especialmente vulneráveis (crianças, portadores de deficiência, minorias...), em particular, o que coloca não apenas maior exigência nos padrões de conduta ética por parte dos cientistas sociais, mas também novos reptos.

Por um lado, a percepção socialmente disseminada de direitos a proteger poderá reforçar blindagens de acesso a certas populações por parte de potenciais *gatekeepers* (pais, directores de instituições, ministério(s) de tutela, cuidadores, entre outras figuras-guardião possíveis).

Por outro lado, no caso de populações ou grupos não tutelados, mas socialmente vulneráveis, a conquista de um maior *empowerment* alcançado no contexto de lutas por reconhecimento (Fraser, 2007) — como consequência ou não dos efeitos de “desvendamento” que a ciência oferece, propícios à reflexividade acerca da sua condição — pode envolver protocolos complexos de negociação entre

observador e observado(s) que, em última análise, impõem formas de pressão e/ou de condições de acesso contrárias aos requisitos inerentes à produção de conhecimento científico. Importa reiterar que a relação “observador/ observado” e os processos de recolha de informação são eles próprios processos sociais *sui generis* de produção de conhecimento científico (Almeida & Pinto, 1986) e, nessa medida, uma permanente reflexividade epistemológica não pode ser dispensada. No actual contexto social, mais conhecimento pode significar, paradoxalmente, mais vulnerabilidade científica perante a sua potencial captura e instrumentalização por parte de uma diversidade de interesses concorrentes (Eizagirre, 2017, p. 107). Apesar de a submissão a interesses alheios aos critérios científicos ser eticamente condenada pelo Código regulador da prática da Sociologia (“os sociólogos devem procurar conseguir a maior objectividade possível na análise da realidade social. Trata-se, não de considerar a produção de conhecimento sociológico como socialmente neutra, mas de evitar distorções deliberadas resultantes de interesses ou convicções (...)”) (APS, 1992, p.3), a questão que se coloca tem a ver com possibilidades de pesquisa: será que a potencial radicalização cívico-política dos sujeitos ou dos seus zeladores não compromete o futuro do artesanato sociológico? Será que a prazo o sociólogo não se confrontará com a impossibilidade de estudar sociologicamente certos temas (“sensíveis”) e certas populações (“vulneráveis”)?

6. Um outro conjunto de questões gira igualmente em torno de dificuldades de acesso ao campo, mas por motivos distintos: trata-se, desta vez, da relação entre *proliferação de pesquisas e angariação de sujeitos*. Na contemporaneidade, e associado ao aumento das qualificações e à generalização de formas de gestão e controle baseadas na monitorização assídua de resultados, assiste-se a uma pericialização alargada nos vários domínios da vida social. Proliferam especialistas e, em particular, observa-se a interferência do exercício da *expertise* em Ciências Sociais no quotidiano dos indivíduos. Estes já não são apenas solicitados para responder a inquéritos conducentes à produção de estatística oficial (INE), mas passam a ser regularmente confrontados com sondagens e pesquisas de mercado, através de inquirição de rua ou telefónica, bem como com inquéritos de avaliação da qualidade de serviços prestados nos mais variados domínios da existência (hospitais, bancos, hotéis, telecomunicações, restaurantes, seguros, manutenção automóvel...) — para já não falar do obrigatório preenchimento de instrumentos de inquirição constantes da avaliação do seu desempenho, em contexto profissional. Neste âmbito, um dos desafios que se coloca é o da disponibilidade dos sujeitos para participar em pesquisas académicas. O cansaço, ou mesmo a exaustão dos quotidianamente assediados cidadãos poderá tornar difícil a tarefa de angariar inquiridos,

entrevistados, observados no contexto da investigação académica... Para o contrariar, parece estar a popularizar-se em Ciências Sociais práticas de aliciamento de participantes para a pesquisa através da oferta de pequenos bens ou de pagamento, à imagem do que sucede com as ciências biomédicas ou os testes médico-farmacêuticos. O trabalho de sociólogos em equipas interdisciplinares pautadas por padrões de conduta relativamente invulgares na Sociologia pode, justamente, estar a contribuir para a naturalização desses procedimentos de angariação premiada. No âmbito do debate conducente à revisão do Código Deontológico, importa também discutir os problemas éticos que tais práticas poderão colocar.

7. Se estas questões se colocam hoje genericamente à tarefa de “fazer Sociologia”, o contexto específico em que ela tem lugar não deixa de emprestar contornos singulares à sua concretização. Assim, não se pode concluir este ensaio sem mencionar alguns desafios particulares associados ao contexto português actual.

O primeiro ancora-se ao chamado “new public management”,<sup>7</sup> em popularidade crescente na gestão da administração pública, potenciada pela situação de crise económica vivida nos últimos anos no país. A tendência de crescimento anémico de dotações orçamentais públicas para investigação e desenvolvimento (I&D), em % do PIB (INE/Pordata, 2019), tem vindo a colocar pressão institucional sobre os investigadores para se transformarem em “empresários por contra de outrem”, angariando a todo o custo financiamento para a pesquisa que possa simultaneamente verter mais-valias financeiras que permitam custear os “custos de operação” (*overheads*) da instituição empregadora. Até que ponto este imperativo, ao impelir os investigadores a aceitarem todo e qualquer tipo de solicitação, não pode estar a promover situações que comprometem a qualidade da produção de saber sociológico? Ao não serem oferecidas pelos financiadores as condições mínimas exigíveis para uma pesquisa séria e rigorosa, seja em termos de duração (ex: pode-se fazer uma pesquisa em 15 dias?), seja em termos da independência científica para produzir conhecimento cujos resultados podem contrariar a agenda político-ideológica ou os interesses particulares de quem o encomenda (ex: pode-se alterar conclusões de pesquisas para agradar a financiadores?), não será legítimo recusar encomendas de estudos – como aliás o sugere o Código Deontológico da APS –, por muito financeiramente aliciantes que estas possam ser? Neste caso, que garantias oferece o Código e o Conselho de Deontologia da APS na defesa dos seus pares, em caso de diferendo com a instituição empregadora a este propósito?

Esta questão é tanto ou mais pertinente em conjunturas, como a que actualmente se vive em Portugal, de precarização acentuada do trabalho científico. No caso do Ensino Superior, os recentes inquéritos ao potencial científico e tecnológico

nacional revelam um aumento da proporção de “bolseiros” no conjunto das situações profissionais aí existentes: de 38%, em 2014, ascendem a 41%, em 2016, ultrapassando mesmo a proporção de docentes e investigadores de carreira (DGEEC, 2016, 2017, 2018). Ora, sabe-se como essa condição laboral, assente em contratos de duração limitada, é precária e incerta, atingindo particularmente os mais jovens que, na realidade, são um dos pilares de sustentação do edifício I&D em Portugal: os investigadores com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos representavam, em 2016, 31% do contingente total. A dependência hierárquica e funcional destes jovens cientistas face aos docentes e investigadores de carreira — e, de uma forma mais lata, relativamente às instituições de acolhimento e seus dirigentes — torna-se mais acentuada, por força da vulnerabilidade da sua condição de precariedade, o que pode condicionar a forma como actuam cientificamente, submetendo-se às pressões institucionais de angariação de financiamento (a todo o custo) e de produtividade (intensiva), optando por vias que podem comprometer as boas práticas de conduta ética...

8. Neste contexto, importa reforçar a visibilidade e centralidade do código deontológico no exercício da Sociologia, enquanto horizonte regulador da conduta ética dos seus profissionais. Apesar de a sociologia portuguesa ter sido relativamente expedita na elaboração de um código de deveres profissionais, paradoxalmente muitos sociólogos parecem desconhecer o seu conteúdo ou, pelo menos, não o utilizar como recurso diário no seu desempenho profissional — nomeadamente, como instrumento legitimador de decisões éticas quanto a linhas vermelhas a não ultrapassar. Na verdade, será que o código deontológico da APS é referido e apresentado aos aprendizes de Sociologia na sua formação académica nas universidades portuguesas? Qual o espaço dedicado a abordar questões de ética profissional com os alunos dos cursos de Sociologia? Até que ponto o código deontológico é instrumento presente, i.e., efetivamente usado e invocado, na prática dos sociólogos e dado a conhecer a terceiros como regulador da sua prática? Embora nele se indique que “no estabelecimento de relações contratuais para o exercício das suas atividades profissionais, os sociólogos devem explicitar junto de empregadores, clientes ou financiadores a sua adesão a este código deontológico” (APS, 1992, p.5), será esta prática habitual?

9. Um último ponto merece destaque nesta reflexão. O código de conduta ética que inspira a comunidade sociológica internacional começa por referir que “a eficácia de um Código de Ética repousa principalmente na *auto-disciplina* e no *auto-controle* de quem a ele se aplica” (ISA, 2001). Semelhante apelo a um procedimento injuntivo

auto-regulador decorre da recusa, relativamente consensual entre a comunidade sociológica portuguesa, em converter-se numa corporação seletiva, fechada e autorregulada, como o é a figura da Ordem Profissional. Esta recusa de fechamento advém, justamente, de argumentos fundamentados no seu próprio património científico, inspirados quer na sociologia das profissões, quer na sociologia das desigualdades sociais (Costa, 2018).

Ora, o princípio de autorregulação, baseado no mero voluntarismo individual na adopção de conduta ética adequada, é sem dúvida louvável, mas nem sempre seguido. Assim sendo, importa não escamotear a questão da forma como se poderão dirimir conflitos decorrentes de uma actuação profissional incorrecta ou mesmo fraudulenta. De uma forma genérica, a tendencial universalização do ensino superior e a relevância dos diplomas como meio de acesso ao mercado de trabalho e, mais especificamente, a escassez actual de lugares de carreira no ensino superior ou na administração pública — para onde uma proporção significativa de sociólogos outrora se dirigia — aumentando a competição pelos lugares disponíveis, são elementos que potenciam estratégias instrumentais que, para alguns dos seus protagonistas, dispensam uma ancoragem ética. Na previsão expectável de uma crescente actividade crítica e denunciadora de atropelos moralmente condenáveis (plágios, autoplágios, fraudes científicas e académicas) e de injustiças cometidas pelos pares<sup>8</sup> (em concursos para entrada ou progressão na carreira, em candidaturas a projectos e financiamento, na contabilização de elementos de produtividade científica, etc.), as expectativas depositadas na APS e no seu Conselho de Deontologia enquanto órgão desejavelmente imparcial na arbitragem de conflitos são compreensivelmente elevadas. No entanto, por emanar de uma associação profissional, o seu alcance é forçosamente limitado. Tal como definidas no Código Deontológico, as incumbências deste Conselho têm um carácter genérico e tendencialmente preventivo, resumindo-se à “sensibilização, o esclarecimento, o aconselhamento, a arbitragem, a acumulação de exemplos e o aprofundamento das interpretações perante problemas deontológicos que lhe sejam colocados” (APS, 1992, p. 14). Em particular, a noção de “arbitragem” pode evocar uma amplitude jurisdicional bastante mais vasta e conseqüente do que aquela que na realidade este órgão dispõe. Coloca-se assim, perante a comunidade de sociólogos, a questão de identificar claramente o papel a esperar do Conselho de Deontologia desta Associação na arbitragem da conflitualidade interna. Que tipo de protecção e defesa de direitos dos profissionais da Sociologia face a más condutas e/ou ameaças externas pode uma Associação como esta desencadear?

A resposta remete para a elaboração de pronúncias sem poder sancionatório que não o meramente simbólico. Caberá às instâncias institucionais de filiação de

queixosos e prevaricadores avaliar e decidir acerca da gravidade do acto cometido e das acções a empreender. A este respeito, no entanto, as respostas têm sido geralmente frouxas e parecem estar muitas vezes aquém do esperado, como parece concluir-se de um recente estudo sobre o tema: prevalecem “concepções (do que é um comportamento fraudulento) altamente permeáveis à subjectividade de quem as avalia”, à qual se somam, frequentemente, decisões baseadas em critérios de conveniência conjuntural das lideranças institucionais (Peixoto, Esteves, Seixas, Almeida & Gama, 2016, pp. 208-209).

Para concluir, um apelo deixado aos leitores. A aleatoriedade conjuntural, subjectiva ou instrumental destas decisões não poderá justamente dar sentido à necessidade de criação de uma instância independente e escrutinável (uma Provedoria do Ensino Superior e Ciência?) que, à escala nacional, permita analisar e dirimir, com base em competência jurídica, mas também científica, conflitos e situações de manifesta injustiça académica e científico-profissional?

### **Agradecimentos**

As autoras agradecem as úteis sugestões deixadas pelos revisores deste texto, que em muito contribuíram para a sua versão final. No entanto, a responsabilidade do conteúdo expresso e das eventuais imprecisões que este possa apresentar é da exclusiva responsabilidade das autoras.

### **Contribuição dos autores**

As três autoras realizaram o trabalho empírico de pesquisa, recolha e análise dos documentos regulatórios indicados no texto. Maria Manuel Vieira elaborou inicialmente este texto e desenvolveu as propostas avançadas no ponto “Sociologia e novos desafios na actividade científica” que teve a revisão crítica das outras duas autoras. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

### **Notas**

Por decisão pessoal, as autoras do texto não escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 O produto desse trabalho foi apresentado no encontro Ética e Deontologia dos Sociólogos – Desafios no ensino, na profissionalização e na actividade científica, ocorrido em 29 de Janeiro de 2018 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- 2 O conceito de “actividade profissional” aplica-se aqui a todos os sociólogos que exerçam uma profissão em que a Sociologia constitua a matriz disciplinar de referência para a sua prática. A actividade académica e científica, a que este artigo se dedica de forma particular, representa tão-somente uma das múltiplas vertentes profissionais dos sociólogos.
- 3 Fraude Académica pode ser definida como “todo o acto ou omissão consciente que possa comprometer a justiça na avaliação dos desempenhos, competências e conhecimentos (...)” (Almeida, Seixas, Gama e Peixoto, 2015, p. 22)
- 4 Segundo Strgar e Vukadinovic (2018), apesar de existirem múltiplas propostas de definição para “fraude científica”, os autores convergem no reconhecimento dos seus “(...) basic types, most frequently singling out plagiarism, fabrication and the falsification of data.” (p. 119, sublinhado nosso).
- 5 Para efeitos deste estudo, assumidamente exploratório e ensaístico, optou-se por não incluir na análise códigos deontológicos de áreas científicas externas às Ciências Sociais.
- 6 Posteriormente à elaboração desta pesquisa, em Outubro de 2018, a Associação dos Profissionais do Serviço Social aprovou o seu código deontológico.
- 7 Este novo conceito de gestão pública assenta na aplicação de “(...) ideias próprias do mercado e do sector privado, baseando-se num racional liberal e na convicção da superioridade dos mecanismos de mercado, competição e interesses individuais como motivação para o trabalho (Martins, 2012, p. 15).
- 8 A “Petição pelo aumento das garantias de imparcialidade nos concursos da carreira docente universitária”, citada no texto de Tavares, Lança e Sin (2015) é, simbolicamente, um exemplo dessa actividade de denúncia pública de situações vividas como injustas.

## Referências

- Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., & Peixoto, P. (2015). *A fraude académica no Ensino Superior em Portugal: Um estudo sobre a ética dos alunos portugueses*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Almeida, J. F., & Pinto, J. M. (1986). Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais. Em A. Silva, & J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 55-78). Porto: Edições Afrontamento.
- Almeida, J. F., & Pinto, J. M. (1990). *A investigação nas ciências sociais* (4ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Associação Portuguesa de Sociologia (APS). (1992). *Código deontológico*. Lisboa: APS.
- Becker, H. (1982). *Art worlds*. Berkeley: University of California Press.
- Booth, W. C., Colomb, G. G., & Williams, J. M. (2003). *The craft of research* (2ª ed.). Chicago & Londres: The University of Chicago Press.
- Borges, V. (2014). Reputação, mercado e território. O caso dos arquitetos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 74, 73-92. doi: 10.7458/SPP2014743201



- Cardon, D. (2013). Du lien au like sur Internet. Deux mesures de la réputation. *Communications*, 2(93), 173-186.
- Costa, A. F. (2018). Sociólogos: Associativismo inclusivo versus fechamento corporativo. *Sociologia ON LINE*, (18), 81-87. doi: 10.30553/sociologiaonline.2018.18.4
- Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC). (2016). *Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional 2014. Principais resultados por setor de execução*. Lisboa: DGEEC – Ministério da Educação. Disponível em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=IPCTN14\\_Destaques\\_Setoriais\\_corrigido.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=IPCTN14_Destaques_Setoriais_corrigido.pdf)
- Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC). (2017). *Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional 2015. Principais indicadores de i&d setoriais*. Lisboa: DGEEC – Ministério da Educação. Disponível em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=IPCTN15\\_Resultados\\_Setoriais.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=IPCTN15_Resultados_Setoriais.pdf)
- Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC). (2018). *Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional 2016. Principais indicadores de i&d setoriais*. Lisboa: DGEEC- Ministério da Educação. Disponível em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=898&fileName=IPCTN16\\_Destaques\\_Resultados\\_Setoriais.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=898&fileName=IPCTN16_Destaques_Resultados_Setoriais.pdf)
- Eizagirre, A. (2017). Investigación e innovación responsables. Retos teóricos y políticos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 99-116. doi:10.7458/SPP2017834400
- European Commission (EC). (2018a). *Ethics in social science and humanities*. Disponível em [http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/other/hi/h2020\\_ethics-soc-science-humanities\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/other/hi/h2020_ethics-soc-science-humanities_en.pdf)
- European Commission (EC). (2018b) *Ethics and data protection*. Disponível em [http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants\\_manual/hi/ethics/h2020\\_hi\\_ethics-data-protection\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/ethics/h2020_hi_ethics-data-protection_en.pdf)
- European Sociological Association. (2015). *Ethical guidelines*. ESA – European Sociological Association. Disponível em <https://www.europeansociology.org/about-esa/governance/ethical-guidelines>
- Fraser, N. (2007). Reconhecimento sem ética?. *Lua Nova*, 70, 101-138.
- Instituto Nacional de Estatística/Pordata (2019). *Dotações orçamentais públicas para investigação e desenvolvimento (I&D) em % do PIB*. Disponível em [https://www.pordata.pt/Portugal/Dota%3%a7%c3%b5es+or%3%a7amentais+p%3%ablicas+para+investiga%3%a7%c3%a3o+e+desenvolvimento+\(I+D\)+em+percentagem+do+PIB-1099](https://www.pordata.pt/Portugal/Dota%3%a7%c3%b5es+or%3%a7amentais+p%3%ablicas+para+investiga%3%a7%c3%a3o+e+desenvolvimento+(I+D)+em+percentagem+do+PIB-1099)
- International Sociological Association. (2001). *Code of ethics*. ISA – International Sociological Association. Disponível em <https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/code-of-ethics>
- Martins, P. G. B. (2012). *As universidades fundacionais e o new public management* (Dissertação de mestrado). ISCTE-IUL, Lisboa.

- Morais, A. (1992). *Novo dicionário compacto da língua portuguesa* (vol. II). Lisboa: Editorial Confluência.
- Oliveira, A. (2019). *Inteligência artificial*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ordem dos Economistas. (1998). *Decreto-Lei n.º 174/98 de 27 de Junho. Criação da Ordem dos Economistas. CAP. X Deontologia profissional. Em Diário da República n.º 146/1998, Série I-A de 1998-06-27.*
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2011). *Código deontológico*. Publicação /21 abril 2011. 1ª Revisão 26 Dezembro 2016. Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses. Disponível em [https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/web\\_cod\\_deontologico\\_pt\\_revisao\\_2016.pdf](https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/web_cod_deontologico_pt_revisao_2016.pdf)
- Peixoto, P. (2016). *Ética e questões deontológicas na sociologia e na sociedade do consentimento*. Disponível em [http://www4.fe.uc.pt/fontes/etica\\_deontologia\\_sociologia.html](http://www4.fe.uc.pt/fontes/etica_deontologia_sociologia.html)
- Peixoto, P., Esteves, D., Seixas, A., Almeida, F., & Gama, P. (2016). Políticas institucionais, em Portugal, relativas à fraude académica. Em F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves (coord.), *Fraude e plágio na universidade. A urgências de uma cultura de integridade no ensino superior* (pp. 195-239). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pombo, O. (2000). Comunicação e construção do conhecimento. *Revista de Educação*, IX(1), 5-25.
- Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. (2014). *Carta ética*. Disponível em <http://www.spce.org.pt/PDF/CARTAETICA.pdf>
- Strgar, S., & Vukadinovic, M. (2018). Legal aspects of scientific misconduct: Causes and possible solutions. *Ethical Perspectives*, 25(1), 117-141.
- Stengers, I., & Deléage, E. (2014). Ralentir les sciences, c'est réveiller le chercheur somnambule. *Écologie & Politique*, (48), 61-74.
- Tavares, O., Lança, V., & Sin, C. (2015). Endogamia nas universidades portuguesas: Alguns casos. Em *Estado da educação 2015* (pp. 270-278). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Vieira, M. M., Diogo, A., & Marques, A. P. (2018, Janeiro). *Ética e deontologia na actividade científica*. Comunicação apresentada no Encontro Ética e Deontologia dos Sociólogos. Desafios no ensino, na profissionalização e na actividade científica, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

**Data de submissão:** 28/08/2019 | **Data de aceitação:** 13/03/2020



## FAHRENHEIT 451 OR A “NEW CAFÉ”? Old and new issues on political participation

## FAHRENHEIT 451 OU “A NEW CAFÉ”? Velhas e novas questões sobre participação política

*Maria João Simões*

Department of Sociology, Universidade da Beira Interior; CICS.NOVA.UMinho & LabCom. Estrada do Sineiro, s/n, 6200-209 Covilhã, Portugal. *Email:* mariajoaosimões@sapo.pt

*Antónia do Carmo Barriga*

Department of Sociology, Universidade da Beira Interior & CIES-IUL. Estrada do Sineiro, s/n, 6200-209 Covilhã, Portugal. *Email:* acab@ubi.pt

*Nuno Amaral Jerónimo*

Department of Sociology, Universidade da Beira Interior & LabCom. Estrada do Sineiro, s/n, 6200-209 Covilhã, Portugal. *Email:* nunoaj@ubi.pt

*Fábio Rafael Augusto*

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt 9, 1600-189 Lisboa, Portugal. *Email:* fabio.augusto@ics.ulisboa.pt

**Abstract:** Does e-participation enhance, or not, citizens’ political participation? Such a debate implies identifying whether there are contexts of social change and/or social reproduction, and, if change actually occurs, which direction it takes. When it comes to online political participation, it is necessary to highlight whether there is some continuity from the offline form of participation and if some new features of the online participation challenge democratic societies. Regardless of the optimism and pessimism in the field of (e-)participation, this article presents a reflective discussion on crucial issues impacting on political e-participation. More specifically, it discusses social inequalities in political participation as well as surveillance and threat posed to free political choices. In addition, it discusses how the public sphere and citizens’ (informed) political participation are challenged by the use algorithms, fake news, political propaganda and manipulation without public scrutiny.

**Keywords:** e-political participation; social inequalities; surveillance; (dis)information.

**Resumo:** A e-participação promove, ou não, a participação política dos cidadãos? Dar uma resposta a esta questão implica identificar contextos de mudança e/ou de reprodução social e, no caso de existir mudança, identificar que direção toma. Quando se trata da e-participação é necessário destacar se há elementos de continuidade em relação à participação política offline e se novos aspetos associados a esta participação desafiam as sociedades democráticas. Rompendo com o otimismo e o pessimismo no campo da e-participação, neste artigo, o nosso objetivo é apresentar uma reflexão sobre questões cruciais que têm consequências na participação política digital: as desigualdades sociais na participação política; a vigilância e a ameaça que se coloca a escolhas políticas livres; o modo como a participação política (informada) dos cidadãos e a esfera pública podem ser desafiadas através do uso de algoritmos, do aumento de notícias falsas e da propaganda e manipulação políticas sem escrutínio público.

**Palavras-chave:** participação política digital; desigualdades sociais; vigilância; (des)informação.

## Introduction

Democracy always requires some form of citizenship participation. This has become inseparable from media action, these being a way of promoting, mitigating or conditioning democracy. New media not only sharpen these possibilities, as they amplify the potential for contradiction in the mediated public sphere. The same medium or platform comprises positive and negative effects to citizens and to democracies. Modern public sphere is a “space of plurality and tension, place of crossroads between interests, values and norms with heterogenous origin and nature” (Negreiros, 2004, p. 34). In this space, new media (or social media) bloom and become central, turning the old and classic “public sphere” into a simulacrum: a “hypermediated public sphere”, a sort of contemporary “virtual agora”.

Are new ICTs (Information and Communication Technologies) being used for new political activities unreachable before or are they used to perform the same equivalent activities, although by other means? For example, an individual who used to write letters to politicians can now use the e-mail. Is the action in this case different than before? Has participation changed? Or is it just a case of participatory equivalents? (Anduiza, Cantijoch, & Gallego, 2009).

Participatory equivalents that, on the one hand, allow higher opportunities for people to express themselves politically, faster political messages that also reach a larger number of citizens (be an opinion or a call for action), organise and congregate political activities without time and space restraints. But, on the other hand, participatory equivalents can keep a continuity aspect facing offline participation, and yet, develop new constraints. Regarding this, what kind of changes are we facing in the political participation field?

When a new technology appears in the field of information and communication, a broader debate about its democratic potential is inevitable. It happened with the ICTs, the forums, the blogs and especially now with the web 2.0, also designated as social media, like Twitter or Facebook. More recently, the recurring optimism reports to democracy 4.0.

As it was the case with other media, we should actually acknowledge that the theoretical framework for the political (e-)participation field spans from optimistic authors, such as Rheingold (1996), Dahlgren (2005), Towner (2013) and Baek (2015) who pointed out the transformation of the field of political participation through the use of new technologies, to pessimistic authors, such as Moore (1999), Sunstein (2001), Baumgartner and Morris (2010) and Morozov (2013) who referred that (new) ICTs do not generate significant changes in political participation.

The dominance of the liberal conception of democracy in contemporary societies and the internet’s libertarian ideology has contributed, “until the turn of the millennium and in large extent, nowadays, to a gap between the supposed potentialities of ICTs and the practices that have developed in all domains of life, including political participation” (Simões & Jerónimo, 2018, p. 180).

Both points of view, either the optimistic or the pessimistic, seem to be very simplistic according to the complexity from the sociological point of view self-reference deleted. At the empirical evidence level, several researches, although yet scarce, point out to opposite results which are related not only with methodological questions that have yet to be assessed, but also and mainly due to the use of different theoretical frameworks about political participation, to the unspecified type of participation being researched, as if participation were a neutral word, and also to the fact that the more structural social issues and observed trends in political participation in contemporary societies are not being fully considered.

Thus, within the field of (new) ICTs in political participation it seems that there still is a long path to go, both from the theoretical and the empirical point of view. The focus of this article is not this issue, but confronted with several definitions of political participation and aiming at the core of the debate on the impact of ICT in political participation, we highlight the need to explain the concept being used, and for comparison effects, we have to use the same one, whereas in real or digital context. For similar reasons, on the other hand, due to the variety of political participation levels, we outlined also the necessity for the researchers specify in each investigation what level or levels of participation they are dealing with.

In this article we intend to make a small contribution to a more sociological and reflexive research on the use of internet platforms towards political participation. Our goal is to centre the reflection, on the one hand, on a continuous and recurring aspect: the social inequality in (e-)political participation. On the other hand, also taking into account the necessary requirements for political participation, we selected the aspects that are emerging or reinforcing themselves on internet platforms as fake news, filter bubble effect, nudging techniques and surveillance. In contrast to what we find in several articles, we based on sedimented knowledge from political sociology, to further develop those constraints placed on online political participation that may threaten the democratic system as we know it nowadays.

Firstly, we will defend that e-participation cannot be understood without taking in consideration the social inequalities that cross the political participation in real context. What are the effects of e-participation upon the different levels of political participation? Being the human societies structured according to gender,

age, income, social and professional category and ethnic group, and knowing that the interest to participate and the necessary skills for participation are also unequally distributed, as Bourdieu (1979) says, what happens in online contexts?

Secondly, it is imperative to think about organizational surveillance and its consequences. To an extent, the identified opportunities brought by new technologies to political participation can be destroyed, taking into account the threat of surveillance on civil and political rights.

Finally, being information a fundamental demand for political participation, our focus is on the difficulties that citizens face to become more informed about politics due to the large-scale proliferation of fake news and filter bubble effect that block the debate between different ideas and political stances. On the other hand, considering that surveillance, theft and selling of data allow to create citizens' profiles, it is important to analyse the threats posed to participation and democracy when some forms of manipulation and propaganda can be directed to the most vulnerable and receptive citizens, with no trace of public accountability.

### **Social inequalities and levels of political (e-)participation**

The acknowledgement of political rights and political equality exist in western democracies alongside with a structured social hierarchy concerning a diversity of social dimensions, such as gender, age, income, education, social and professional category, ethnic group, residence, etc. (Memmi, 1985). The same way, the sense of duty or the interest to participate or the political competences and efficiency are also unevenly distributed (Bourdieu, 1979; Mayer & Perrineau, 1992; Memmi, 1985).

For Memmi (1985), those inequalities are to be found in all political activities, whether inside the political parties or within the same socioeconomic group. Verba and Nie (1972) studying the Americans and Bourdieu's (1979) research in France, established that the socioeconomic condition strongly affects the political participation as well as the necessary interest and skills.

The major role played by education in political engagement has also been a large influence on researches about (in)competences. This is clearly understood in Memmi's (1985) statement that "all political practice has a character eminently intellectual, it consists, in most of cases, in the use of word and concepts" (p. 338). Most of the political activities are discourse-related (whether producing or reproducing it) and only a small number of people are engaged with them.

One must admit that different types of capital have contributed to inequalities of participation, as they do not have the same effect on social and political

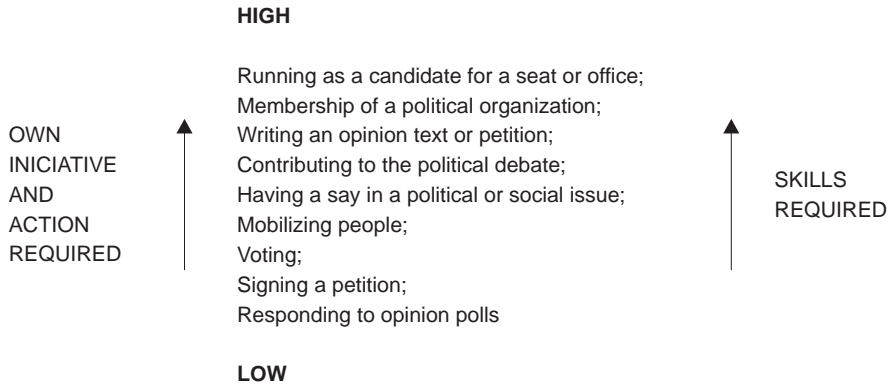
systems. The same action may have a “symbolic value” in the mediated public sphere that changes according to the “value” of the performer. Communication in the mediated public sphere uses language and its use “depends on the social placement of the utterer, which commands the access to the institutional language, the official, orthodox, legitimate word” (Bourdieu, 1998, p. 97). Discourse is an instrument of power, which manifests itself in the established relations of force between groups that coexist in society, each one operating with a corresponding linguistic skill (Bourdieu, 1989).<sup>1</sup>

Just as other authors, Carvalho (2014) points out that political inequalities reflect the social inequalities and those can be observed through the diversity of forms of political participation. Given the major trends of this inequality, an interrelation between skills and participation variables demands a clarification in the diverse forms of participation, leading to the proposition of a complexity scale concerning participation, from the simplest degree – voting – to the most complex one – writing a speech or actively participate in a political organisation. Logically, the top-scale actions require more skills than the down-scale ones. With the use of ICTs, would the unequal distribution of political participation be mitigated or reinforced?

The most technologically optimistic authors do not show – some partially, others entirely – any concern to this fundamental issue of social inequalities regarding political participation or the uneven distribution of political skills. Their technological deterministic approach proclaims ICTs as enough to eradicate inequalities in this domain; e.g. Krueger (2002) and Vicente and Novo (2014). General literacy (media, digital, health related) is, nevertheless, a contemporary key-skill. One can admit that media literacy, understood as a resource, be an “essential condition to the exercise of an active and full citizenship” (Commission of the European Communities, 2009, p. 10).

Other authors consider that traditional resources produce impact on individuals’ online behaviour, especially with respect to their online political engagement (Best & Krueger, 2005; Hansen & Reinau, 2006). For van Dijk (2000) there are strong probabilities for the inequalities to increase or, at least, to stay the same as before. A research on digital political participation in Portugal carried out between 1998 and 2002 by Simões (2005) points out the same direction. Vázquez & Cuervo (2014), on their research, highlight that digital contexts reinforce the opportunities of those who already were participants on offline contexts.

In view of the above, a political participation scale is also helpful to research political e-participation, one is presented in Figure 1. At the bottom of the scale, a large number of people conduct forms of participation close to what we name as



**Figure 1** Kinds and levels of political participation

Source: Adapted from van Dijk (2000, p. 176).

“mouse click” participation, like electronic polling, an action usually immediate and spontaneous. Otherwise, upscale there is to be found an active political elite, using the most modern electronic tools to improve their political activity, including participating in the decision-making process. Outside this frame, and consequently of the participation scale, lies the real excluded, those to whom ICTs are not even available.

Nonetheless, in the case of digital political participation, as Simões (2005) states, we can point out to a triple filtering process regarding digital political participation, because social differentiation factors, as gender, academic qualifications and professional category, that impact in political participation are also present in access and use of ICT, as well as in the distribution of skills in operating electronic devices, a fact also stated by Breindl (2010). Considering everything presented so far, a question can be raised: which kind of electronic tools do people use for different political uses?

Despite the necessity of carrying out these researches during several years, attributing them an extensive character, we can find a new media segmentation, according to political participation inequalities self-reference deleted. The reflection about the online tools chosen for different types and levels of political participation “suggests that, despite the multifunctional character of some electronic tools, tools are, to a large extent, being placed in a hierarchy according to types and levels of political participation” (Simões, Barriga, & Jerónimo, 2011, p. 57). The top of the scale presents us the electronic NGO’s, political organizations that relies on the involvement and mobilisation of its members. These members should have cognitive resources — and other kind of resources as well — necessary to organise



and mobilise citizens for concrete actions, including drafting petitions, write letters or spread information.

Under this organisations' layer, there are the bloggers that regularly approach political issues, which, according to Barriga (2007), are more focused in a deeper, systematic and argumentative form of political discussion and opinion-making.

Descending the scale, we find Facebook, Twitter and other social media. As seen in the spring of 2011 in Northern Africa or more recently in 2013, in such places so distant from each other as Portugal, Turkey or Brazil, they have had an important role for mobilizing and organizing social protests (Price, 2010; Shangapour, Hosseini, & Hashemnejad, 2011). Facebook, as noted before, might be the most multifunctional tool available on the web. Notwithstanding, as Simões, Barriga and Jerónimo (2011) state, the political activity most present in Facebook is the production of small texts calling for mobilisation of social protests. These short texts ask for little expertise, especially compared to the skills applied by bloggers.

In the last layer there are the simpler online participation modes, mostly requiring no more than a click, therefore called "mouse-click participation".

### **Surveillance and the threat to political participation**

The darker side of surveillance has exponentially increased after 9/11; it has extensively broadened to all spheres and fields of social activity, intensively entering the routines of our private and daily lives, as has been referred by Lyon (2003).

Surveillance modalities were increased, and artefacts are becoming more and more sophisticated. Electronic cards, either for payment or identification, can trace shopping places and products (books, for example), revealing everyone's political stances. Devices like CCTV can easily be used for political purposes, recording meetings without anyone's permission or acknowledgment self-reference deleted. Biosurveillance also allows to trace connections between the bureaucratic and the physical realms (e.g., biometric passports or IDs) for political purposes. Surveillance is not just limited to fixed places, but also to online and offline mobility area. Offline mobility systems, namely GPS (Global Positioning Satellite) and GIS (Geographic Information Systems), allow locating and monitoring drivers and its use can be expanded to political sphere to watch where our political meetings and other political actions take action. On the other hand, online mobility also allows recording what we search for, what we read, with whom we speak and what is said. All of these artefacts can be used for purposes of political surveillance (Simões, 2011; Simões & Jerónimo, 2018).

This could be upsetting, as an increasing number of people are willing to make their personal data available in a relatively uninquiring way, especially in

the online context (Gainsbury, Browne, & Rockloff, 2018; Lee, Gillath, & Miller, 2019). The change in citizens' behaviour led to an exposing culture, where people are fascinated by showing their private lives everywhere, a kind of lateral surveillance or "sousveillance" (Ganascia, 2010; Han, 2014; Harcourt, 2015; Morozov, 2013). All these data are very appreciated by public and private organisations. This process of extensive and intensive sharing of information does not necessarily mean that people do not reflect on the use that is made of their data (Lupton & Michael, 2017). It is possible that the perception of risks associated with the sharing of personal information may be influenced by numerous aspects, such as the sense of familiarity with the context in which information is shared and the sense of confidence that it is possible to manage and control personal information in certain environments (Gainsbury, Browne, & Rockloff, 2018; Papathanassopoulos, Athanasiadis, & Xenofontos, 2016).

However, ICT remained central because they not only aggregate data from all kinds of surveillance, including their own, but also became possible the construction of widely interconnected databases, the categorization and the upcoming classification of individuals also for purposes of political surveillance. As Simões and Jerónimo (2018) says "Without ICTs, there would be no Big Data" (p. 189). The Big Data concept has been well exemplified when Snowden, on June 10, 2013, exposed several secret surveillance NSA programs carried out by government entities in conjunction with private companies, namely Facebook, Google, Apple, and other tech companies (Hintz, Dencik, & Wahl-Jorgensen, 2017; van Dijk, 2014). As Han (2014) says "The vigilant State and the market merge with one another" (p. 74).

In fact, all the mentioned forms of surveillance became threats to liberty, privacy, social justice and human rights. Imbalance of power between the "vigilant" and the "monitored" is growing and thus the risk of emergence of totalitarian societies, composed by increasingly "transparent" citizens (Lyon, 2001).

Facing quantitative and qualitative changes in surveillance, Haggerty and Ericson (2000) argue that we are witnessing the "'disappearance of disappearance' – a process whereby it is increasingly difficult for individuals to maintain their anonymity, or to escape the monitoring of social institutions" (p. 619). In this sense, these authors and others consider nowadays that the foucauldian tale is not the most adequate metaphors. Manokha (2018) disagrees and retakes the panopticon allegory, pointing out that it is still very accurate concerning electronic surveillance in contemporary societies, saying "the Panopticon clearly involved two sides of power: on one hand, the 'power over,' that is, the ability to spatially organise different categories of inmates, to observe them, to punish, and to discipline those whose behaviour violates the rules that must be followed; on the other hand, the

power exercised over oneself, that is, inmates who know that they are under constant surveillance end up exercising self-restraint and self-discipline, making any coercion totally unnecessary except in some rare cases of disobedience" (p. 222).

Manokha (2018) refers how the concept of "chilling effect", firstly used by Dolich (1993), perfectly adapts to the reality of nowadays, and it is used mainly to describe the great impacts on freedom of expression after Snowden's revelations, citing several researches showing how individuals and journalists changed their behavior, caused by their acknowledgement of being surveilled.

Facing the threats to political participation and democracy caused by surveillance, most authors focus democracy/privacy interdependence. Simões (2011) and Simões and Jerónimo (2018) point out a different assumption: surveillance challenges our autonomy as social and political actors. Regarding political participation, the debate around the autonomy concept is more heuristic than the privacy one self-reference deleted. Most people, when facing the claim around privacy-security trade-offs, rapidly choose security, saying they have nothing to hide. But "are they aware of the consequences brought to their autonomy by losing privacy? Are they aware of the loss on their faculty and power to make political choices and to participate in decision-making within the public domain?" (Simões, 2011, p. 95). Thus, when we face threats to political participation, the central issue, we argue, is autonomy.

Individual liberty is only possible when individuals are not systematically watched in public contexts and when state or other organizations do not interfere in individual private life. With individual liberty assured, individuals in an autonomous way acquire opinions about public issues affecting their daily lives and make their choices – the right to be unbothered and the right to privacy are therefore crucial issues of civil rights. Self-reference-deleted. The same happens with political rights: these rights will only be ensured if neither public nor private organisations follow, watch or interfere with individual political activities (Simões & Jerónimo, 2018).

In a similar way, theories of political participation, regardless the liberal conception of democracy in contemporary societies and the internet's libertarian ideology, outset from a very important principle: inequalities in economic, social and political resources limit autonomous choices, judgments and action. The most important issue is not if, but how people act, which became crucial to restate, on one hand, the effectiveness of civil, political and social rights, and enunciate, on the other hand, the concept of autonomy and the conditions to its effectiveness (Simões, 2011; Simões & Jerónimo, 2018).

Autonomy involves the ability and freedom to debate, judge, make choices and take decisions in private as well as public life. This demands not being

constrained by others or by the institutions where each person is integrated. The authenticity exists when autonomy is built and chosen by any given individual, and not by any other. To be authentic, autonomy also requires a rational presentation of itself. Autonomy depends on liberating from whatever restraints derive from relationships of domination (Held, 1996; Oldfield, 1998; Roche, 1998).

In this way, autonomy is a crucial and necessary condition for the exercise of democracy and, consequently, for political participation (Couldry, 2017; Simões, 2011; Simões & Jerónimo, 2018). Nowadays we are facing intensive and extensive upgrades of surveillance that are threatening citizens' autonomy authors' reference deleted. Different surveillance artefacts may induce in citizens the awareness of their permanent "visibility", make them feel fear and afraid concerning political activity. They can also prescribe our political behaviour, from responding to opinion polls or voting to more complex activities like being active members of a political organization.

For the overoptimistic, risk can be faced through either statutory agencies or/and technological solutions. But regulation measures cannot keep up the rate of technological development, it is difficult to implement legislation, and nothing can assure that it will be carried out. Public debate is undervalued, current trends – like rising populism and extremism getting to power – are ignored, while the number of countries detouring to "digital authoritarianism" is increasing, as Shahbaz (2018) alerts. These countries adopt the Chinese model of extended censorship and automated surveillance systems. As a result, internet global freedom decreased by the eighth consecutive year in 2018, accordingly to the latest Freedom on the net report mentioned by the author.

The widely publicised scandals involving Cambridge Analytica and Facebook, in 2018, thickened the disbelief and brought the old questions of privacy violation, surveillance and control by digital platforms and their owners over citizens<sup>ii</sup>. Short time after, Twitter was accused of sending mass messages praising the Labour party and criticising the Conservatives, in the last campaign for the British general elections. In this matter, these are not a new phenomenon. As known, in 2014, Google assumed that it runs all incoming and outgoing mails in Gmail accounts, to create customised ads.

From another point of view, we can say that politicians and governments are under suspicion of threatening freedom and democracy, as they use networks of users to spread messages with the aim of silencing critical voices with personal attacks. This phenomenon intends to create a wave of indignation, public pressure and fear about unfavourable opinions, and stop the spreading of those ideas. It was called "patriotic trolling" (Nyst & Monaco, 2018).

The expanding surveillance brought with it the threat or the reinforcement of totalitarianism. Facing this situation, what can we do? Understanding the impacts of surveillance technologies is a necessary condition for being able to assess ethically its effects, to participate in their choice and design, to regulate its use and to contribute for more responsible social practices that don't threaten the civil and political citizenship rights, i.e. the political participation.

### The fake news issue and the challenges to public sphere

One of the most persistent myths on the Internet, widely propagated by libertarians and the most optimistic is the major force of democratization underlying the Internet. Everyone would have access to information and be able to engage the public sphere created by the Internet, without being gatekept by more powerful interests.

In western countries, most governments, political pundits and journalists, given the predominance of liberal ideas, confuse availability of information with being informed. We can admit that the consumption of information, if it is not a form of participation, it is at least a boosting factor. Looking for information is a potential manifestation of an exercise of citizenship (Cabral, 2000), whereas the exposure to information media is a variable of civic and political involvement (Martin & van Deth, 2007). To have an active role, good citizens must be significantly informed about the government (Dalton, 2008).<sup>3</sup>

For Yankelovich (1991), the role that information has in the quality of public opinion is undeniable, but the equivalence between the quality of public opinion and being well informed is unacceptable.<sup>4</sup> A society working on this assumption interprets wrongly the nature and purpose of the public opinion in a democracy, as it undervalues the importance of a good public judgement defined as "a particular form of public opinion that exhibits **(i)** more thoughtfulness, more weighing of alternatives, more genuine engagement with the issue, more taking into account a wide variety of factors than ordinary public opinion as measured in opinion polls, and **(ii)** more emphasis on the normative, valuing, ethical side of questions than on the factual, informational side" (Yankelovich, 1991, p. 5). As the same author points out, arguments and counter-arguments contribute for the foundation of opinions. Public participation demands a public sphere containing a diversity of opinions. It is in that confrontation that citizens form their own opinion.

The public judgement issue is not technological, it is social. Even if according to the futurist utopians the ICTs can make this process easier, they do not contribute themselves to develop public judgement. It would depend on the choices made

by social actors who had the power to implement mechanisms that stimulate its development, namely the horizontal debate of public questions. Is the use of new media taking that road?

As said above, the predominance of liberal conceptions in western countries is such, that sometimes information availability is mixed up with being informed, which would send us back to the quality and veracity of the available information. What are we looking at, in this “brave new world”?

On the one hand, as previously discussed, resources that enable political participation are unevenly distributed. Confronting online reality, a Reuters Institute’s recent research (Kalogeropoulos & Nielsen, 2018) revealed social inequalities in news consumption in the United Kingdom. As online news sources grow, the inequality level in news consumption also grows. This confronts us, thus, with the possibility of new media promoting inequalities that strengthen the old social inequalities.

Social media, used in such a massive way, serving commercial interests of communication companies and governments or other political organisations, including terrorist groups, have been frequently used to disseminate fake news, feeding populisms and disinformation. The “fake news” expression is used so broadly and imprecisely that it has no exact meaning, which can have negative effects over democratic institutions and the public trust in the media. Actually, it comprises multiple conceptions and report several situations (falsehoods, errors, manipulations and conspiracies). Thus, conceptually, there is a recognised difficulty in framing fake news and their traits (Allcott & Gentzkow, 2017; Aymanns, Foerster, & Georg, 2017; Guess, Nyhan, & Reifler, 2018).

In the report of the “High Level Experts Group” (2018), requested by European Commission, the expression “fake news” is avoided, because it is considered inadequate to capture the complex problems of disinformation, which include contents that combine made up information with actual facts. Disinformation is defined as false, inexact or distorted information, conceived, presented and promoted to obtain profit or cause an intentional public hazard (European Commission, 2018).

Nevertheless, it is consensual that this is not a new phenomenon. The Pasquins, in Italy, the Canards, in the 17th century France, the fabricated news, in Germany, in the 19<sup>th</sup> century, or the case of Theodor Fontaine, the Orson Welles’ radio show, that staged The War of the Worlds are examples of that. In the current context, with the technological transformations and the online environment experience, the potential for wide spreading has increased significantly.

Social media architecture and their business model increases the speed of disseminations of disinformation — recent researches conclude that false information

run at higher speed than truthful and trustworthy information (cf. Vosoughi, Roy & Aral, 2018). In traditional media, falsehood can easily be wronged, as information is under legal bindings towards contradictory and equanimity. In social media, there is no self-regulatory measures against fake news, which can get readers at a global scale. Even if such news are contradicted or showed false, no one can assure that the correction will be read by the initial number of readers. Furthermore, the next day, that is no longer the top issue, facing real news and the excess of information.

In a causal relation, the lack of trust in media and politics is sharpening. According to Edelman Trust Barometer, 2018 (which comprises 28 countries), 63% say they cannot distinguish between good journalism and fake news; 59% consider themselves unable to identify the truth; just 56% trust political leaders. Following Habermas, we can say that journalists and politicians occupy the core of the political system and they are "two types of actors without which no public sphere could ever work" (Habermas, 2008, p. 14). Nevertheless, with new media, we see the transformation and perversion of the role of both. For example, politicians like Donald Trump or Jair Bolsonaro use social networks in a way highly marked by the elimination of the mediation role of journalism.

The increase of false news may have the outcome of producing more social inequalities in political participation, considering the issues above: the lesser the socioeconomic condition and cultural capital and the lower the levels of literacy, the shorter skills to identify false news, which could be thought further in future researches. Most human activities are socially regulated, and the regulation of digital media is unsurmountable, which raises the identification of solutions. Which solutions? Facing the installed intensive and extensive surveillance, there is the threat of a widespread censorship. A wrong to fight another wrong.

With the increase of false news, it becomes even harder, according to Yankelovich (1991) to form a good political judgement.

Advancing to the analysis and challenges presented to the public sphere, the debate, the arguing and counter-arguing of political issues are easier in the virtual sphere through the creation of multiple virtual public spheres? It is this assumption that we intend to defy, given the importance of algorithms in the process.

The political choice includes, on the one hand, debate, because individuals, when discussing with each other, often disagree in civic and political issues that worry them. On the other hand, it helps individuals to overcome their narrow interests. It is through debate that individuals constantly reencounter, reevaluate, and reorganize their values, beliefs and opinions, which will serve as a basis for political participation. The idea that tested and reevaluated values and opinions,

confronted by opponent arguments, are preferable to those acquired and never again reconsidered underlies the concept of deliberation (Barber, 1984; Fishkin, 1997; Oldfield, 1998; Yankelovich, 1991).

What happens with ICT, including social networks? Even before the rise of social networks, some authors revealed that in debating forums, like mailing lists, people tended to group around similar political beliefs, making the debate and the clash of ideas almost inexistent. These forums were not politically heterogeneous, and they constituted and consolidated with participants with similar political opinions (Dahlberg, 2001; Wilhelm, 1999).

Algorithms allow deepening this trend, instead of creating a new reality, as it is often referred. Algorithms are not neutral. Algorithms introduced by powerful organisations, namely Google, organise their sources of information in a way to provide people only the information they want, i.e., data are more individualised and craved towards the users' interests, and at the same time they are drawn away of finding or knowing people with different points of view and different forms of interacting with the world (Pariser, 2011; Reed & Boyd, 2016). This problem is known as "filter bubble" (Pariser, 2011). In other words, "personalized information builds a 'filter bubble' around us, a kind of digital prison for our thinking. How could creativity and thinking 'out of the box' be possible under such conditions? Ultimately, a centralized system of technocratic behavioural and social control using a super-intelligent information system would result in a new form of dictatorship" (Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari & Zwitter, 2017, p. 12). Anyone who reads far-right sites will find only far-right sites in their searches. With traditional media, people have more access to opposite opinions and to contradictory arguments, and even when they buy their preferred newspaper or magazine in a newsstand, they will eventually end up looking at other front pages.

The referred situation may cause a growing polarization and fragmentation, due to the formation of separated groups, which no longer debate among themselves, do not even try to understand each other's point of view, and stimulate the conflict against the opponent (Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari & Zwitter, 2017).

No only algorithms are making public debate harder. The exchange of opinions online is frequently typified by insults. The existence of "hate speech" is palpable, nowadays. It is so frequent that some internet behaviours gained their own slang, like haters and trolls. These incite behaviours that are the opposite of what Dalton defends as "good citizens": to participate in democratic deliberations and to discuss politics with other citizens, understanding their points of view (Dalton, 2008).



Algorithms have, indeed, a significant role in giving form to the field of news and information, increasing the concerns about its impact on public speech. The way that they are programmed raises the question of equal access to the means of production, dissemination and access to online information. This happens because there is a significant barrier to multiple and underground channels through which the population communicates, spreads information and challenges powerful interest groups, essential issues referred by authors like Barber (1984), Yankelovich (1991), Fishkin (1997), and Hale, Musso and Weare (1999).

Many critics consider that we are facing a new unprecedented challenge. But the challenge is old, only surfacing again under a new shape that undermines democracy and widens social inequalities. We face the recurrent issue mediation/gatekeepers. The analysis and accountability mechanisms are changing with a growing power of mediation from the big technological conglomerates, like Google, using algorithms. Google, as well as Facebook, are free to manipulate information with algorithms. They interfere in the type of news we consume, and in the way we form our own opinion (Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari & Zwitter, 2017). As Leonhard (2017) says, where will the concerns about the recurrent filtering, manipulating, or biased information stand?

Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari and Zwitter (2017) argue that powerful networks and complex relations established among the media, the governments, and big corporations lead the mainstream media to reproduce the points of view of the most powerful groups within society in an auspicious way, including those of the owners of the big media conglomerates. A relevant question can be raised: how far can we stand that big companies like Google, Facebook, Apple have more power than national governments and defy international institutions?

Likewise, as Held, McGrew Goldblatt & Perraton (1999) had affirmed, we have been watching a rising concentration of global scale media. Just as an example, look at the Murdoch empire, owner of the Wall Street Journal, The Times, The Sun, Fox News and Fox Television Stations, the publishing house HarperCollins, just to name a few, which are dominant in the public sphere of their original countries. It does not seem excessive to say that the space for keeping and creating new alternative media is narrower each day. Every time it is more difficult to give voice to "informed citizens" without economic power.

The issue of spreading fake information by the available online media, which assume more intensive and extensive characteristics, is intertwined to new forms of manipulation and propaganda in digital context, which are against democracy.

The Brexit referendum, the American presidential elections of 2016 and the presidential elections in Brazil, in 2018, are good examples of that. In the last-mentioned case, the massive dissemination of fake news and the use of on-line apps like WhatsApp, used to mobilise a large number of voters, seem to have been decisive for the election outcome. As Augusto Santos Silva (2018) wrote in the Brazilian Newspaper *Folha de São Paulo*, “the disinformation and populism feed each other, and both represent an enormous danger to democratic public life. They are tied, especially, by the cult of the leader (opposing to cosmopolitan and open elites), the lack of love for the public sphere, and, in correlation, the despise for communicational rationality” (n/p).

As Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari and Zwitter. (2017) say, nudging techniques are driven towards specific audiences (more vulnerable to manipulation), opposing to the traditional media, where political propaganda was publicized and open to contradictory. Parties, governments, companies wanting to influence electoral outcomes possess the ICT users' profiles, and communicate only with specific individuals, namely the ones that can be more receptive to some kind of propaganda, that interference not being noticed nor publicized.

To these authors (Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari & Zwitter, 2017), the combination of nudging techniques with Big Data leads to a new form of nudging, which they name as Big Nudging. The profiles of the citizens are built with an increasing amount of information largely collected without consent. These profiles explicit not only what people think and feel, but how they can be manipulated in very specific ways to do certain choices that they would not do without that interference, either to vote in a certain party or to buy a certain product. Nudging techniques are used with millions of people, without people realizing that they are being a target. There is no transparency or public scrutiny of that intervention, nor ethic constraints by the broadcasters. Several social networks, like Facebook, has already admitted taking part in these kinds of practices.

We are confronted with one more dimension of inequality, if we consider some theories of reception, which state that critical ability and reaction skills to what is broadcasted by media depends on the socioeconomical condition and the cultural capital of the receptors. In this process, given the knowledge of people's profiles, people with less critical and interpretative skills can be chosen to be targets of manipulation. Those who control the nudging techniques can win elections, acting over the most uninformed people and the undecided voters.

We are being confronted with an eroding movement inside the democratic system (Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari &

Zwitter, 2017), because the above-mentioned manipulation and propaganda are not public, they are hardly reported, and they are driven to some audiences only.

It is clear that "manipulative technologies restrict the freedom of choice. If the remote control of our behaviour worked perfectly, we would essentially be digital slaves, because we would only execute decisions that were actually made by others before" (Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari & Zwitter, 2017, p. 8).

### **Final reflections**

The concept of participation is not a neutral word, as it is related to distinctive political and ideological conceptions. In this sense, in any research it is crucial to specify what type and level of participation are being used. On the other hand, within the broad spectrum of social research on technology, scientists have been more focused on case studies, and there is a need to move towards more extensive research, despite the difficulties that may be encountered. In this paper, we intended to point out another analytical perspective aimed to present sedimented knowledge from political sociology, which we consider the starting point to any discussion about ICTs potential. We consider that starting from that theoretical background not only we can verify what can be different when ICTs are used for participation, but also if the use of ICTs can significantly change what we nowadays consider to be political participation.

As technological possibilities are not automatically turned into social possibilities, i. e., as technological devices do not erase the existent social inequalities, it is mandatory to analyse that dimension, regarding the political participation in digital context, so we can understand the changes that might occur leading to the increase, the decrease or even the reconfiguration of said inequalities.

To the technological determinists, technological possibilities offered by such devices are invariably turned into social possibilities, which would inevitably lead to higher levels of political participation. However, those same possibilities bring serious threats to human, civic and political rights, by means of electronic surveillance, which come up with unavoidable ethical questions that should be discussed, in a world where totalitarianism is – or can become – a recurrent danger. This reality is not very far, if we realized that the number of countries adopting the Chinese model of extensive censorship and automatized surveillance systems is constantly growing.

The democratic character of the public sphere may be questioned in other ways. Public participation demands, among other requirements, a public sphere with a range of opinions, as the process of confrontation will form citizens'

opinions. Online opinion exchange is highly noted by the use of insults and hate speeches, pushing citizens apart from what Dalton (2008) considered to be “good citizens”. On the other hand, algorithms organize information sources to give the users personalized data, driven towards their interests, confining the users to information that corroborates their previous choices (“filter bubble”). With new media, the old difficulties intensify: read, listen, and confront ideas to form an opinion (Barber, 1984; Fishkin, 1997; Hale, Musso & Weare, 1999; Yankelovich, 1991).

In addition to what has been referred, algorithms allow a change in the traditional ways of disinformation and manipulation. Nudging techniques are directed to particular audiences, without public scrutiny. Organizations that intend to manipulate elections can concentrate their efforts on profiled individuals, without ethic constraints (Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari & Zwitter, 2017). Those who control nudging techniques may win elections, acting over more vulnerable and receptive people.

In this case, we face lack of transparency and democratic control, an eroding of the democratic system. Manipulation and propaganda are not public, hardly denounced, and driven to specific audiences. Surveillance, Big Data and artificial intelligence are not being compatible with the core values of democratic societies. They may lead us to an automated society with totalitarian characteristics, controlling what we know, how we think and how we act (Helbing, Frey, Gigerenzer, Hafen, Hagner, Hofstetter, Hoven, Zicari & Zwitter, 2017).

The increase of fake news and nudging techniques make more difficult to perform a good public judgment (Yankelovich, 1991). This situation reminds the new social inequalities in political participation, considering the referred issues: the lesser the socioeconomic condition and cultural capital and the lower the levels of literacy, the shorter skills to identify false news, manipulation and selective propaganda.

In this debate, with so many unanswered questions and hard empirical approach (thus, so scarce), the role of social sciences is central to, intertwined with other knowledges, enlighten the darkness, the unpredictability and the uncertainty of this “new world”. Most human activities are socially regulated, and digital media is a necessity. Thus, it matters to identify and discuss solutions. Which solutions? Facing the intensive surveillance, we risk a widespread censorship. An evil to fight another evil? Are we facing the dystopian dream of Bradbury’s “Fahrenheit 451”, and the promise of a new café was once again unaccomplished?

## Notas

- 1 If extended studies in several countries show the major trends and the centrality of these variables, statistically speaking, they do not end the debate. Several factors can be highlighted, which can overcome this homogenous effect between social inequality and unequal political participation. Firstly, a valued and conscient belonging to a community (ethnic, ideology, religious, or any other) can increase participation, and eventually, balance the effects produced by a dominated social position (Mayer and Perrinau, 1992; Memmi, 1985). Secondly, what Mayer and Perrinau (1992) call system effects. Political participation also depends on (i) how political systems are organized; (ii) if they stimulate political participation; (iii) if so, if the used mechanisms are the most adequate. Thirdly, participation depends on the models of citizenship accepted by social agents, expressing different models and representations of political participation (Memmi, 1985). To these factors, we would add unique social, economic and political contexts.
- 2 Actually, the information published by The Guardian in March 2018, that the British company had used information of 87 million Facebook accounts to manipulate and gain electoral advantages in favour of Donald Trump has uncovered these practices for the general audiences.
- 3 To typify good citizens, the author uses these indicators: participation (voting, volunteering, political action); autonomy (make own opinions without external influence); social order (obeying the Law, serving the military at war, being part of a jury at court, denouncing a crime); solidarity (helping people in need) (Dalton, 2008, pp. 79-80).
- 4 Yankelovich (1991) follows Thomas Jefferson's conception of an informed public: a public with reflective, analytical and critical capacities, high ethical standards as well as factual information; rather than that of current journalists and experts for whom an informed public is one with a large volume of information.

## References

- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236.
- Anduiza, E., Cantijoch, M., & Gallego, A. (2009). *Political Participation and the Internet: A Field Essay. Information, Communication and Society*, 12(6), 860-878.
- Aymanns, C., Foerster, J., & Georg, C. P. (2017). *Fake News in Social Networks*. *ArXiv preprint arXiv: 1708.06233*. Retrieved from <https://arxiv.org/abs/1708.06233>
- Baek, Y. M. (2015). Political mobilization through social network sites: The mobilizing power of political messages received from SNS friends. *Comput Human Behav*, 44(1), 12-19.
- Barber, B. (1984). *Strong democracy: Participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California Press.

- Barriga, A. C. (2007). *Media, política e opinião: Uma tríade Complexa- Uma abordagem à opinião publicada em Portugal*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Baumgartner, J. C., & Morris, J. S. (2010). MyFaceTube politics: Social networking web sites and political engagement of young adults. *Social Sci Comput Rev*, 28(1), 24-44.
- Best, S. J., & Krueger, B. S. (2005). Analyzing the representativeness of Internet political participation. *Political Behavior*, 27, 183-216.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1998). *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel.
- Breindl, Y. (2010). Critique of the democratic potentialities of the internet: A review of current theory and practice. *TripleC*, 8(1), 43-59.
- Cabral, M. V. (2000). O exercício da cidadania política em Portugal. *Análise Social*, 35(154/155), 85-113.
- Carvalho, T. (2014). Modernidade, classes sociais e cidadania política: Portugal sob um olhar internacional. *Análise Social*, 212(3), 650-674.
- Commission of the European Communities (2009). *Jornal Oficial da União Europeia*, Retrieved from <https://bit.ly/2BKuUoR>
- Couldry, N. (2017). Surveillance-democracy. *Journal of Information Technology & Politics*, 14(2), 182-188.
- Dahlberg, L. (2001). The Internet and democratic discourse: Exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. *Information, Communication & Society*, 4, 615-633.
- Dahlgren, P. (2005). The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22, 147-162.
- Dalton, R. J. (2008). Citizenship norms and the expansion of political participation. *Political Studies*, 56, 76-98.
- Dolich, M. (1993). Alleging a first amendment chilling effect to create a plaintiff's standing: A practical approach. *Drake Law Review*, 43, 175-190.
- Edelman Trust Barometer. (2018). Edelman Trust Barometer – Global Report. Retrieved from <https://bit.ly/2rESPSI>
- European Commission (March 2018). Final report of the High Level Expert Group on fake news and online disinformation. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Retrieved from <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/final-report-high-level-expert-group-fake-news-and-online-disinformation>.
- Fishkin, J. S. (1997). *The voice of the people: public opinion and democracy*. New Haven and London: Yale University Press.
- Gainsbury, S., Browne, M., & Rockloff, M. (2018). Identifying risky Internet use: Associating negative online experience with specific online behaviours. *New Media & Society*, 1-21.
- Ganascia, J-G. (2010). The generalized sousveillance society. *Social Science Information*, 49, 489-507.

- Guess, A., Nyhan, B., & Reifler, J. (2018). *Selective exposure to misinformation: Evidence from the consumption of fake news during the 2016 US presidential campaign*. Retrieved from [www.dartmouth.edu/~nyhan/fake-news-2016.pdf](http://www.dartmouth.edu/~nyhan/fake-news-2016.pdf)
- Habermas, J. (2008). Comunicação política na sociedade mediática: O impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. *Libero*, 11(21), 9-20.
- Haggerty, K. D., & Ericson, R. V. (2000). The surveillant assemblage. *British Journal of Sociology*, 51(4), 605-622.
- Hale, M., Musso, J., & Weare, C. (1999). Developing digital democracy: Evidence from Californian municipal web pages. In B. Hague, & B. Loader (Eds.), *Digital democracy: Discourse and decision making in the information age* (pp.96-115). Londres: Routledge.
- Han, B.-C. (2014). *A sociedade da transparência*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Hansen, H. S., & Reinau, K. H. (2006). The citizens in e-participation. *Lecture Notes in Computer Science*, 4084, 70-82.
- Harcourt, B. E. (2015). *Exposed – Desire and disobedience in the digital age*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Helbing, D., Frey, B., Gigerenzer, G., Hafen, E., Hagner, M., Hofstetter, Y., Hoven, J. van den, Zicari, V., & Zwitter, A. (2017). Will democracy survive big data and artificial intelligence?. *Scientific American*. Retrieved from <https://bit.ly/2VKd6SY>
- Held, D. (1996). *Models of democracy*. Cambridge: Polity Press.
- Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., & Perraton, J. (1999). *Global transformations: politics, economics and culture*. Cambridge: Polity Press.
- Hintz, A., Dencik, L., & Wahl-Jorgensen, K. (2017). Digital citizenship and surveillance society. *International Journal of Communication*, 11, 731-739.
- Kalogeropoulos, A., & Nielsen, R. K. (2018). *Social inequalities in news consumption*. Retrieved from <https://bit.ly/2Ex7KVI>
- Krueger, B. S. (2002). Assessing the potential of Internet political participation in the United States: A resource approach. *American Politics Research*, 30, 476-498.
- Lee, J., Gillath, O., & Miller, A. (2019). Effects of self- and partner's online disclosure on relationship intimacy and satisfaction. *PLoS ONE*, 14(3), 1-35.
- Leonhard, G. (2017). *Tecnologia versus humanidade – O confronto futuro entre a máquina e o homem*. Lisboa: Gradiva.
- Lupton, D., & Michael, M. (2017). 'Depends on who's got the data': Public understandings of personal digital dataveillance. *Surveillance & Society*, 15(2), 254-268.
- Lyon, D. (2001). *Surveillance society – Monitoring everyday life*. Buckingham: Open University Press.
- Lyon, D. (2003). *Resisting surveillance, surveillance after September 11*. Cambridge: Polity Press.
- Manokha, I. (2018). Surveillance, panopticism, and self-discipline in the digital age. *Surveillance & Society*, 16(2), 219-237.

- Martin, I., & van Deth, J. W. (2007). Political involvement. In J. W. van Deth, J. R. Montero & A. Westholm (Eds.), *Citizenship and involvement in european democracies: A comparative analysis* (pp. 303-333). Abingdon: Routledge.
- Mayer, N., & Perrineau, P. (1992). *Les comportements politiques*. Paris: Armand Colin.
- Memmi, D. (1985). L'engagement politique. In M. Grawitz, & J. Leca (Eds.), *Traité de science politique* (v. 3: Action Politique) (pp. 310-366). Paris: PUF.
- Moore, R. (1999). Democracy and cyberspace. In B. Hague & B. Loader (Eds.), *Digital democracy: Discourse and decision making in the information age* (pp. 39-59). Londres: Routledge.
- Morozov, E. (2013). *To save everything click here*. London: Allan Lane.
- Negreiros, J. T. (2004). *Fantasma ao espelho. Modos de auto-representação dos jornalistas*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Nyst, C., Monaco, N. (2018). *How governments are deploying disinformation as part of broader digital harassment campaigns*. Institute for the Future. Retrieved from <https://bit.ly/2Mi8DYm>
- Oldfield, A. (1998). *Citizenship and community: Civil republicanism and the modern world*. Londres: Routledge.
- Papathanassopoulos, S., Athanasiadis, E., & Xenofontos, M. (2016). Athenian University students on facebook and privacy: A fair 'trade-off'?. *Social Media + Society*, 1-12.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble – What the internet is hiding for you*. New York: The Penguin Press.
- Price, J. H. (2010). The new media revolution in Egypt: Understanding the failures of the past and looking towards the possibilities of the future. *Democracy & Society*, 7(2), Democrats, Dictators, and Demonstrators Conference Issue.
- Reed, L., & Boyd, D. (2016). Who controls the public sphere in an era of algorithms? Questions and assumptions. *Data & Society*. Retrieved from <https://bit.ly/30F75e5>
- Rheingold, H. (1996). Electronic democracy toolkit. Retrieved from <https://bit.ly/30HTLpd>
- Roche, M. (1998). Citizenship, social theory and social change. In B. Turner & P. Hamilton (Eds.), *Citizenship – Critical Concepts* (pp. 88-110). Londres: Routledge.
- Shahbaz, A. (2018). *The rise of digital authoritarianism*. Retrieved from <https://bit.ly/2SF6rR>
- Shangapour, S., Hosseini, S., & Hashemnejad, H. (2011). Cyber social-networks and social movements Case study: Tehran (2009-10). *International Journal of Scientific & Engineering Research*, 2(1), 1-12.
- Silva, A. S. (2018, February 18). Será que as redes sociais estão substituindo os intelectuais?. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://bit.ly/2p9kqdn>.
- Simões, M. J. (2005). *Política e tecnologia – Tecnologias da informação e da comunicação e participação política em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Simões, M. J. (2011). Surveillance: A (potential) threat to political participation?. *ICDS 2011: The Fifth International Conference on Digital Society*, pp.94-99, Retrieved from <https://bit.ly/2QomoTm>



- Simões, M. J., Barriga, A., & Jerónimo, N. (2011). Brave new world? Political participation and new media. *SOTICS 2011, The First International Conference on Social Eco-Informatics*. Retrieved from <https://bit.ly/30FVsn0>
- Simões, M. J., & Jerónimo, N. A. (2018). Rear window – Transparent citizens versus political participation. In A. Saetnan, I. Schneider, & N. Green (Eds.), *The politics of big data – Big data, big brother?* (pp. 176-196). London: Routledge.
- Sunstein, C. (2001). *Republic.com*. Princeton: Princeton University Press.
- Towner, T. L. (2013). All political participation is socially Networked? New media and the 2012 election. *Social Sci Comput Rev*, 31(5), 527-541.
- van Dijk, J. (2000). Widening information gaps and policies of prevention. In K. Hacker & J. v. Dijk (Eds.), *Digital democracy* (pp. 166-183). Londres: Sage.
- van Dijk, J. (2014). Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, 12(2), 197-208.
- Vázquez, A. & Cuervo, M. R. (2014). Participo (online), luego existo. Un análisis de la participación social y política a través de Internet en España. *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 28, 13-34.
- Verba, S., & Nie, N. (1972). *Participation in America: Political democracy and social equality*. New York: Harper and Row.
- Vicente, M., & Novo, A. (2014). An empirical analysis of e-participation. The role of social networks and e-government over citizens' online engagement. *Government Information Quarterly*, 31, 379-387.
- Vosoughi, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). The spread of true and false. *Science*, 359(6380), 1146-1151.
- Wilhelm, A. (1999). Virtual sounding boards: How deliberative is online political discussion?. In B. Hague, & B. Loader (Eds.), *Digital democracy: Discourse and decision making in the information age* (pp. 154-178). London: Routledge.
- Yankelovich, D. (1991). *Coming to public judgment: Making democracy work in a complex world*. Syracuse, N.Y.: University of Syracuse Press.

**Data de submissão:** 20/08/2019 | **Data de aceitação:** 03/02/2020



## IMPACTOS DA CAPTOLOGIA

### Problemáticas, desafios e algumas consequências do “dar vistas” ao ecrã em rede

## IMPACTS OF CAPTOLOGY

### Problems, challenges and some consequences of “viewing” the network screen

*Pedro Rodrigues Costa*

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.  
Campus de Gualtar – Edifício 15, 4710-057 Braga, Portugal. *Email:* pedrocosta@ics.uminho.pt

**Resumo:** Atualizando o estado da arte sobre problemáticas, desafios e consequências da era digital, este artigo indicia que dar “vistas” ao ecrã em rede se tornou cada vez mais um ato perigoso. Algoritmos e estratégias de indução de comportamentos e opiniões estão ao serviço de um “mercado da atenção”. Grandes empresas do setor digital especializaram-se no domínio da atenção, no aprisionamento dos sujeitos ao ecrã. Diversas teorias e efeitos foram aplicados a algoritmos e a esquemas interativos que orientam os sujeitos não apenas em direção à informação ou ao ócio como também a impactos e consequências psicossociais que se tornam problemáticas para a saúde, social e mental. Além disso, ao listar um conjunto de consequências geradas pela era digital (e.g., ensombrecimento, nomofobia, *phubbing*, atazagorafobia, etc.), este artigo problematiza e compila estas e outras ameaças e impactos sublinhando a importância de se considerar o ato de “dar vistas ao ecrã em rede” um poderoso e complexo “actante”, imprevisível na individuação sociotécnica.

**Palavras-chave:** ecrã, captologia, impactos, algoritmos.

**Abstract:** Updating the state of the art on issues, challenges and consequences of the digital age, this article suggests that giving “views” to the network screen has become increasingly dangerous. Algorithms and strategies to induce behaviors and opinions are at the service of an “attention market”. Large companies in the digital sector have specialized in the field of attention, in the imprisonment of subjects to the screen. Several theories and effects have been applied to algorithms and interactive schemes that guide subjects not only towards information or leisure, but also to psychosocial impacts and consequences that become problematic for health, social and mental. In addition, by listing a set of consequences generated by the digital age (e.g., darkness, nomophobia, phubbing, atazagoraphobia, etc.), this article problematizes and compiles these and other threats and impacts underlining the importance of considering the act of “giving views on the network screen” a powerful and complex “acting”, unpredictable in sociotechnical individuation.

**Keywords:** screen, captology, impact, algorithms.

## Introdução

Este artigo visa dois grandes objetivos: discutir teoricamente a relação entre o mercado da atenção e o aparentemente inofensivo ato de “dar vistas” ao ecrã em rede; e

atualizar, enunciando e compilando, algumas ameaças, impactos e consequências sociais geradas pela dinâmica sociotécnica atual. Trata-se de uma discussão que se inscreve fundamentalmente na cadeia de “associações” (Latour, 2012) entre capitalismo informacional, visão, ecrã, redes digitais, atenção, impactos e consequências psicossociais. O ponto inovador deste trabalho é focar o simples gesto de “dar vistas ao ecrã” em articulação entre os efeitos micro e macrosociais e a subtileza dos algoritmos das plataformas digitais na afeção, simultaneamente psicológica e social. Dar conta deste aspeto parece-nos da maior relevância teórica para pensarmos hoje em várias dimensões da experiência contemporânea.

A expressão “dar vistas” é frequentemente utilizada pelos jovens portugueses, sobretudo das gerações Z e Y (Strauss & Howe, 2000), aquando da visualização de uma mensagem recebida sem que haja resposta. Dá “vistas” aquele que repara na notificação do *smartphone* mas que “entra” no espaço da mensagem e não responde. Significa que “deu vistas”, isto é, o sistema de mensagens registou a sua presença. Podemos afirmar que respondeu à notificação telemática do sistema, ao seu algoritmo, mas não à pessoa.

Num tempo marcado por uma forte individualização das relações sociais e da sociedade singularista (Lagrange, 2020; Martuccelli, 2006), em que laços sociais se estreitam cada vez mais por intermédio de ligações sociotécnicas, entendemos que esta reflexão deve associar à típica sociologia da socialização uma sociologia da individuação (Elias, 1993; Martins, 2019; Martuccelli, 2006; Neves & Costa, 2010). Isto é, ao invés de se pensar somente na relação entre o sujeito e o espaço das suas posições, representações sociais e tomadas de posição como o resultado de processos de socialização, a sociologia da individuação dá primazia aos indivíduos e às suas existências no conjunto da totalidade de associações para fazer uma análise macrosociológica, estabelecendo não apenas relação com classes sociais ou profissionais mas também com “intersubjetividades”, mesclas e “dobras” (Foucault, 2004; Tarde, 1978), operadas no confronto entre interioridade e exterioridade nos planos do sentir, pensar e agir.<sup>1</sup>

Assim, parte-se da noção de “intelectos contingentes”, ao invés da noção de “consciência coletiva”, na medida em que estes são os resultados e as traduções de entendimentos, distribuídos e generalizados em “convergência de meios” na contingência sociotécnica (Jenkins, 2009), que revelam as linhas de força da imitação, da oposição e da adaptação entre coisas humanas e não humanas (Costa, 2020). Como exemplo prático podemos mencionar qualquer ideia ou noção que se torna mediática, tanto por propagação e partilha da mesma no seio de uma convergência sociotécnica de meios, como pela força ou relação que se estabelece, originando ou permitindo o engajamento com pensamentos, sentimentos e ações naqueles que

lhes estão sujeitos. Ao circularem na atual individuação sociotécnica, os intelectos contingentes enquanto forças circulantes estão condicionados por estratégias que capturam a atenção e marcados por desafios da era digital, engajando os sujeitos que vivem numa dinâmica mediada por dispositivos tecnológicos (Siqueira & Bronsztein, 2015). Nesta dinâmica, encontram-se atores que até há bem pouco tempo não eram previstos — exemplo dos algoritmos e do *machine learning* aplicado à transformação e ao controlo de comportamentos e emoções.

Assim, pretende-se ainda atualizar, compilar e expor algumas controvérsias, expostas sob a forma de impactos, ameaças e consequências sociais geradas na dinâmica sociotécnica em frente ao ecrã reticular, de modo a reforçar a importância do debate em torno do *continuum* dinâmico e transformador que é “totalmente mobilizado” (Jungër, 2018) e “socialmente acelerado” (Rosa, 2016) pelo capitalismo informacional (Castells, 2007).

### Uma problemática da era digital: O crescente “mercado da atenção”

Em *A Opinião e as Massas* (original de 1901), Gabriel Tarde denunciava a emancipação da numeração da informação ante a qualificação da informação. Com este reparo o sociólogo dava ênfase ao facto de uma transição do modelo da “multidão” para o modelo de “públicos” corresponder a uma nuance que iria privilegiar o número de pessoas (públicos) ao invés da qualidade (e qualificação) dos públicos. A ideia era esta: com a massificação dos média, chegar a mais tornar-se-ia mais importante do que chegar com qualidade, ainda que a poucos (Tarde, 1992).

Este não foi um resultado pensado pelas ideias iluministas e românticas de Gutenberg (imprensa), dos irmãos Lumière (ecrã), de Farnsworth (televisão) ou de Tim Berners-Lee (Internet). Os seus objetivos eram pragmáticos e focados em resolução de problemas. No entanto, a quantificação superou em todos estes meios a qualificação, atravessando os média em geral (Habermas, 2000). No digital mais ainda: os algoritmos e o modo como estes se operacionalizam são objetivações numéricas (Baum, 2019). A perspetiva numérica, assente na quantidade de visualizações e de gostos e no grau de ligação entre seguidores e seguidos, foi radicalizada pelas tecnologias de informação e comunicação provocando uma nova individuação social. Quer dizer, a passagem

de uma organização de sobrevivência predominante para outra, que abrange mais pessoas, e que é mais complexa e diferenciada, a posição dos homens singulares transforma-se, de modo próprio, em relação à unidade social que eles formam em conjunto. [Essa passagem é] acompanhada (...) de outro padrão de individuação (Elias, 1993, p. 189)

De facto, os ecrãs em geral e as redes sociais digitais em particular contribuem para uma dinâmica sociotécnica geradora deste novo padrão de individuação, apresentando a contemporaneidade com os desafios do numérico: maior movimento e mobilização (Jungër, 2018); maior solicitação sociotécnica através de notificações e requisições telemáticas; e maior aceleração social, reflexo do aumento da velocidade técnica de transporte, comunicação ou produção (Rosa, 2016). A expressão “dar vistas” encaixa na perfeição para revelar o atual paradigma: dar vistas ao ecrã, conectado pela internet, é o que mais se faz atualmente na “civilização do peixe-vermelho” (expressão de Patino para mostrar o curto período de atenção dos mais jovens), uma civilização marcada pela omnipresença de sujeitos mediados por *smartphones* e comandados por uma economia digital produtora de técnicas de “captologia” (ciência da captura da atenção), em que convergem diversos meios sociotécnicos e da psicologia comportamental com um foco: dominar o “mercado da atenção” (Patino, 2019).

Este “mercado da atenção” é o resultado da dinâmica sociotécnica instalada em convergência entre diversos meios (Jenkins, 2009). As empresas do digital, autênticos colossos financeiros, desenvolveram vários tipos de “sedução” do olhar para que o sujeito fique permanentemente a “dar vistas ao ecrã”, roubando-lhe a atenção através de sofisticados algoritmos e de inspiradas técnicas oriundas de laboratórios comportamentais e altamente testadas em ambientes virtuais de jogo, onde se incluem técnicas presentes em jogos como por exemplo os de casino (Patino, 2019).

Se grandes feitos foram alcançados através das novas tecnologias de informação e comunicação — como o de aproximar os que estão distantes ou avultados ganhos das indústrias culturais/digitais, não deixa de ser também um facto a reprodução de um conjunto de impactos e consequências psicológicas e sociais que em nada contribuem para o bem-estar geral. Devido a esta individuação sociotécnica, e juntamente com as estratégias de domínio da “atenção”, acrescenta-se toda uma complexidade inerente à dinâmica humana em rede telemática onde variados efeitos e teorias psicológicas aplicadas nos algoritmos servem também para orientar e dominar as “vistas”, quer dizer, comportamentos, opiniões e emoções.

Se não é novidade o facto de o “objeto técnico” ser um poderoso ator na ação, na individuação e na ideação (Benjamin, 1992; Heidegger, 1997; Latour, 2012; Neves, 2006; Simondon, 1989), o facto de o ecrã se juntar à preferência humana de conhecer pela “vista” (Aristóteles, 2002) tornou-se uma mistura capaz de materializar fascínio e economia global (Lipovetsky & Serroy, 2010a).

A evolução do ecrã como actante<sup>2</sup> está hoje na quinta geração depois do ecrã-cinema, do ecrã-tv, do ecrã-computador e do ecrã-tablet. Esta é a era do

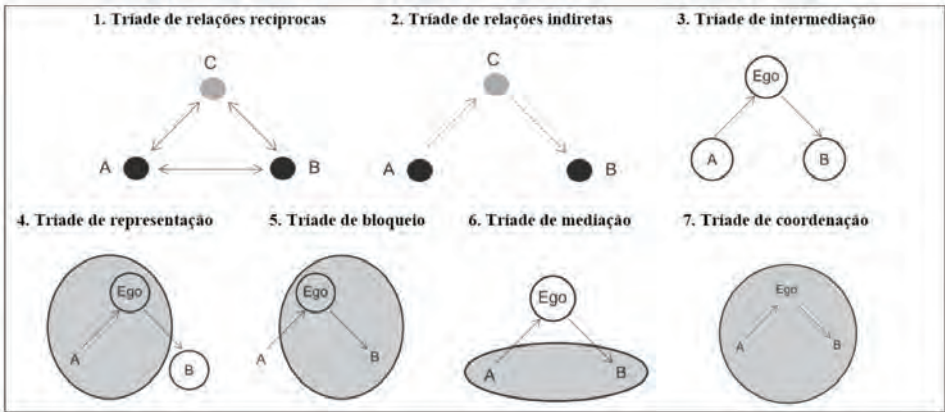
ecrã-smartphone (Costa, 2013; Lipovetsky & Serroy, 2010; Patino, 2019). Porém, há um antes e um depois da Internet no que à dinâmica “ecrânica” diz respeito. Antes da “internet no ecrã”, na lógica ecrã-cinema e ecrã-tv, o consumidor *ecrânico* era do tipo “espectador”, ainda pouco “emancipado” (Rancière, 2010). Com o ecrã conectado à internet (computador, *tablet* e *smartphone*), passamos para o regime do “prosumidor” (expressão retirada de Toffler),<sup>3</sup> um misto de consumidor e produtor de conteúdos. Se antes da internet o ecrã era influente e poderoso, com a possibilidade de conexão reticular e de acumulação e assimilação das técnicas e dos regimes ecrânicos anteriores o “ecrã global” tornou-se exponencialmente poderoso (Lipovetsky & Serroy, 2010). Entre outras características, continuou a verticalidade, ambicionando e concretizando, doravante, a horizontalidade. Além disso, o desenvolvimento técnico tornou-o tátil, mais pequeno e mais central: o tamanho no objeto técnico aumentou à medida que todas as restantes componentes técnicas diminuiram (Bauman, 2006; Costa, 2013).

Com o par ecrã-internet deu-se um crescimento exponencial da relação interativa e reticular. O jogo com a máquina passa a ser substituído por uma espécie de jogo desta feita com um igual, um par. O “jogo de espelhos”, antes com o papel ou a máquina, passou agora a ser mais uma espécie de “jogo de espelhos” com um igual a mim (Lippmann, 1922; Pena, 2010).

Este par ecrã-internet completa a ligação triádica entre ecrã, sujeito e outro. Coligações nascem. Se diante de uma díade cada um dos elementos “para sua vida precisa de ambos, para sua morte [precisa] somente de um” (Simmel *apud* Coser 1970, p.186), com a tríade dá-se “um equilíbrio entre forças positivas e negativas, especialmente entre conflito e cooperação. Nos jogos a três começa, começa propriamente a sociologia” (Higgins & Ribeiro, 2018, pp. 22-23). A tríade permite um senso de controlo que transcende a decisão individual.

Neste particular, a teoria de Simmel entrelaça-se com a teoria matemática dos grafos. Ao introduzir diferenças nas relações, de modo direto e indireto, a tríade permite o aparecimento de múltiplas possibilidades: relações recíprocas, relações indiretas, com intermediação, com representação, com bloqueio, com mediação e com coordenação.

A partir da figura 1, suponhamos que A é o “dar vistas”, que B são as reações dos sujeitos e C é a ciência da captologia. Se estivermos em regime de “relações recíprocas” (1), os três estão num plano idêntico. Contudo, a captologia gera “relações indiretas” (2), na medida em que está antes da reação dos sujeitos. Situa-se precisamente no meio de A (dar vistas) e B (reações). Assim, orienta as ideias, opiniões e comportamentos para interesses egoístas através da “intermediação” (3), para interesses de “representação” (4), para interesses de “bloqueio” (5), para



**Figura 1** Tipos de triades a partir de Simmel

Fonte: Higgins & Ribeiro (2018, pp. 22-26).

interesses de “mediação” (6) e para interesses de “coordenação” e orientação dos sujeitos (7).

Em suma, aplicado à dinâmica em redes digitais, o que temos são esquemas relacionais em torno de dinâmicas triádicas que se dinamizam constantemente, em função de diferentes níveis de engajamento entre as variáveis A, B e C. O que não significa que seja diferente das redes sociais não digitais. Simplesmente, os meios sociotécnicos permitem formas diferentes de estabelecer e de reproduzir os cortes, as mediações, as relações recíprocas, os bloqueios, as representações, as intermediações ou as coordenações. O que nas redes sociais não digitais se faz muitas vezes com palavras, nas redes sociais digitais faz-se tudo isto com imagens ou vídeos, numa conexão que permite ligação imediata entre os que se encontram, especialmente, afastados. Ou seja, o que é verdadeiramente diferente na dinâmica triádica da atual individuação sociotécnica é o modo de expor a contingência – na ideação, na reação e, globalmente, na individuação (Higgins & Ribeiro, 2018) – e, parafraseando Gabriel Tarde (1978, p. 6), o facto da “placa fotográfica<sup>4</sup> da tecnologia se tornar “quase” consciente do que nela se imprime. Ou seja, se a *machine learning* permite apreender os gostos e as emoções do sujeito como se de um outro cérebro se tratasse, então pode voltar a condicioná-lo, prender-lhe a atenção, por imitação ou analogia.

Ainda que nem tudo se resuma ao aspeto da economia, a grande individuação e provavelmente a maior problemática da atual era digital é, portanto, a já citada “economia da atenção”, subespecialização da “economia digital”. Longe do

projeto inicial de Tim Berners-Lee, a visão utópica, iluminista e romântica presente na ideia inicial de internet tornou-se o lugar das grandes empresas, especialistas em “captologia” capazes de produzir “computadores carismáticos” e voltados para “a arte de captar a atenção do utilizador, quer este queira ou não” (Patino, 2019, p. 47), aprisionando de vários modos a atenção do sujeito e criando “arenas” de combate e de competição (aceleradas e mobilizadas) onde prolifera uma “violência coletiva nascida das paixões individuais e o poder económico nascido da acumulação. Os nossos vícios não são mais do que o resultado estabelecido entre ambos, bem como da superestrutura económica que os faz alimentarem-se um do outro” (Patino, 2019, p. 38). Isolado, desprovido de instrumentos que lhe permitam ficar de fora, incapaz de sentir “JOMO” (do inglês “Joy of missing out”, em português “alegria por se estar desconectado”) e incapaz de resistir às estratégias de sedução inspiradas pela psicologia social, o sujeito vive dependente de ecrãs (Han, 2018).

O “combate pela atenção” é dinamizado pela tríade “ecrã-algoritmos, sujeito e outro” sendo ganho pelos algoritmos desenvolvidos para “captologia”, quitados com poderosas e aceleradoras ferramentas de *machine learning* (Rosa, 2016). Entre as principais aplicações de *machine learning* estão as técnicas de recomendação online de produtos ou conteúdos, anúncios em tempo real, resultados personalizados apresentados no *feed* da rede social, recomendações de séries e filmes, otimização de pesquisas, deteção de fraudes e invasões, reconhecimento de voz e semântica e reconhecimento de objetos e textos. A “máquina de Turing”, no seu sentido metafórico mais abrangente, contém o germe da “economia da atenção” usada pelo capitalismo informacional e pelos seus diversos actantes sociotécnicos. Eis uma grande inquietação: “a aceleração substituiu o hábito pela atenção, e a satisfação pela dependência. E os algoritmos são as máquinas-ferramentas desta economia” (Patino, 2019, p. 15).

### **Impactos gerados pela captologia**

O segredo do pai do *machine learning* (Alan Turing), na descodificação do “Enigma” (máquina usada pelos alemães na segunda Guerra Mundial), era o de prever ataques através da análise de dados históricos sem confirmar ao inimigo a sua existência: ao invés de prever consistentemente, ia evitando propositadamente acertar todo o tipo de ataques alemães para que estes não descobrissem a sua presença (Copeland, 2004). De certo modo, há qualquer coisa de dissimulado na dinâmica sociotécnica atual, ainda que os algoritmos sejam mais previsíveis do que a máquina de Turing durante o período de Guerra. Pensemos no YouTube: para Ribeiro, Ottoni, West, Almeida e Reis (2020), este tem sido um veículo de radicalização



política no espectro da extrema-direita. Numa análise a mais de 330 mil vídeos publicados em 349 canais e pelo tratamento matemático de mais de 72 milhões de comentários, foi observada uma dinâmica de *machine learning* em que o YouTube excuta algoritmos que criam de modo automático modelos de representação de conhecimento com base num conjunto de dados históricos do utilizador, permitindo-lhe a “aprendizagem” sobre as preferências. Neste caso, tratam-se de preferências políticas de direita, em que o algoritmo força a sugestão de um grau de moderação até um grau extremo (Ribeiro, Ottoni, West, Almeida & Reis, 2020).

Uma dinâmica semelhante teria sido também observada no caso das eleições brasileiras de 2018. A atividade dos algoritmos e as estratégias dos actantes — sejam eles humanos ou robôs — revelaram uma forte presença dos temas da campanha do então candidato Jair Bolsonaro e a predominância do discurso conservador que marcou a sua trajetória até a presidência do Brasil (Reis, Zanetti & Frizzera, 2019).

Um outro caso foi observado numa análise a 65 influenciadores políticos em 81 canais do YouTube, em que foi identificada uma “Rede de Influência Alternativa” (AIN). Esta AIN terá usado as mesmas técnicas usadas por marcas anunciantes e outros influenciadores digitais para aumentar o número de seguidores (Lewis, 2019). Contudo, o que Lewis descreve é ainda mais difícil de erradicar: uma tentativa coordenada de expor os espectadores a ideologias de direita, não necessariamente através do uso de teorias conspiratórias ou falsificações, mas antes através do tipo de construção de marca em que o YouTube e outras ferramentas sociais se destacam (Johnson, 2018).

Tudo isto evidencia uma realidade obscura. No célebre *Persuasive Technology Lab*, em Palo Alto, o professor B. J. Fogg<sup>5</sup> continua a desenvolver a sua tese: criar “computadores carismáticos”, ensinando alunos, entre os quais o próprio fundador do Instagram, a “descobrir como os computadores podem mudar o que as pessoas pensam e fazem e como esses mesmos podem produzir tais alterações de forma autónoma” (Patino, 2019, p. 46). Ou seja, para desenvolver todo um mercado da atenção não é sobre tecnologia que se discorre, mas antes sobre psicologia. O que Fogg procura é uma dinâmica psicológica existente na interface humano-máquina, ou seja, influenciar o comportamento a três níveis: motivação (para ficar onde se pretende), habilidade (para usar o que se pretende) e gatilho (para acionar, comparar e sentir medo sobre o que se pretende) (Patino, 2019, p. 47).

Por isso se entende que não é apenas no YouTube que se tem dado uma condução do sujeito em direção a uma posição mais radical e polarizadora. No Facebook,<sup>6</sup> no Twitter ou no Instagram, entre outras redes sociais, o problema é semelhante: os *likes* ou os *emojis* forçam os algoritmos a expor o “mais visto”, o “mais comentado” ou o mais “partilhado”. Assim, o algoritmo, acelerado e mobilizado pelo sujeito que

subscrive um “gosto”, uma “partilha” ou um “comentário”, torna-se um poderoso ac-tante sobre os outros atores sociais na medida em que aparece, quer dizer, “dá vistas”. Ora, aquilo que “dá vistas” tende a “dar nas vistas” e por isso tende a ser mais seguido, comentado, partilhado. É este o segredo das estratégias “caça-clique” que estão por detrás de “Fake News”, “teorias da conspiração” e outras informações do reino do fantástico, servindo sobretudo para capturar a atenção (Johnson, 2018).

Ao aspeto da supremacia da quantificação imposta pelo algoritmo ao expor os números maiores, corresponde um outro facto: a proliferação da ausência de medo da avaliação social devido ao facto de haver menor exposição direta e com isso uma sensação de impunidade generalizada. Isto orienta os discursos para a humilhação ou o achincalhamento, entre outras violências (Dias, 2020).

Para Fairclough (2001, p. 91), o discurso é “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. O que nos remete para os “atos da fala” de Austin (1962), ou seja, coisas feitas de palavra que funcionam como atos de dizer algo, de dar ênfase a algo ou de influenciar outrem. Ora, as redes sociais digitais convidam a trocas discursivas, constituindo-se em lugares em que o discurso, aliado à tal menor exposição direta e a uma certa impunidade generalizada, passeia de mãos dadas com a crítica e até com o ódio (Schirmer & Dalmolin, 2017).

O facto de o “mercado da atenção” estar fortemente presente nas estratégias dos dispositivos sociotécnicos em contínua “estimulação”, deixando o sujeito constantemente à procura de “recompensas imediatas” ou de “gratificações instantâneas”, leva a perturbações no “desenvolvimento do autocontrolo”. Ao não aprendermos o “adiamento da recompensa”, recrudescer a “tolerância à frustração” e aumenta a tendência para a “insatisfação constante” ou até para o ódio na medida em que estamos perante “vidas que parecem melhores do que as nossas”. Há a sensação de que é necessário responder aos estímulos pois “sentimos que estamos atrás e que precisamos de fazer algo para mudar, a toda a hora” (Costa & Sacadura, 2017, s.p.). Em suma, estamos sobretudo diante de um impacto no desenvolvimento da “inteligência emocional” (Goleman, 2003).

A este respeito, dá-se um princípio de ansiedade generalizada, provavelmente a maior das fragilidades no seio da era dos ecrãs (Giansanti & Grigioni, 2018; Lagrange, 2020). A necessidade de estar, ver e exibir os diferentes momentos da existência deu lugar a uma sensação global de *ecranogenia*. Ao invés de uma fotogenia, que caracterizava o ideal de sujeito do retrato fotográfico, hoje a ansiedade é movida por um “retrato ecrânico”, que funciona simultaneamente como marketing pessoal, publicidade da felicidade ou montra de motivações e opiniões (Costa, 2013).

No entender de Han (2018), este retrato ecrânico veio sobretudo criar o idêntico “expulsando o outro”, quer dizer, através de produções que chegam às massas por intermédio de filmes, vídeos, jogos, ideias, narrativas, comentários ou publicações nas redes sociais digitais, eliminaram-se distâncias e aproximaram-se pessoas com os mesmos gostos e tendências. As novas tecnologias de informação e comunicação acabam por anular o diferente, aquele que gosta de coisas diferentes, que consome coisas diferentes, que vive experiências diferentes. Esta “expulsão do outro” acaba por destruir tanto o “outro” como o “eu”, encetando um processo de “autodestruição” (Han, 2018, p. 9). Alimentado por tecnologias comuns a todos, os sujeitos vivem, respiram e consomem o “idêntico” sendo “alimentados de consumo como gado com qualquer coisa que acaba por se tornar sempre a mesma coisa”. Trata-se de uma espécie de processo “excessivamente idêntico” – *Binge Watching* – de consumo ilimitado de vídeos, filmes e outros conteúdos capaz de gerar uma “perceção generalizada”, portanto “idêntica” (Han, 2018, p. 10). À ansiedade gerada pelo “retrato ecrânico” soma-se a ansiedade da expulsão daquele que é diferente (Lagrange, 2020).

Se os desafios impostos pela era digital problematizam os dilemas do mercado da atenção na sua dinâmica com os algoritmos, a instalação social da captologia, da supremacia da quantificação, da geração do idêntico e da expulsão do diferente, destrói referências e aumenta dependências digitais (Patino, 2019).

Os impactos da captologia colocam-nos, assim, diante de inúmeros fenómenos: homofilia digital, clusterização, efeito bolha, disseminação de notícias falsas e, sobretudo, propagação do efeito de pós-verdade na informação. Contudo, antes de chegarmos a esses impactos, há todo um conjunto de técnicas e efeitos psicossociais subtis que funcionam como gatilhos por detrás dessas mesmas dinâmicas. Assim, apresentamos de seguida um conjunto de efeitos psicossociológicos, teorias aplicadas nos algoritmos e algumas consequências psicossociais geradas pelos usos de dispositivos digitais em rede de modo a demonstrar impactos a montante dos problemas anunciados. Ao mesmo tempo, damos conta do modo como estratégias da psicologia comportamental são usadas em sistemas digitais para envolver, gerar interações, influenciar e criar intimidades e afetividades, diminuindo muitas vezes o estado de alerta nos sujeitos (Siqueira & Bronsztein, 2015).

### *O efeito slot machine*

Em Harvard, em 1931, o behaviorista Frederic Skinner testou em ratos a diferença entre dinâmicas de causa-efeito previsível e dinâmicas de causa-efeito aleatório. Com a primeira forma, obteve um comportamento estável na medida em que a relação causa-efeito previsível dispensava a acumulação desenfreada

de gratificações (provisões). Com a segunda, a dinâmica causa-efeito aleatória gerou mais respostas, crescentemente violentas e automáticas. Ou seja, a gratificação do rato já não seria a de carregar-no-botão-para-obter-alimento, mas antes a sua servidão ao mecanismo de recompensas aleatórias e diversas (Baum, 2019). Deste experimento nasceu o efeito *slot machine*, célebre nos jogos de casino. Ora, é precisamente este o sistema que está por detrás dos *feed* ou *timelines* das redes sociais digitais: um convite a recompensas aleatórias contidas no simples gesto de atualização com o *scroll-down* (Patino, 2019, p. 27).

### *O efeito Zeigarnik*

Este é o efeito resultante de um conjunto de ações ligadas, que devem encadear-se sem pausas, gerando simultaneamente incompletude através da dosagem subtil de satisfações e frustrações. No caso dos ecrãs, está muito presente no modo *Binge Watching* — consumo bulímico de séries e filmes em que esquemas visuais e narrativos alimentam os vínculos entre consumidor e produto, só libertando o sujeito no final da execução das tarefas propostas. O efeito *Zeigarnik* demonstra ainda que temos maior facilidade em recordar a tarefa que estávamos a realizar quando esta é interrompida do que quando esta foi completamente executada, como acontece por exemplo no jogo do *Tetris* (Zagalo, 2012). Os maiores exemplos deste efeito nas plataformas digitais estão inscritos nas narrativas das séries televisivas, que os diversos canais especializados alimentam — Netflix, HBO, etc. A dosagem subtil entre satisfação e frustração é o segredo do sucesso das séries (Patino, 2019, p. 29).

### *Teoria da plenitude*

Para complementar o efeito *Zeigarnik*, e de modo a transformar o hábito de ver uma série em vício de a consumir desenfreadamente, aparece a teoria da plenitude. À frustração associada à visualização incompleta da série corresponde um encadeamento de vídeos que faz com que essa dependência não seja interrompida por outras solicitações — é o caso do sistema de “reprodução automática”, presente no Netflix, no HBO ou mesmo no YouTube, quando o utilizador pede uma playlist de uma banda, por exemplo. A teoria da plenitude satisfaz o desejo de evitar outras vontades ou movimentos. Esta está associada à teoria da tomada a cargo, ambiente que proporciona o alívio da tomada de decisão (Patino, 2019, p. 29). Neste aspeto, os algoritmos decidem pelo sujeito tomando conta da sua ação e atenção.

### *Teoria da experiência ideal*

Desenvolvida pelo psicólogo Mihaly Csikszentmihalyi, trata-se de uma ferramenta da psicologia comportamental utilizada por jogos simples, como por exemplo o jogo Candy Crush (Fave, Massimini & Bassi, 2011). Estes jogos capturam automaticamente o sujeito com encenações desportivas, colocando o sujeito num estado mental de despreocupação e assim gerando uma sensação de “lugar sem riscos”. O ecrã toma o lugar de “protetor” enquanto gera algum prazer momentâneo (Patino, 2019, p. 30).

### *Os adormecidos sentinelas*

Neste caso, trata-se de um impacto psicobiológico com importantes implicações na saúde, física, emocional e relacional. Esta patologia revela-se quando os sujeitos evitam dormir profundamente por terem receio de perder uma notificação do telemóvel (Patino, 2019, p. 20). O transtorno do sono acrescenta alterações significativas ao humor devido à redução do tempo de sono e descanso, o que por sua vez também se associa à dificuldade de atenção e concentração (Eisenstein & Estefanon, 2011).

### *FOMO*

Acrónimo resultante da expressão inglesa “fear of missing out”, esta patologia consiste no medo de estar a passar ao lado de outra coisa que não se está a ver, como por exemplo quando o sujeito se encontra sem Internet (Przybylski, Murayama, DeHaan & Gladwell, 2013).

### *Nomofobia*

Acrónimo resultante da expressão inglesa “no mobile phobia” e que significa o pânico de se estar sem telemóvel ou então de se afastar do telemóvel ainda que por instantes (Patino, 2019, p. 20).

### *Phubbing*

Acrónimo resultante da contração dos termos em inglês *phone* (telefone) e *snubbing* (desprezar), que consiste na verificação ostensiva do telemóvel enquanto alguém está a interagir frente-a-frente. Este efeito tem empobrecido as interações sociais (Patino, 2019, p. 20).

### *Medo do consumo solitário*

O medo do consumo solitário, detetado no momento de fruição de vídeos em plataformas de *streaming* de vídeo, como por exemplo o YouTube ou o VeVo, revela o receio da perda de atualidade relativamente aos conteúdos consumidos (filmes, vídeos, canais de *youtubers*, etc.) Este medo está instalado sobretudo nas gerações Y e Z devido ao temor juvenil de se estar a consumir um conteúdo digital que possa não estar a ser consumido pelos restantes pares. Trata-se de uma nova forma de testar e confrontar a formação da identidade na sua relação entre iguais (Costa & Capoano, 2020).

### *A síndrome de ansiedade*

Provavelmente um dos mais perigosos e imprevisíveis efeitos, gerando atos por vezes irrefletidos (como tirar fotografias em locais perigosos), corresponde a uma necessidade permanente de exibir os diferentes momentos da existência, através de fotografias, vídeos ou descrições (Giansanti & Grigioni, 2018; Lagrange, 2020).

### *Esquizofrenia de perfil*

Pelo facto de proliferarem, no universo digital, diferentes redes sociais com diferentes objetivos, formatos e funcionalidades, os indivíduos inscrevem-se e participam em várias plataformas. Pelo facto desta simultaneidade e das suas diferentes especificidades, dá-se uma dificuldade de distinguir a identidade da própria personalidade (Patino, 2019, p. 22).

### *Atazagorafobia*

Um outro tipo de medo: o de ser esquecido pelos pares. Ao exibir em tempo real os resultados numéricos de cada uma das ações nas redes sociais digitais, dá-se uma nova individuação sociotécnica que resulta na consulta compulsiva na esperança de um *like*, uma partilha, um comentário ou uma menção (Anderson, 2013). Até que o conteúdo partilhado atinja o seu esquecimento na rede, o sujeito atazagorafóbico não descansa de verificar a sua “ecranogenia” através dos resultados numéricos das suas partilhas.

### *Ensombrecimento*

Procura obsessiva por sinais de vida de uma personagem (e.g.: nas redes sociais), ainda que essa seja artificial — por exemplo, as páginas de personalidades famosas

que são geridas por equipas de marketing. A obsessão por encontrar ligações ou informação sobre essa personalidade cresce à medida que a insatisfação aumenta, gerando este efeito. Não deixa de ser um estado pré-depressivo: procura de um outro idealizado à medida que o próprio se distancia de si mesmo (Patino, 2019, pp. 22-23).

Para além dos impactos mencionados existem outros, alguns dos quais enquadrados pela lei portuguesa do cibercrime (Lei n.º 109/2009 de 15 de setembro). Constituem riscos no seio da dinâmica sociotécnica reticular, sobretudo quando unem discursos de ódio, agressões verbais, efeitos depressivos e problemas socio-relacionais.

O assédio virtual, ou em inglês *cyberbullying*, consiste na prática de comportamentos deliberados, repetidos e hostis praticados por um indivíduo ou grupo com a intenção de prejudicar o outro. Este está no limite entre violação do código civil e crime digital (Cruz, 2011; Pinheiro, 2009). Cerca de um em cada cinco jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 24 anos diz ter faltado à escola devido ao *cyberbullying* e à violência em redes sociais. Quase 75% dos casos de *cyberbullying* aconteceram no Facebook, no Instagram, no Snapchat e no Twitter (Unicef, 2019).

A estas práticas está também associado o crescimento de práticas de ciber-chantagem, tendo como objeto de chantagem os vídeos ou fotografias do que dantes era íntimo: *nudes*, vídeos pornográficos, mensagens escritas comprometedoras, entre outras dinâmicas, têm contribuído para os fenómenos de ciber-chantagem e afins tendo por base práticas obscuras de *sexting*, *sexcasting*, *sextorsion* e *grooming* (Reyes, 2017). De acordo com Ribeiro (2019), cerca de 52,2% dos 525 inquiridos no estudo “Abuso Sexual Baseado em Imagens”, sugere que já enviou *nudes* (imagens fotográficas e/ou vídeos de cariz sexual) pela Internet ou telemóvel, sem ter a clara “perceção do risco que estava a correr”. Desses 52,2%, cerca de 8,8% da amostra assume que foi “alvo de ameaças” ou chantagens. Dos entrevistados que enviaram *nudes*, 5% assumiram sofrer vitimização de violência sexual ‘online’. Ou seja, foram vítimas de partilha a terceiros não consentida. Além disso, os três maiores impactos do *sexting* (envio de textos e imagens sexualmente sugestivos com conteúdo sexual explícito), foram a humilhação (17,4%), vergonha (15,2%) e o desespero (13,04%).

A juntar a estes importa ainda mencionar fenómenos mundiais como a “Baleia Azul” ou o desafio “Momo”, jogos com o objetivo de desafiar jovens para comportamentos auto-lesivos e suicidários. De acordo com Leal e Rato (2019) — jornalistas que se fizeram passar por adolescentes que queriam jogar o Momo — na rede WhatsApp existem grupos de jogadores, a partir dos 11 anos de idade, com diferentes níveis de poder, tendo cada grupo um “curador” que dá instruções para que cada jogador suba de nível. A automutilação fotografada é o cartão de entrada para o jogo.

O nível máximo é atingido com o suicídio. Foi o caso de Molly, jovem britânica de 14 anos que em novembro de 2017 acabou com a própria vida. Chegou a casa da escola, fez os trabalhos de casa, preparou a mochila para o dia a seguir e deixou uma carta que dizia: “Desculpem. A culpa é minha”. Acabou por suicidar-se. Este caso tornou-se célebre porque o seu pai, Ian Russell, acusou o Instagram de ser em parte responsável pelo ato da jovem. Descreveu um grupo onde a sua filha estaria inserida que deveria ter sido eliminado pelos responsáveis do Instagram devido a conteúdos chocantes de incentivo a comportamentos auto-lesivos (Barreto, Irineu & Lima, 2017; Matsuki, 2019; Waterson, 2019).

### Considerações finais

O “mercado da atenção” presente no ambiente digital contempla uma “economia da atenção” (Patino, 2019). Ambas as dinâmicas se inserem naquilo a que Castells (2007) designou como sendo a quarta etapa do capitalismo: “capitalismo informacional”. Todavia, o facto de a informação ficar ao serviço de grupos com objetivos de transformar o olhar dos atores em mercadoria arrastou consigo inúmeros deslumbramentos ecrânicos, tal como aqueles que aqui listamos.

Esta questão, muitas vezes aparentemente micro e confinada a certas redes, faz-nos retornar às inquietações de Horkheimer e Adorno (2001): vivem os atores as suas vidas ou vivem uma vida ditada pela indústria cultural? O “simples” ato de dar vistas no ecrã em rede, acelerado e mobilizado doravante por poderosos algoritmos comportamentalistas, ultrapassa a dimensão micro das redes homofílicas ou em *cluster*. O alastramento dos impactos segue em várias direções.

A interferência do ecrã tem sido decisivo na ação dos sujeitos. Tal como advoga a teoria do ator-rede, os objetos também agem (Latour, 2012, p. 97), tal como os humanos, formando um contínuo híbrido, mesclado. Trata-se de uma nova individuação. O “rato do professor Skinner” também age diferentemente consoante a previsibilidade ou a aleatoriedade das respostas do mecanismo de recompensa. Por sua vez, o mecanismo age sobre as suas predisposições. Ao behaviorismo de Skinner corresponde, no caso do humano, um maior relativismo imposto pela dinâmica sociotécnica, assente na expansão da complexidade (Capra, 1997; Latour, 2012; Morin, 1977). Ora, do mesmo modo que os vários dispositivos sociotécnicos em geral, as plataformas digitais agem sobre os sujeitos humanos e vice-versa. E isto é válido tanto para a ação mecânica como para a humanista, tanto moral quanto ética. A noção de ator-rede implica forte consideração na dimensão política da vida, impactando e fomentando redes de ação e pensamento (Latour, 2012).



Ante os impactos expostos, percebemos que os vários fenômenos das novas individualizações sociotécnicas não foram devidamente acompanhados por mecanismos éticos e educacionais para confrontar as possibilidades de ação e reação em ambientes digitais. Dar “vistas” ao ecrã tornou-se perigoso devido a uma captologia orientada para interesses privados sem ter em conta aspetos psicossociológicos. Algoritmos, estratégias de indução de comportamentos e opiniões e um conjunto de novas possibilidades estão ao serviço de resultados empresariais. Neste sentido, antes, durante e depois da incorporação sociotécnica, a ética necessita de novos confrontos e revisitações. O aprofundamento da ética digital é urgente, tanto na perspetiva dos “prosumidores” como na perspetiva das empresas do digital e, sobretudo, dos estados-nação (Maggiolini, 2014). A responsabilidade social necessita de encontrar maior força.

Após quase 25 anos da proclamação da *Declaração de independência do Ciberespaço*, quase nenhuma parte da sua “independência” está garantida (Patino, 2019). O sonho da *noosfera*, essa rede pensante, livre e de informação sólida, é hoje uma utopia distante na medida em que ao sonho de uma inteligência coletiva, livre e pura corresponde uma contingência coletiva marcada por intelectos contingentes sujeitos à captologia que destacam cada vez mais, ao invés de erradicar, a velha tese marxista de que as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias das classes dominantes. Com uma grande nuance face ao marxismo: o movimento não está a ser o da busca por uma consciência coletiva de classe, mas antes a busca por uma contingência coletiva fundada num sentimento grupal também ele contingente, quer dizer, dinâmico e simultaneamente precário devido à oscilação reticular perene. O movimento humano é, pois, capturado pelos colossos empresariais digitais que buscam, a todo o custo, dominar o mercado da atenção conduzindo o humano para a teia da economia. Dentro dessa teia, que Fogg descrevia como sendo o local onde se consegue influenciar a motivação (para ficar), a habilidade (para usar) e o gatilho (para acionar, comparar e sentir medo) (Patino, 2019, p. 47), os sujeitos sofrem de impactos e consequências psicossociais difíceis de superar (adormecidos sentinelas, *FOMO*, nomofobia, *phubbing*, medo do consumo solitário, síndrome de ansiedade, esquizofrenia de perfil, atazagorafobia ou ensombrecimento) e regados por novas formas de violência (*cyberbulliying*, ciber-chantagem ou comportamentos auto-lesivos e suicidários). Toda esta captologia, uma individualização da economia capaz de gerar o sujeito idêntico, sublinha Han (2018): quanto mais iguais se tornam as pessoas, quer ao nível dos gostos que lhes são igualmente sugeridos como ao nível dos impactos e das consequências psicossociais, mais aumenta a produção na medida em que o neoliberalismo pretende pessoas com gostos, problemas e hábitos semelhantes. A contingência coletiva, resultante de

pequenos encontros e colisões e que se tornam relevantes após adesão a correntes-contingentes de imitação (Tarde, 1992), fica, no ecrã reticular, refém da produção do idêntico e da expulsão do diferente ou então da geração de novos *clusters* enquanto alvos de algoritmos empresariais.

Perante isto, e ante uma desmesurada ambição de emancipação individual gerada por esta individuação sociotécnica, só uma resposta ética e responsável poderá diminuir os seus efeitos (Lagrange, 2020). O contemporâneo não deve significar nem redundar numa aceleração contínua motivada pela dinâmica triádica ecrã-captologia-sujeito, sob pena de o sujeito ficar alienado da sua capacidade de decisão de nada produzir (Han, 2018). Esta decisão de nada produzir, quer dizer, de evitar a captologia que nos faz “dar vistas ao ecrã reticular” de modo a limitar condicionamentos ao pensar, sentir e agir “programado”, poderá ser uma futura linha de emancipação.

## Notas

- 1 Esta abordagem está também de acordo com a proposta de Goffman (1986) em particular e do interacionismo simbólico em geral, na medida em que sugere a importância da análise às interações face a face estabelecidas entre os atores no quotidiano.
- 2 Um “actante”, de acordo com a teoria do ator-rede, contribui para o movimento e para a rede de ligações, promove “tradução” na medida em que implica a dobra nos conteúdos e nas forças que lhe chegam e funciona como uma “associação” que, independentemente das suas maiores ou menores forças ou fraquezas de modo imediato no ator, contém forças de influência (Harman, 2019).
- 3 A versão original do conceito de “prosumidor” não remete para o ecrã, mas antes para um novo tipo de consumidor, nascido a partir de 1980 com o florescimento da era da informação, que tende a ser mais exigente e com maior capacidade de forçar os mercados ao fundir a sua experiência de consumo com a sua experiência de produção/utilização (Toffler, 1999).
- 4 Para Tarde, a imitação é “uma ação à distância de um espírito sobre um outro, e de uma ação que consiste numa reprodução quase fotográfica de um cliché cerebral pela placa sensível de um outro cérebro. Entendo por imitação toda a gravação fotográfica inter-espírita, por assim dizer, quer seja querida ou não, passiva ou ativa” (Tarde, 1978, p. 6).
- 5 Pode considerar-se B.J. Fogg como o grande fundador da “captologia”, na medida em que toda a estratégia de influenciar comportamentos implica, em primeiro lugar, tomar a atenção dos sujeitos.
- 6 Nesta rede social também se menciona a interferência, e uma interferência que bloqueia conteúdos tanto de “direita” como de “esquerda”. Ver, a este respeito, “Facebook admite que interfere nos temas populares” (2016, 14 de maio).

## Referências

- Anderson, C. T. (2013). Athazagoraphobia, The Fear of Forgetting. *The Midwest Quarterly*. *Pittsburg*, 54(4), 334-388.
- Aristóteles (2002). *Metafísica* (Vols. I, II, III) (2ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- Barreto, J., Irineu, F., & Lima, M. (2017). Suicídio e o jogo da baleia azul analisados na perspectiva de anomia de Émile Durkheim. *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica* (1). doi: 10.26668/indexlawjournals/2526-0251/2017.v3i1.1836
- Baum, W. (2019). *Compreender o behaviorismo* (3ª Ed.). Ed. ArtMed.
- Bauman, Z. (2006). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Benjamin, W. (1992). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Capra, F. (1997). *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix.
- Castells, M. (2007). *A sociedade em rede. A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Copeland, B. J. (2004). *The essential Turing. The ideas that gave birth to the computer age*. Oxford: Clarendon Press.
- Coser, L. A. (1970). *Masters of sociological thought. Ideas in historical and social context*. Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich.
- Costa, P. R. (2013). *Entre o ver e o olhar: Ecos e ressonâncias ecrânicas* (tese de doutoramento). Universidade do Minho, Braga.
- Costa, P. R. (2020). Eu sou tu. Tu és intelecto contingente. Em J. P. Neves, P. R. Costa, P. Mascarenhas, I. Castro, & V. Salgado (Eds.), *Eu sou tu. Experiências ecocríticas*. Braga: CECS.
- Costa, P. R., & Capoano, E. (2020). *O medo do consumo solitário: Comentários em canais infantojuvenis de YouTube do Brasil e de Portugal*. Digitising Early Childhood 2020. Milão (no prelo).
- Costa, R. C., & Sacadura, C. (2017, 05 de novembro). Quatro inquietações sobre a utilização das tecnologias. *Jornal Público*. Versão online disponível em <https://www.publico.pt/2017/11/05/impair/noticia/4-ideias-inquietantes-sobre-a-utilizacao-das-tecnologias-1791150>
- Cruz, A. (2011). *O cyberbullying no contexto português* (tese de doutoramento). Universidade Nova, Lisboa. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/5958>
- Dias, D. (2020, 28 de fevereiro). Por que andamos tão zangados?. *Jornal Público*. Versão online disponível em: <https://www.publico.pt/2020/02/28/impair/noticia/andamos-tao-zangados-1905516>
- Eisenstein, E., & Estefanon, S. (2011). Geração digital: Riscos das novas tecnologias para crianças e adolescentes. *Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto*, 10(2), 42-53. Disponível em [http://revista.hupe.uerj.br/detalhe\\_artigo.asp?id=105](http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=105)
- Elias, N. (1993). *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Fave, A. D., Massimini, F., & Bassi, M. (2011). *Psychological selection and optimal experience across cultures. Social empowerment through personal growth*. Londres: Springer.
- Facebook admite que interfere nos temas populares (2016, 14 de maio). *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/05/14/tecnologia/noticia/facebook-admite-que-interfere-nos-temas-populares-1732018>
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Foucault, M. (2004). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Giansanti, D., & Grigioni, M. (2018). *La salute in un palmo di mano: Nuovi rischi da abuso di tecnologia*. Impact Italia. Disponível em: [http://impactitalia.gov.it/binary/publ/cont/18\\_21\\_web.pdf#page=11](http://impactitalia.gov.it/binary/publ/cont/18_21_web.pdf#page=11)
- Goffman, E. (1986). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press.
- Goleman, D. (2003). *Inteligência emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Habermas, J. (2000). *Mudança estrutural na esfera pública*. Lisboa: Edições 70.
- Han, B. C. (2018). *A expulsão do outro – Sociedade, percepção e comunicação hoje*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Harman, G. (2019). *A importância de Bruno Latour para a Filosofia*. Disponível em [https://blogdosociofilo.com/2019/09/12/a-importancia-de-bruno-latour-para-a-filosofia-parte-1-por-graham-harman/?fbclid=IwAR3c-czCki\\_LINAK3GdoehKs8ahJAz382HdOR8vsFSiehzoE8ogMCIOciOU](https://blogdosociofilo.com/2019/09/12/a-importancia-de-bruno-latour-para-a-filosofia-parte-1-por-graham-harman/?fbclid=IwAR3c-czCki_LINAK3GdoehKs8ahJAz382HdOR8vsFSiehzoE8ogMCIOciOU)
- Heidegger, M. (1997). A questão da técnica. *Cadernos de Tradução*, (2), 40-93.
- Higgins, S. S., & Ribeiro, A. C. (2018). *Análise de redes em ciências sociais*. Brasília: ENAP.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. (2001). *La industria cultural en dialéctica de la ilustración*. Madri: Taurus.
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph.
- Johnson, J. (2018). The self-radicalization of white men: “Fake News” and the affective networking of paranoia. *Communication, Culture and Critique*, 11(1), 100-115. doi: <https://doi.org/10.1093/ccc/tcx014>
- Jungër, E. (2018). *Mobilização total*. Lisboa: Edições 70.
- Lagrange, H. (2020). *Les maladies du bonheur*. Paris: PUF.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social – Uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador da Bahia: Edusc.
- Leal, A., & Rato, M. (2019). *Momo, o desafio suicida para crianças e jovens, já fez vítimas em Portugal*. TVI24. Disponível em: <https://tvi24.iol.pt/sociedade/jogo/ana-leal-momo-o-desafio-suicida-para-criancas-e-jovens-ja-fez-vitimas-em-portugal>
- Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro. *Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa*.
- Lewis, R. (2019). This is what the news won't show you: YouTube creators and the reactionary politics of micro-celebrity. *Sage Journals*, 21(2), 201-217. doi: <https://doi.org/10.1177/1527476419879919>

- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. Nova Iorque: Free Press.
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2010). *O ecrã global. Cultura mediática e cinema na era hipermoderna*. Lisboa: Edições 70.
- Maggiolini, P. (2014). Um aprofundamento para o conceito de ética digital. *Revista de administração de Empresas*, 54(5). doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020140511>
- Martins, J. E. (2019). Da sociologia da socialização à sociologia da individuação: Contributos para uma sociologia do tempo dos indivíduos. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (20), 61-80. DOI: <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.20.3>
- Martuccelli, D. (2006). *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*. Paris: Armand Colin.
- Matsuki, E. (2019). *Hackers estão colocando boneca Momo em meio a vídeos no YouTube Kids #boato*. Boatos.org. Disponível em <https://www.boatos.org/tecnologia/hackers-boneca-momo-videos-youtube-kids.html>
- Morin, E. (1977). *La méthode 1. La nature de la nature*. Paris: Editions du Seuil.
- Neves, J. P. (2006). *O apelo do objeto técnico*. Porto: Campo das Letras.
- Neves, J. P., & Costa, P. R. (2010). A individuação eco(socio)lógica na pós-modernidade. *Comunicação e Sociedade*, (18), 179-192. doi: 10.17231/comsoc.18(2010).997
- Patino, B. (2019). *A civilização do peixe-vermelho: Como peixes-vermelhos presos aos ecrãs dos nossos smartphones*. Lisboa: Gradiva.
- Pena, F. (2010). *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- Pinheiro, L. (2009). *Cyberbullying em Portugal: Uma perspetiva sociológica* (tese de doutoramento). Universidade do Minho, Braga. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9870>
- Przybylski, A., Murayama, K., DeHaan, C., & Gladwell, V. (2013). Motivational, emotional, and behavioral correlates of fear of missing out. *Computers in Human Behavior*, 29(4), 1841-1848. doi: 10.1016/j.chb.2013.02.014
- Rancière, J. (2010). O espectador emancipado. Questão de crítica. *Revista Eletrônica de Críticas e Estudos Teatrais*. Disponível em <http://www.questaodecritica.com.br/2008/05/o-espectador-emancipado/>
- Reis, R., Zanetti, D., & Frizzera, L. (2019). Algoritmos e desinformação: O papel do YouTube no cenário político brasileiro. Em *VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. Disponível em: [http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4\\_Reis\\_Zanetti\\_Frizzera.pdf](http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4_Reis_Zanetti_Frizzera.pdf)
- Reyes, L. M. V. (2017). Sexting, sexcasting, sextorsión, grooming y cyberbullyng. El lado oscuro de las tics. Em *XI Congreso Nacional de Investigación Educativa/17. Convivencia, Disciplina y Violencias en las Escuelas / Ponencia*. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34526172>
- Ribeiro, M., Ottoni, R., West, R., Almeida, V., & Reis, W. (2020). Auditing radicalization pathways on YouTube. Em *2020 Conference on Fairness, Accountability, and Transparency* (pp. 131-141). doi: <https://doi.org/10.1145/3351095.3372879>.
- Ribeiro, P. (2019). *Um estudo exploratório sobre o abuso sexual baseado em imagens numa amostra de estudantes do Ensino Superior em Portugal* (dissertação de mestrado).

- Universidade do Porto, Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/123764>
- Rosa, H. (2016). *Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Schirmer, L. C., & Dalmolin, A. R. (2017). O discurso de ódio biopolítico nas redes. Em *Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*. Disponível em <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/1-2.pdf>
- Siqueira, O. S., & Bronsztein, K. P. (2015). Jogos sociais e publicidade: Refletindo sobre os quatro níveis de engajamento digital do consumidor. *Culturas Midiáticas*, 8(1), 138-154. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/24711>
- Simondon, G. (1989). *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.
- Strauss, W., & Howe, N. (2000). *Millennials rising: The next great generation*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Tarde, G. (1978). *As leis da imitação*. Porto: Rés Editora.
- Tarde, G. (1992). *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Toffler, A. (1999). *A terceira vaga*. Rio de Janeiro: Livros do Brasil.
- Unicef. (2019). *Mais de um terço dos jovens em 30 países relatam ser vítimas de bullying online*. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>
- Waterson, J. (2019). Viral 'Momo challenge' is a malicious hoax, say charities. *The Guardian*. Disponível em <https://www.theguardian.com/technology/2019/feb/28/viral-momo-challenge-is-a-malicious-hoax-say-charities>
- Zagalo, N. (2012). *Ávidos por padrões. Porque jogamos Tetris*. Eurogamer. Disponível em <https://www.eurogamer.pt/articles/2012-10-27-avidos-por-padroes>

**Data de submissão:** 06/03/2020 | **Data de aceitação:** 31/07/2020



## AGROCOMBUSTÍVEIS E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

### Conflitos e contradições no alcance da meta social do programa do biodiesel do Piauí

## AGROFUELS AND FAMILY FARMING IN BRAZIL

### Conflicts and contradictions in reaching the social goal of Piauí biodiesel program

*Maria Elza Soares da Silva*

Núcleo de Experimentação Agroecológica- NEA, Universidade Federal do Piauí. Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga Teresina, 64049-550, Piauí, Brasil. *Email:* elzasoarespi@gmail.com

**Resumo:** A produção de energia verde com a participação da agricultura familiar tem despertado o interesse do governo e de investidores do agronegócio. No Brasil, o programa do biodiesel apresentou-se como alternativa para a geração de renda para agricultores familiares pobres incluídos na cadeia produtiva do biodiesel. O objetivo deste artigo é analisar os conflitos decorrentes do desafio da conjugação do projeto de produção de agrocombustíveis com as demandas sociais da agricultura familiar pobre no semiárido do Piauí. Para tanto, foi realizada pesquisa de campo para o levantamento de dados qualitativos junto aos agricultores participantes do programa no Sul do Piauí. O estudo demonstrou que o modelo do projeto produtivo tornou-se excludente para aqueles agricultores inseridos na lógica de produção tradicional e de subsistência, desvelando, assim, implicações negativas na forma de acesso às terras e ao mercado do biodiesel.

**Palavras-chave:** reprodução social, agrocombustível, acesso à terra.

**Abstract:** The production of green energy with the participation of family farming aroused the interest of the government and agribusiness investors. In Brazil, the biodiesel program showed as an alternative for generating income for poor family farmers included in the biodiesel production chain. This article aims to analyze the conflicts arising from articulating agrofuel production with the social demand of poor family agriculture in the semi-arid region of Piauí. For this purpose, field research was carried out to collect qualitative data from program participants in southern Piauí. The study showed that the model of productive project resulted in the exclusion of farmers within the traditional production and subsistence logic. This has negative implications in accessing land and in the biodiesel market.

**Keywords:** social reproduction, agrofuel, access to land.

## Introdução

A crescente demanda mundial por agrocombustíveis como alternativa aos combustíveis fósseis contribuiu para que o Brasil lançasse, no ano de 2004, o Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel-PNPB, uma política nacional de uso e produção de biodiesel para atender à demanda da matriz energética brasileira,

bem como reduzir a pobreza no campo com ações de estímulo à inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

O desenho original do PNPB definiu como meta social inicial a inclusão de 200 mil agricultores familiares no mercado do biodiesel, com prioridade para as regiões Norte e Nordeste, consideradas menos desenvolvidas e com maior concentração de agricultores familiares vulneráveis social e economicamente.

Antes do lançamento do PNPB, no ano de 2003 já havia a articulação institucional do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com as Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Rural e entidades representativas da agricultura familiar nos estados e municípios para adotarem ações necessárias à implementação do programa no ano de 2004. Nessas articulações institucionais, o estado do Piauí foi escolhido para a instalação de um modelo de projeto produtivo que aliasse a política estadual de distribuição de terras para aqueles agricultores sem-terra, através da parceria rural para a produção de oleaginosa com vistas a atender à demanda da usina do biodiesel.

O contexto político à época se apresentava favorável às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil e no estado do Piauí, cujo governo estadual estava alinhado ao projeto político do Governo Federal. Nesse sentido, firmaram a modalidade jurídica de Parceria Público-Privada – PPP para assentar famílias de agricultores sem-terra no projeto produtivo denominado por Núcleo de Produção Comunitária Santa Clara – NPSC, no município de Canto do Buriti, Sudeste do Piauí, para a produção de mamona (*Ricinus communis L*), com vistas ao abastecimento da indústria dos agrocombustíveis.

A PPP foi firmada através da Lei Estadual 5.333/2003, em que o estado do Piauí doou uma área de 36 mil hectares de terras agricultáveis para a iniciativa privada assentar até 700 famílias de agricultores familiares sem-terra na condição jurídica de parceiros rurais da Agroindústria processadora de biodiesel.

Uma das singularidades desse modelo de projeto produtivo foi que a lei, ao definir a distribuição de terras ao término da parceria rural, estaria realizando uma “reforma agrária privada” no Piauí. Contudo, faz-se necessário esclarecer que esse entendimento de “reforma agrária” se deve à promessa de doação da titularidade das terras da fazenda para as famílias que permanecessem, no mínimo, dez anos produzindo mamona para atender à demanda da agroindústria parceira. Uma das exigências da lei estadual era que a empresa parceira transferisse os lotes, medindo 25 hectares, para cada família sem ônus para os cofres públicos e tampouco para as famílias contempladas.

Um das críticas que recaem sobre o PNPB é que a produção de energia verde com a participação da agricultura familiar parece deslocada das preocupações



sobre as consequências ambientais e sociais da produção de novos carburantes. Ademais, uma das problemáticas dos agrocombustíveis é que eles são movidos pelo motor da economia no mercado capitalista das *commodities*. Como frisa Houtart (2010, p.10), a agroenergia tornou-se uma solução para a crise do capital, e não do clima, como propalado nos discursos hegemônicos.

Nesta perspectiva de análise, problematizamos sobre a natureza dos conflitos decorrentes do desafio da conjugação do projeto de produção de agrocombustíveis com as demandas sociais da agricultura familiar.

Assim, alguns questionamentos secundários nortearam a nossa reflexão para este artigo, sendo eles: a inclusão da agricultura familiar no mercado do biodiesel associada à distribuição de terras contribuiu para o fracasso do projeto-piloto do programa do biodiesel no estado do Piauí? Quais foram os desafios enfrentados pelos agricultores familiares para permanecerem no programa do biodiesel e conquistarem a titularidade das terras prometidas pelo Governo do Estado do Piauí? A partir da experiência do NPSC é possível afirmarmos que a inclusão da agricultura familiar no mercado do biodiesel gerou dependência dos agricultores familiares ao agronegócio? As negociações e disputas entre os atores sociais (empresa e agricultores) pelo controle dos recursos utilizados nos processos produtivos de oleaginosas geraram conflitos que contribuíram para o insucesso do projeto produtivo do NPSC, projeto-piloto que seria reaplicado nos demais estados do Brasil pelo programa do biodiesel?

Nosso estudo partiu da hipótese de que, a política de distribuição de terras em troca da exploração da força de trabalho dos agricultores familiares para produção capitalista de “energia verde” no Piauí, acentuou o processo de sujeição da renda da terra ao capital, perda de autonomia e intimidade nos espaços domésticos e expropriação dos saberes agrícolas tradicionais.

Nossa reflexão está dividida em cinco partes, além desta introdução e conclusões. Na primeira, abordamos os percursos metodológicos empreendidos para a realização da coleta de dados que deram origem a esse artigo. Na segunda, contemplamos uma breve exposição sobre a política nacional do programa do biodiesel, bem como, sobre a singularidade desse assentamento, que não está em consonância com o que conceitualmente se entende por assentamentos de reforma agrária no Brasil. Na terceira, analisamos as transformações sociais ocorridas na vida das famílias a partir da discussão de resistências cotidianas (Scott, 2002) no enfrentamento ao modelo de moradia denominado “células de produção”<sup>1</sup>, analisados na perspectiva controle, dominação e poder (Foucault, 1987). Na quarta, abordamos os conflitos gerados pela tentativa de integrar a agricultura de base familiar no mercado do biodiesel pela lógica do agronegócio. Na quinta, analisamos o debate sobre a fragilidade da proposta de

distribuição de terras associada à produção de matéria-prima para o biodiesel. E, por fim, as conclusões com os principais pontos de conflitos que emergiram dessa proposta de desenvolvimento rural, distribuição de terras e acesso ao mercado do biodiesel, tendo como principal porta de entrada a parceria entre agricultores familiares e agricultura empresarial dos agrocombustíveis.

### **Procedimentos metodológicos**

A base de dados utilizada para esta reflexão é resultado de aproximadamente 10 anos de estudos sobre os desdobramentos da política pública de produção de biodiesel com a participação da agricultura familiar no fornecimento de matéria-prima para as agroindústrias processadora de agrocombustíveis.

Metodologicamente, para este artigo apresentamos dados levantados em três diferentes momentos. O primeiro ocorreu no ano de 2010, durante a realização do mestrado. Para aquela pesquisa adotamos o método etnográfico para apreender as práticas sociais cotidianas das famílias dos agricultores assentados na condição jurídica de parceiros rurais da usina de biodiesel. Aquele período foi considerado o cume dos principais conflitos entre empresa, agricultores e governo sobre os desencontros do modelo de projeto produtivo implementado. Aquela etapa da pesquisa, com duração de seis meses, possibilitou compreender a natureza dos conflitos que se davam no interior dos grupos sociais, bem como, entender a importância dos laços de solidariedade entre os grupos que vieram da mesma origem geográfica. Com efeito, tais dados contribuíram para lançar luzes sobre as ressignificações dos modos de vida dos agricultores que passavam por profundas transformações sociais num determinado espaço e tempo socialmente construído por uma determinada política pública.

O segundo momento ocorreu no período de 2012 a 2015, na condição de consultora de um projeto de cooperação técnica para o Desenvolvimento Econômico Territorial – DET na região da Serra da Capivara, abrangendo também, as terras do NPSC. No período, levantamos informações que resultaram na organização de um banco de dados para uso de relatórios técnicos e análise da implementação da política pública do biodiesel no estado do Piauí. Foram 18 entrevistas com as lideranças comunitárias das células de produção e coleta de dados qualitativos através da técnica de grupos focais com todos os agricultores assentados.

O terceiro momento ocorreu no ano de 2018, durante a realização da pesquisa para o doutoramento nos estados do Piauí e Bahia, ambos na região Nordeste, e Rio Grande do Sul, região Sul do Brasil. Esses três estados foram selecionados por serem reconhecidos pela importante participação da agricultura familiar no programa do biodiesel, seja como caso de sucesso no Rio Grande do Sul, ou fracasso na Bahia e Piauí.

Apesar do uso de métodos mistos (quantitativo e qualitativo) na pesquisa comparativa durante o doutoramento, para este artigo, contudo, utilizamos apenas os dados qualitativos referentes ao estado do Piauí. A decisão se justifica pelo interesse em analisarmos aqui os desdobramentos do cumprimento da promessa de doação das terras<sup>2</sup> do NPSC para os agricultores parceiros que permanecessem produzindo oleaginosa para o biodiesel por no mínimo dez anos.

Para a compreensão da realidade social dos agricultores familiares que permaneceram no NPSC, realizamos 10 entrevistas semiestruturadas com os agentes estatais, agentes privados e atores das organizações sociais ligados à agricultura familiar e que estiveram no centro do debate sobre os resultados alcançados pela implementação do programa do biodiesel no estado do Piauí. Além das entrevistas, o campo também proporcionou a construção de um diário de campo, técnica de pesquisa que se mostrou importante para a análise dos processos sociais dos discursos dos sujeitos pesquisados.

Na análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os agricultores, valorizamos apreender os sentidos atribuídos através de suas práticas discursivas sobre as relações sociais que se estabeleceram no NPSC. Esse olhar para o interior das práticas, de acordo com Spink e Lima (2000), contribui para o rigor na explicitação e interpretação das práticas, meio a suas subjetividades e circularidades.

### **O programa do biodiesel e a agricultura familiar: Desafios para o alcance da dimensão social do programa no Piauí**

O Brasil tem despontado no mercado internacional como referência na produção de agrocombustíveis, particularmente, nos últimos 30 anos. O etanol de cana-de-açúcar produzido no Brasil, por exemplo, é considerado um biocombustível avançado no que diz respeito ao uso de tecnologias sustentáveis e investimentos em pesquisas. Mas na dimensão social, o PROÁLCOOL não conseguiu incluir os agricultores pobres<sup>3</sup> na cadeia produtiva desse agrocombustível. Pelo contrário, a participação da agricultura familiar brasileira se deu na condição de boias-frias,<sup>4</sup> com a exploração de mão-de-obra e precarização do trabalho (Wanderley, 1998).

O PNPB, lançado em 2004, nasceu com a ideia de investir em alternativas para a substituição de combustíveis derivados do petróleo, desenvolver fontes de energia menos agressivas ao meio ambiente e promover o desenvolvimento da agricultura familiar, particularmente nas regiões Norte e Nordeste.

O PNPB está sustentado por quatro forças motrizes: 1) a redução da importação de petróleo e derivados, o que é tanto econômica quanto geopoliticamente estratégico; 2) a mitigação das mudanças climáticas e a redução das emissões

poluentes causadas pela combustão de óleo diesel; 3) a expansão agrícola; e 4) a inclusão social (Instrução Normativa nº 02, 2005). Contudo, nesta pesquisa adentrou-se na compreensão do conjunto de estratégias para o alcance da dimensão social do programa do biodiesel, por ser este o objetivo mais propalado pelos agentes formuladores e implementadores da referida política pública.

A regulamentação do PNPB representou um marco nas políticas de produção de biocombustíveis no Brasil, uma vez que a formulação da política já previa a participação de um segmento importante da agricultura no Brasil que, de certa maneira, sempre foi negligenciado pelas políticas públicas rurais. Para a sua implementação, houve um esforço do Governo para mobilizar parcerias entre as indústrias processadoras do biodiesel e os agricultores familiares, visando atender os percentuais de uso compulsório do biodiesel na matriz energética brasileira. Este empenho governamental se fez necessário porque o mote de sensibilização para a aprovação do PNPB foi de que se tratava de uma política energética com dimensão social, uma vez que, ao incluir os agricultores familiares pobres, sobretudo aqueles oriundos das regiões Norte e no Nordeste do Brasil, estaria de fato cumprindo com a promoção do desenvolvimento rural através da geração de emprego e renda.

Como estratégia para a implementação da dimensão social do programa, o Governo Federal criou um instrumento legal denominado Selo Combustível Social (SCS), que permitiu às empresas do setor dos agrocombustíveis obterem o benefício da redução de impostos federais, condições mais vantajosas para o financiamento de projetos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, dentre outras vantagens, quando comprovada a inclusão da agricultura familiar no mercado do biodiesel.

A proposta da política nacional de produção do biodiesel no Brasil vai além das preocupações com a mitigação dos efeitos poluentes no ar. Para Abramovay (2009), representa um avanço nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Uma das expectativas com a implementação do SCS seria evitar com que o mercado do biodiesel fosse dominado pela produção de soja e pelas agroindústrias.

O Selo Combustível Social (SCS) era concedido pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA até o ano de 2018 e, atualmente, concedido pela Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo SEF/MAPA, a unidade industrial produtora de biodiesel que cumpre os critérios descritos nas suas normativas sobre o tema<sup>5</sup>, e que confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, uma política pública criada em 1996 com o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no País e que atualmente está presente em todos os municípios brasileiros (Instrução Normativa nº 02, 2005).

Para efeito de acesso à política do biodiesel são reconhecidos como agricultores familiares aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

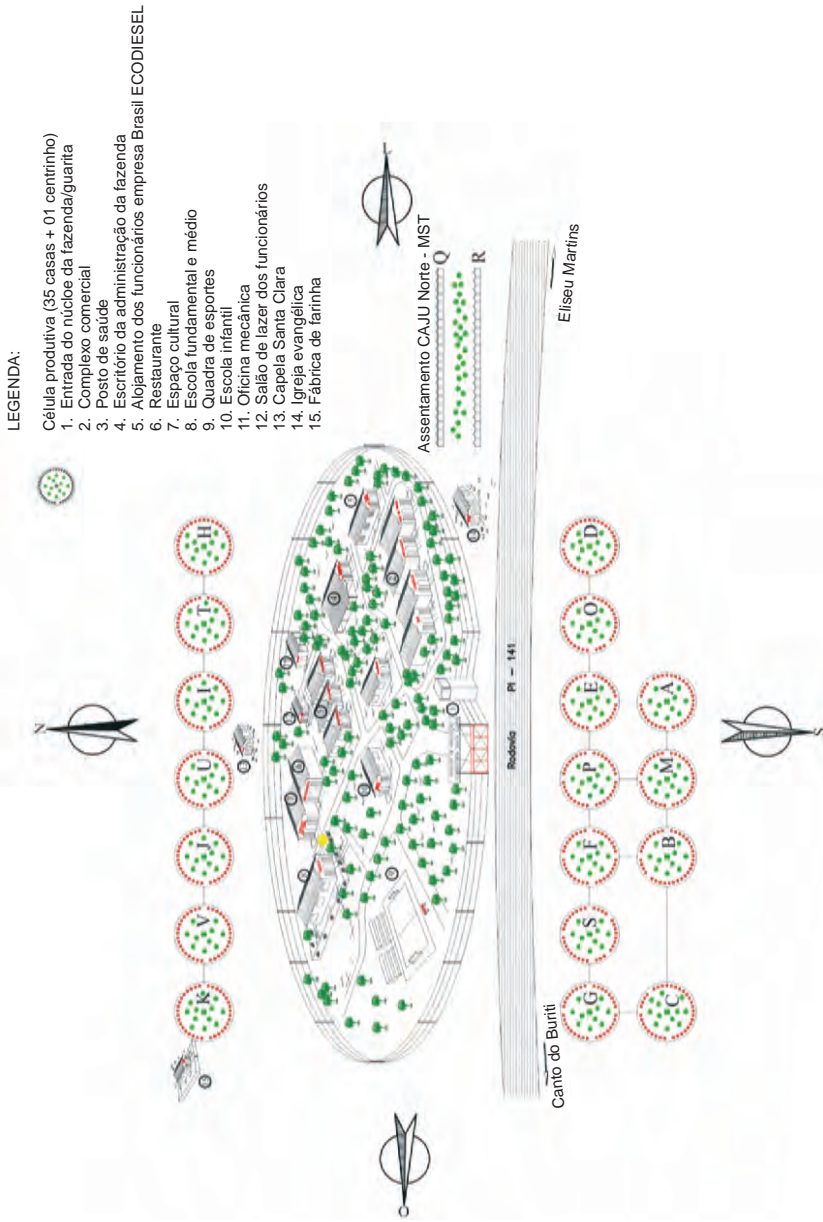
a- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais<sup>6</sup>; b- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; c- tenha renda familiar econômica do seu estabelecimento ou empreendimento na forma definida pelo Poder Executivo; d- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Silva, 2019, p. 31).

Em 2006, o Brasil deu um passo significativo com o reconhecimento da agricultura familiar como segmento produtivo com a aprovação da lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. A lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Portaria n° 4, 2016). Para a referida lei, os agricultores considerados familiares precisam receber de órgão competente um documento<sup>7</sup> que lhes confere o reconhecimento jurídico da categoria para fins de acesso a políticas públicas destinadas a esse segmento. A lei consolidou institucionalmente o programa, fazendo da existência de políticas específicas para a agricultura familiar um caminho sem volta (Mattei, 2010, p. 7).

Como contrapartida destes benefícios concedidos pelo Governo através do SCS, os proprietários das usinas assumem a obrigação de celebrar previamente contratos de compra e venda de matérias-primas com os agricultores familiares enquadrados no PRONAF, ou com suas cooperativas e com anuência de entidade representativa da agricultura familiar; assegurar capacitação e assistência técnica gratuita aos agricultores com contratos; e adquirir um percentual mínimo de matéria-prima destes para produção de biodiesel.

A produção de agrocombustível no Brasil despontou como uma importante estratégia de reserva de mercado para as agroindústrias, principalmente, aquelas com comprovada influência junto ao Governo. A conquista do SCS facilita a participação das usinas em leilões em condições diferenciadas, se comparadas com as demais usinas concorrentes que não usufruem do Selo. Entre 2006 e 2016, o número de usinas produtoras de biodiesel subiu de 02 para 61. E dessas, 41 encontram-se em operações comerciais com a Petrobrás Biocombustíveis (Portaria n° 4, 2016). A empresa instalada no Piauí foi pioneira no programa na participação de leilões prioritários para as empresas detentoras do SCS.

O Governo do Estado do Piauí regulamentou, por meio da Lei Estadual 5.333/2003, a doação de 36 mil hectares para fins de “reforma agrária privada”, utilizando-se de recursos da iniciativa privada. Na Figura 1 é possível visualizar a



**Figura 1** Visão geral do NPSC  
 Fonte: Elaboração própria, 2010/2018.

infraestrutura construída pelos investidores de agrocombustíveis nas terras disponibilizadas pelo Estado para o funcionamento do projeto produtivo. Essa ilustração trata-se de um mapa etnográfico com a visão geral do NPSC elaborado no ano de 2010 e atualizado no ano de 2018 para melhor compressão sobre a dinâmica espacial das moradias e das áreas de uso comum com a oferta dos serviços de saúde, educação e assistência produtiva no NPSC.

A proposta de funcionamento do projeto de produção de mamona para a extração do biodiesel dependia exclusivamente da força de trabalho das famílias assentadas na condição de parceiros rurais. Em troca, ao término do contrato com vigência de dez anos, as famílias receberiam da empresa a titularidade correspondente a vinte e cinco hectares das terras prometidas<sup>8</sup> no ano de 2014.

A parceria entre empresa e agricultores foi regulamentada pelo Contrato de Parceria Rural Agrícola, baseado na Lei de nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e pelo Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966 – o Estatuto da Terra. Nessa parceria, a nova posição social do agricultor parceiro não é a de assentado, pois ele não possui o reconhecimento da política de assentamento rural, nem é a de proprietário, porque não possui a titularidade dos lotes. A configuração de parceria rural originou novos desdobramentos na forma como esses agricultores passaram a se relacionar com o mercado, com a agroindústria e, sobretudo, com a produção em grande escala. Essa nova condição representou a perda da autonomia produtiva em relação ao que cultivar e comercializar, bem como o abandono de práticas adquiridas ao longo das suas gerações. A organização social manteve-se fundada no trabalho familiar, mas este deixou de ter um caráter local, de subsistência com comercialização do excedente, para inserir-se na produção voltada ao mercado de combustível.

À luz destas observações, foi possível inferirmos que a parceria rural estabelecida no âmbito do NPSC está longe da situação clássica estudada por Antônio Cândido (1987) no livro “Os Parceiros do Rio Bonito”, que, em linhas gerais, apresenta uma parceria de arrendamento, unindo parceiros e proprietários, num universo social em que as distâncias sociais e as distorções na gestão dos negócios são relativamente pequenas. Identificamos que a relação de parceria rural era um dos pontos conflitantes entre os agentes envolvidos pela incompatibilidade de interesses: de um lado o agronegócio demandando escalas de produção acima da capacidade da mão de obra dos agricultores parceiros, e do outro, os agricultores tensionando constantemente os formatos de relações de poder com extensionistas rurais, recusando-se a colocar em prática um calendário agrícola voltado exclusivamente para o mercado.

As expectativas das entidades governamentais e agroindústria envolvida na parceria com o NPSC eram de que a produção de matéria-prima com o uso da mão de obra familiar conseguisse atender toda a demanda da refinaria,<sup>9</sup> instalada com o

uso de 40% dos recursos públicos no município de Floriano, Piauí. No entanto, tais expectativas foram frustradas, não apenas pela baixa produtividade da oleaginosa escolhida, mas também pela própria resistência dos agricultores em se dedicarem a cultivos não comestíveis. Sabe-se que para manter o interesse dos investidores dos agrocombustíveis em determinada parceria é preciso que eles tenham lucros. O não alcance da escala de produção necessária à manutenção das suas refinarias aumentou as tensões entre agricultores parceiros e a Agroindústria.

A busca por novas energias acabou se transformando numa atividade muito rentável para os investimentos do grande capital (Houtart, 2010). O Brasil é um dos maiores produtores da agroenergia, com expressivos resultados na produção de etanol. Todavia, foi somente com o biodiesel que se pensou uma estratégia de mercado para um biocombustível com capacidade de incluir agricultores familiares e pobres excluídos da cadeia produtiva do etanol.

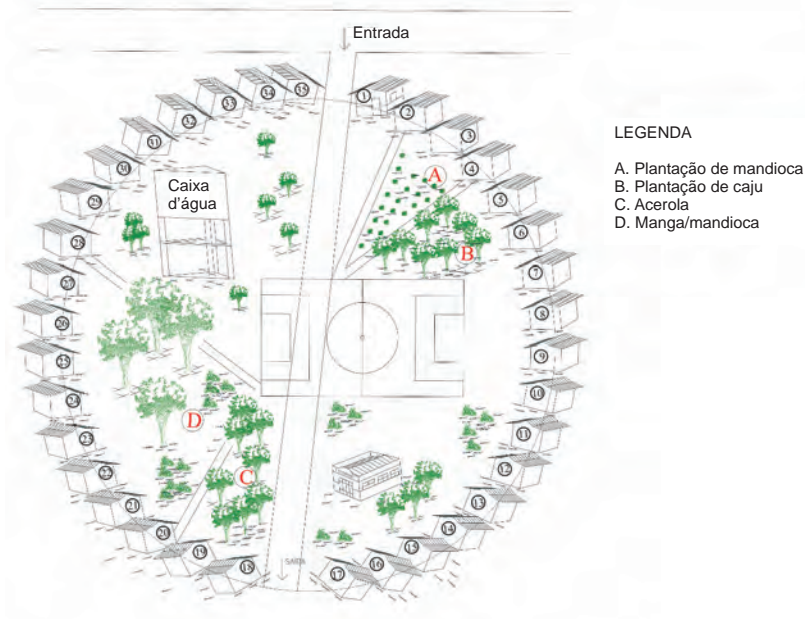
Em suma, o quesito dimensão social da política pública do biodiesel com a inclusão da agricultura familiar no NPSC foi marcado por constantes tensões e conflitos gerados a partir da tentativa de articulação de dois segmentos historicamente antagônicos na pirâmide da agricultura brasileira — o agronegócio e a agricultura de familiar. Os agricultores assentados na condição de parceiros rurais sempre estiveram à margem das ações do Estado. Ademais, quando o poder público estatal os convoca para incrementar um projeto produtivo que se propõe a distribuir terras ao final do contrato, esses agricultores enxergam ali a possibilidade de acesso à terra como proprietários para viabilizar a reprodução social do grupo familiar, conforme será discutido nos próximos tópicos.

### **Organização espacial circular: Uma estratégia disciplinar dos agricultores em suas moradias no NPSC?**

A moradia assume múltiplos significados na reprodução social dos grupos sociais. De acordo com Brosler e Bergamasco (2016), a casa camponesa é o lugar que se tem para voltar, sendo ela uma “entidade” que organiza, centraliza e distingue as famílias e seus modos e estilos de vida. A moradia tem sido elemento de resistências e lutas de grupos organizados ou não em movimentos sociais, sindicatos e associações. A trajetória social dos agricultores que se deslocaram para o NPSC é marcada pela expropriação das suas terras, pelo avanço do agronegócio, do Estado e pela expulsão das terras dos padrões quando viviam na condição de sitiantes, moradores ou meeiros.

As famílias de agricultores parceiros no NPSC foram assentadas em espaços que receberam o nome de “célula de produção” devido a sua configuração espacial no formato circular. Em cada círculo foram construídas trinta e cinco casas que





**Figura 2** Célula de produção e moradia

Fonte: Elaboração da autora, 2010/2018.

obedeceram também à disposição circular e um espaço de uso coletivo no centro de cada célula, conforme um mapa etnográfico elaborado no ano de 2010 (figura 2), sem necessidade de revisão porque as casas continuam dispostas da mesma forma. No ano de 2018, observamos que algumas casas passaram por reformas, melhorias ou, em outros casos, se deterioraram ao serem abandonadas pelas famílias, que migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Adaptar-se ao novo formato da moradia foi o primeiro desafio enfrentado pelos agricultores quando chegaram ao NPSC. O modelo adotado pela empresa possibilitava que todas as casas fossem visualizadas simultaneamente, o que favorecia o controle do tempo de dedicação dos agricultores aos cultivos de mamona da empresa.

É importante mencionar que nos três primeiros anos de funcionamento do NPSC, a empresa adotou um modelo de gestão que ficou marcada pelo autoritarismo e com ocorrência de violência física, psicológica e até mesmo a expulsão de famílias que não se adaptaram à vida no NPSC. E dentre essas adaptações estava à proibição de alterarem a estrutura física da casa e seu entorno.

A proibição da alteração do espaço físico das moradias representava para a empresa a manutenção da sua autoridade sobre as famílias e, em sua concepção, a

violação das regras estabelecidas no contrato de parceria representava uma ameaça à ordem e a seu poder e controle dos “dóceis corpos” dos agricultores (Foucault, 1987).

As tentativas de interferências no desenho original das moradias por parte dos agricultores corroboram com o que Scott (2002) denominou por “formas cotidianas de resistência”. As resistências que ali emergiram, fossem elas coletivas ou individuais, foram particularmente importantes no enfrentamento às ameaças de descontinuidade dos seus modos de vida pela de autonomia e aumento da dependência do agronegócio.

Ainda sobre os aspectos de poder e controle do comportamento dos agricultores através da vigilância constante e da punição dos que subvertiam as regras da empresa, poderíamos pensar na contribuição teórica de Foucault (1987), que ao estudar a sociedade disciplinar, constata que a sua singularidade reside na existência do desvio diante da norma. E assim, para “normalizar” o sujeito moderno, foram desenvolvidos mecanismos e dispositivos de vigilância capazes de interiorizar a culpa e causar remorsos pelos seus atos.

Ao analisarmos a organização espacial das moradias no NPSC é possível realizarmos generalizações a partir dos modelos disciplinares desenvolvidos por Foucault (1987), quando este ampliou a compreensão do conceito de panóptico cunhado por Jeremy Bentham. Da entrada principal da célula, os técnicos da empresa visualizavam simultaneamente o interior de todas as casas sem que os agricultores os vissem. Essa estratégia de “ver sem ser visto” favorecia o controle sobre aqueles agricultores que não iam para a roça como forma de protesto.

A observação constante dos agricultores a partir do modelo de moradia circular, segundo Foucault (1987), condicionava o comportamento daqueles observados. Para o autor, essa sensação de constante vigilância tem a intenção de condicionar o sujeito a comportamentos sociais adequados, ou de acordo com as normas estabelecidas. Contudo, quando essa vigilância não atinge o objetivo de controlar comportamentos de cunho coercitivo e disciplinatório, os mecanismos se asseveraram, punindo-os.

Ademais, quando questionado sobre o modelo de moradia adotado por um projeto que se propunha a ser referência no alcance da dimensão social do programa do biodiesel com a geração de renda e melhorias nas condições de vida daqueles agricultores sem-terra, um representante oficial da empresa negou qualquer associação do modelo arquitetônico por eles adotado com panóptico. Mas reconheceu que o fato das casas estarem em disposição circular facilitava o trabalho dos técnicos agrícolas, uma vez que conseguiam visualizar, ao mesmo tempo, a porta principal de todas as casas da célula monitorada, que confirmou a intencionalidade por parte da empresa em controlar todos os movimentos dos agricultores, dentro e fora da roça.

Como enfrentamento ao controle, os agricultores passaram a plantar árvores de grande porte na frente das suas casas como estratégia para mantê-los distantes

dos olhares de controle da empresa, situação narrada pelo agricultor:

As plantas na frente das casas não serviam apenas para proteger a nossa intimidade, sabe. A gente fazia isso para não ser avistado pelos meninos [extensionistas rurais] e nem pelos vizinhos que iam contar para o gerente que neguinho [agricultor] passou o dia todo dentro de casa e não quis ir para a roça cuidar da mamona. A gente fingia que estava tudo bem, que estava aceitando, para ganhar tempo e mudar (C. S, 52 anos).

Os agricultores lutaram insistentemente contra o autoritarismo da empresa através da resistência cotidiana pela manipulação das relações de poder sobre quem manda e quem obedece, conquistando pequenos ganhos (Scott, 2002).

É fato que, diante da perda de autonomia em decorrência da relação comercial de uso das terras para a produção capitalista, a moradia representa, para os agricultores, o único espaço em que continuavam exercendo o poder e controle. A luta pelo controle e exercício da autoridade no espaço doméstico pode ser analisada como uma espécie de reparação, ou seja, o agricultor precisava compensar a perda da autonomia na roça pela retomada do controle sobre a moradia. Ao assinarem o contrato de parceria rural, os agricultores perderam total autonomia sobre a decisão dos cultivos e permissão para a criação de pequenos animais (aves, caprinos, bovino, suínos etc.), conforme exposto nos tópicos seguintes.

### **A produção de base familiar em parceria com o agronegócio: uma relação permeada por conflitos no NPSC**

No Brasil, a produção de energias renováveis pelo agronegócio tem demonstrado a relevância dos impactos sociais e culturais ocasionados pela substituição de cultivos alimentares tradicionais por monoculturas dependentes de pesticidas e fertilizantes, provocando danos à saúde humana e degradação ambiental (Barbosa & Jordão, 2015). Com efeito, a expansão capitalista da produção de agrocombustíveis não ocorre sem pressão sobre os ecossistemas e seus povos. Para Houtart (2010), como sempre, em um projeto capitalista, ignora-se o que os economistas chamam de externalidades, isto é, o que não entra no cálculo do mercado; os danos ecológicos e sociais.

Para atender a crescente demanda por matéria — prima para a produção de agrocombustíveis, os países em desenvolvimento estão implementando políticas públicas concedendo a exploração comercial em milhões de hectares de terras agricultáveis para o agronegócio. A expansão agrocombustíveis nesses países tem provocado a expulsão de, pelo menos 60 milhões de camponeses das suas terras. O preço dessas “externalidades”, não pago pelo capital, mas pela comunidade e pelos indivíduos na produção de agroenergia é espantoso (Houtart, 2010, p. 52).

As relações de conflito no NPSC se intensificaram quando os agricultores tomaram consciência de que o modelo de produção capitalista seria adotado pela agroindústria do biodiesel parceira. E que essa era condição *sine qua non* para suas permanências e, conseqüentemente, terem acesso à titularidade das terras, conforme contrato de parceria firmada entre empresa, governo e agricultor.

Nos aspectos produtivos, a empresa de biodiesel, além de não reconhecer a importância dos cultivos alimentares praticados tradicionalmente pelos agricultores, também desconsiderou as vivências e interações destes com os mercados locais. Ir à feira livre, semanalmente, comercializar pequenas quantidades de legumes e/ou animais era uma prática social que estava além das relações meramente mercantis. Com efeito, toda a produção de mamona era repassada para uma única agroindústria e os alimentos deixaram de ser cultivados para serem comprados, assumindo, assim, uma relação de total dependência externa de tudo que consumiam.

Tradicionalmente, os agricultores estavam habituados a cultivar pequenas áreas de, no máximo, 02 (dois) hectares. O tempo dedicado a 8 (oito) hectares da agroindústria com monocultivos de mamona inviabilizou a produção de alimentos para o autoconsumo. Toda a mão de obra disponível na familiar foi destinada para a produção comercial. A tomada de consciência dos agricultores sobre a exploração das suas forças de trabalho resultou em protestos com a interdição da rodovia que dá acesso à capital do estado do Piauí, chamando a atenção dos órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho. Este último interveio nas irregularidades denunciadas, diminuindo, inclusive, o tamanho da área de cultivos de mamona exigido a cada família para terem acesso à titularidade da terra. Contudo, essa redução não garantiu o sucesso do programa do biodiesel no NPSC porque que os agricultores também resistiam a empregar toda a mão de obra familiar em único cultivo.

A articulação entre produção de base familiar e a capitalista no âmbito do programa do biodiesel no Piauí demonstrou inexpressivos resultados na proposta de inclusão dos segmentos mais vulneráveis da agricultura no mercado do biodiesel. A relação de parceria rural estabelecida retirou dos agricultores a autonomia sobre o que produzir, rompendo bruscamente com práticas e saberes tradicionais. Para Woortmann, Suárez e Veloso (1983, p.152), a reprodução dos camponeses no campo depende das experiências e saber que lhes é próprio. A reprodução dessas relações de produção depende da operacionalização do saber que rege o processo de trabalho, ao mesmo tempo em que são elas próprias a condição para essa operacionalização. De tal modo que, os conflitos suscitados pela adaptação as novas práticas sociais por parte dos agricultores transformaram o NPSC num espaço de constantes conflitos e resistências (Scott, 2002). Tal negação deflagrou, dentro dos grupos, resistência ao cultivo da mamona, bem como estratégias cotidianas para a retomada da autonomia que

perderam ao se tornarem parceiros rurais. Para Scott (2002), naquelas experiências cujos camponeses se encontram em uma situação-limite de controle, as estratégias na busca de espaços de autonomia nos processos produtivos tornam-se uma constante no cotidiano das famílias.

No Piauí, a experiência de produção da agroenergia associando a agricultura familiar e o agronegócio contribuiu para a redução dos repertórios de aplicação do conhecimento tradicional na roça, em especial aquele direcionado para a produção de alimentos habitualmente praticada. Woortmann, Suárez e Veloso (1983) demonstraram que experiências de desenvolvimento da agroindústria com a valorização das terras provocaram mudanças no tradicional processo de trabalho e modos de vida dos agricultores implicados diretamente nesse processo de sujeição da renda da terra ao capital.

### **A luta pela conquista da terra prometida no NPSC**

No Piauí, a política de distribuição de terras e regularização fundiária ainda é um desafio a ser superado na estrutura fundiária do Estado e que está aquém de uma solução a curto ou médio prazo. As terras agricultáveis estão concentradas nas mãos da minoria produtora de *commodities* e, mais recentemente, em meio a disputas por terras agricultáveis pela estrangeirização de terras. Apesar de se tratar de um Estado em que sua base econômica está ancorada na agricultura de pequeno porte, estes não são alvos das políticas públicas de incentivo à manutenção das suas atividades no campo. As ações do Estado para o fortalecimento da agricultura de base familiar, além de incipientes, são baseadas em modelos desenvolvimentistas, contribuindo, assim, para o aprofundamento das desigualdades sociais produzidas pela expropriação de terras camponesas em favor do agronegócio.

O Governo do Estado do Piauí doou através da Lei Estadual nº 5.333/2003, uma área de 36 mil hectares de terras agricultáveis para a iniciativa privada assentar 639 famílias de agricultores familiares sem-terra na condição jurídica de parceiros rurais da agroindústria processadora de biodiesel. A condição para o acesso à titularidade dos lotes do NPSC era que os agricultores permanecessem fornecendo matéria prima para a agroindústria parceira por no mínimo dez anos, a contar do contrato de parceria rural firmado no ano de 2004.

Após o término do contrato de parceria rural, a agroindústria do biodiesel encerrou suas atividades no estado do Piauí e não cumpriu com sua obrigação de repassar os títulos de propriedade dos lotes do NPSC sem ônus para o Estado e nem para os agricultores. Tal falha na parceria rural levou ao agravamento da situação de vulnerabilidade social, econômica e fundiária dos agricultores parceiros. Afinal, já

se passaram dezesseis anos desde a chegada dos agricultores nas terras do NPSC e a regularização fundiária dos lotes ainda não aconteceu.

No ano de 2017, o Estado declarou para as famílias que 21 mil hectares do NPSC encontravam-se certificados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, resultante da grilagem<sup>10</sup> de terras no Piauí. De acordo com a assessoria do Instituto de Terras do Piauí – INTERPI foi solicitado no final do ano de 2018 o cancelamento da certificação irregular dessas terras para fins de reforma agrária, contemplando as famílias que continuaram no NPSC. O gestor de terras do INTERPI informou que, dada a complexidade do fenômeno da grilagem de terras, tudo leva a crer que tal cancelamento da certificação levará décadas para ser solucionado.

No ano de 2018, os agricultores do NPSC ocuparam o INTERPI para pressionar o governo estadual pela celeridade no cumprimento da regularização fundiária das terras do assentamento. O protesto foi passivo e contou com o apoio das entidades representativas da luta pela terra e da agricultura familiar camponesa. As lideranças das células foram recebidas pela comissão estatal de regularização fundiária, mas sem soluções concretas por parte do Estado. Sem resposta e com dificuldades para permanecerem nas terras do NPSC, em outubro de 2019 os agricultores, agora representados pela Associação Comunitária dos Moradores da Santa Clara, se reuniram com os representantes do INTERPI para exigir que o governo iniciasse o processo de regularização fundiária das 15 mil hectares que se encontram sem restrição cadastral para a titularização.

Sem condições financeiras para a permanência nas terras do NPSC, a migração temporária voltou a fazer parte do repertório das estratégias de reprodução social das famílias. Tem sido comum, no período da entressafra, os chefes das famílias migrarem para realizar trabalhos agrícolas na condição de temporários em outros estados no Brasil.

Observamos também que outros deslocamentos vêm ocorrendo pela procura de escolas para os filhos. Ao serem questionadas, as famílias alegaram que estão enviando os filhos em idade escolar aos cuidados dos parentes nos centros urbanos mais próximos porque a escola que se mantém ativa no NPSC vem funcionando em condições precárias. Esse relato foi comprovado durante a pesquisa de campo realizada em 2018, em que nos deparamos com uma unidade escolar (ver Figura 3) funcionando sem água para o consumo dos alunos, salas desativadas porque o teto havia desabado no início do ano letivo, não havia transporte escolar para o deslocamento das crianças que moravam nas células mais distantes, nem tampouco calendário de aulas regulares, ocasionado pelo número insuficiente de professores. Enfim, observamos o reflexo da ausência de políticas públicas do Estado e do Município no NPSC.

Para as famílias, a convivência com tantas precariedades ao mesmo tempo não tem sido fácil. A ausência da regularidade fundiária traz a invisibilidade dos



**Figura 3** Unidade Escolar em atividade no NPSC

Fonte: pesquisa de campo, 2018.



**Figura 4** Agricultor que permanece nas terras do NPSC lutando pela regularização fundiária

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

agricultores para o acesso a políticas de crédito para o fomento da agricultura familiar, dentre outros. A família do agricultor Souza (Figura 4), de 60 anos, foi a primeira a chegar ao NPSC juntamente com uma irmã e um irmão. Porém, diante das atuais dificuldades, muitas famílias abandonaram suas casas, dentre elas os irmãos do Sr. Souza, que persiste porque, em suas próprias palavras, “receber o título da minha área será uma questão de honra e é a única coisa que posso deixar para meus filhos”.

Por fim, o NPSC representa o retrato de um velho modelo de desenvolvimento travestido de moderno, conduzido pelo interesse dos negócios fundiários em terras de importante valor comercial e que têm sido alvo de especulações fundiárias e grilagem de terras no Piauí. O desafio para a resolução do impasse de conflito fundiário nas terras da NPSC vai precisar superar a lógica que coloca em primeiro lugar os interesses do capital agrário em detrimento do bem-estar social dos agricultores mais vulneráveis.

### Considerações finais

O estudo demonstrou que a proposta de assentar famílias de agricultores sem-terra para cultivarem oleaginosa para a produção de biodiesel no Piauí desencadeou inúmeros conflitos entre os modos de produção familiar e o agronegócio. Ao desconsiderar a importância dos saberes locais e as experiências adquiridas pelos agricultores antes dos seus deslocamentos para o NPSC, estavam atestando a incapacidade de conciliação das expectativas dos investidores no mercado dos agrocombustíveis com as dos agricultores que cultivavam para a subsistência.

É possível inferir que ocorreu uma espécie de *continuum* na relação dos agricultores parceiros com a terra do NPSC, ou seja, eles saíram da condição de arrendatários ou moradores num processo de sujeição e subordinação ao proprietário da terra para a condição de parceiros rurais do agronegócio, submetidos a novas regras da produtividade, do mercado e das forças capitalistas agrárias.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, consideramos como mais expressiva a não adaptação ao calendário agrícola da agroindústria, porque tiveram de abandonar suas culturas produtivas tradicionais para produzir uma cultura não alimentar, que colocava em risco a reprodução social dos grupos domésticos. Os agricultores lutaram para terem o direito de cultivar para a subsistência da família e comercializar o excedente, mas dentro da lógica de uma economia moral que valorizasse suas próprias escolhas, e não a do agronegócio.

Por fim, essa experiência do NPSC no semiárido do Piauí demonstrou que produzir mamona a partir da agricultura de base familiar para atender a uma demanda específica do agronegócio dos biocombustíveis provocou alterações significativas na relação dessas famílias com o trabalho, a produção, a alimentação, o mercado e o



acesso à terra. Assim, entende-se a necessidade de reflexões contínuas à luz das atuais políticas públicas de inclusão socioprodutiva e distribuição de terras que submetem o homem do campo a projetos de desenvolvimento rural baseado na economia de mercado regido pelo capital agroindustrial, como a dos agrocombustíveis. A omissão do Estado na regularização das terras em que foram assentadas centenas de famílias de agricultores pobres e sem terras demonstra o quão seletivas são as decisões políticas agrícolas no que se refere às questões sociais e agrárias no Brasil.

## Notas

Por decisão pessoal, a autora escreveu o referido artigo segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Termo utilizado pela parceira para designar o espaço de moradia e lotes de produção do NPSC.
- 2 A doação de terras foi considerada uma das singularidades da proposta do Governo do Estado do Piauí para atingir a dimensão social do programa do biodiesel no Estado.
- 3 Para o PNPB, agricultores pobres são aqueles que possuem renda de até 1/2 salário mínimo (dimensão econômica).
- 4 Trabalhador rural itinerante que se ocupa em tarefas temporárias sem vínculos empregatícios.
- 5 Atualmente, a norma que estabelece regras para concessão, manutenção, renovação e cancelamento do Selo Combustível Social é a Instrução Normativa do MDA nº 01 de 19 de fevereiro de 2019.
- 6 É uma unidade de medida agrária expressa em hectares definida para cada município, dependendo do sistema de produção predominante. A depender do município, 1 Módulo Fiscal varia de 5 a 110 hectares.
- 7 Declaração de Aptidão para a Agricultura — DAP.
- 8 A terra prometida, termo que tomo emprestado das narrativas dos informantes ao se referirem à situação de promessa de vinte e cinco hectares a cada família assentada ao término do contrato de parceria rural.
- 9 No ano de 2019, o Governo do Estado do Piauí anunciou que aportarão recursos no montante de 60 milhões para reativar essa usina de biodiesel, sem mencionar as medidas sobre a regularização fundiária das terras do NPSC.
- 10 No Brasil, grilagem de terras é a falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros.

## Referências

- Abramovay, R. (Org.). (2009). *Biocombustíveis – A energia da controvérsia*. São Paulo: Editora Senac.
- Barbosa, C. V., & Jordão, L. R. (2015). A produção de agrocombustíveis e o enlaço com a segurança e soberania alimentar. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, 1(2), 139-164.

- Brosler, T. M., & Bergamasco, S. M. P. P. (2016). A conquista do direito à moradia no meio rural; proposta de construção de um indicador. *Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, (17). doi: 10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.05. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/24746/17988>
- Cândido, A. (1987). *Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida*. São Paulo.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Houtart, F. (2010). *A agroenergia: Solução para o clima ou saída da crise para o capital?*. Petrópolis: Vozes.
- Instrução Normativa nº 02, de 30 de setembro de 2005. *Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos ao enquadramento de projetos de produção de biodiesel ao selo combustível social*. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_627/IN%2002%20-%202005%20MDA.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_627/IN%2002%20-%202005%20MDA.pdf)
- Mattei, L. (2010). Programa Nacional para Produção e uso do Biodiesel no Brasil (PNPB): Trajetória, situação atual e desafios. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, 41(4), 731-740.
- Portaria nº 4, de 5 de janeiro de 2016. *Retifica a Portaria nº 337 de 18 de setembro de 2015 que Dispõe sobre a alteração das aquisições de matérias-primas oriundas das cooperativas agropecuárias do agricultor familiar*. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_873/Portaria%20MDA%20n%C2%BA%204\\_2016%20Retifica%20a%20Portaria%20MDA%20337.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_873/Portaria%20MDA%20n%C2%BA%204_2016%20Retifica%20a%20Portaria%20MDA%20337.pdf)
- Scott, J. (2002). *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era.
- Silva, M. E. S. (2019). *A política pública do biodiesel e os desafios para a inclusão dos diferentes estilos de agricultura familiar no mercado dos biocombustíveis no Brasil* (tese de doutoramento). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201530>
- Spink, M. J., & Lima, H. (2000). Rigor e visibilidade: A explicitação dos passos da interpretação. Em M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 71-99). São Paulo: Cortez.
- Wanderley, M. N. B. (1998). Raízes históricas do campesinato brasileiro. Em J. C. Tedesco (Org.), *Agricultura familiar: Realidade e perspectivas*. Passo Fundo: UPF.
- Woortmann, K., Suarez, M., & Veloso, M. (1983). Introdução ao Seminário “Saber e Reprodução Camponesa”. *Anuário Antropológico*, 81, 149-156.

**Data de submissão:** 31/01/2020 | **Data de aceitação:** 15/05/2020



ENTREVISTA  
INTERVIEW



# BICICLETAS, COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA NAS CIDADES

## Entrevista a Renata Falzoni

# BICYCLES, MEDIA AND DEMOCRACY IN THE CITY

## Interview with Renata Falzoni

*Henrique Chaves*

Investigador independente. *Email:* henrique.chaves.costa@gmail.com

*Bruna França de Pontes*

Investigadora independente. *Email:* bruna.frpontes@gmail.com

*Maria Cardoso Runkel*

Investigadora independente. *Email:* mrunkelcardoso@gmail.com

**Resumo:** Renata Falzoni tem 66 anos, é arquiteta, urbanista, documentarista, jornalista (bike e videorepórter) e há décadas que anda de bicicleta. Não se limitando a mover-se sobre rodas, Renata é cicloativista e uma das pioneiras na valorização e defesa do uso da bicicleta como meio de transporte no Brasil. O seu documentário “O Elo Perdido – O Brasil que Pedala” foi projetado na segunda edição do Urban Audiovisual Festival<sup>1</sup> (UAF) que decorreu entre os dias 28 e 30 de Junho de 2019 na Biblioteca de Marvila (Lisboa); na sequência desta projecção foi possível fazer esta entrevista, no dia 1 de Julho de 2019.

A bicicleta foi o fio condutor da entrevista. A partir dela, falamos de temas tais como cidade, espaço público, comunicação social, democracia, género, desportos, classes sociais; e com ela descortinamos o palco e entramos nestes bastidores. Tal só é possível devido à extensa e diversa atividade que Renata desenvolveu a partir da — e com a — bicicleta, nomeadamente a sua atividade em órgãos de comunicação social desportivos, a sua atividade política e ativista pela mobilidade urbana suave e, mais recentemente, a realização de documentários e a direção da sua plataforma online “Bike é Legal<sup>2</sup>”. Esta entrevista permite, por isso, abordar um conjunto de questões caras à discussão sociológica. Ressalta-se o papel do discurso mediático na reprodução de lógicas sociais; a questão das políticas públicas em contexto urbano brasileiro; o papel das novas plataformas de comunicação online; a bicicleta como bem de consumo que pode ser entendido como acessível e democrático; e os desafios das cidades brasileiras em tempos de ataques à democracia.

A partir desta entrevista podemos fazer um exercício de reflexão sobre o viver a cidade, agregando a esta discussão novas propostas de pensar e construir um espaço urbano mais sustentável, democrático e para todos.

**Palavras-chave:** Brasil, género, média alternativa, mobilidade urbana.

**Abstract:** Renata Falzoni is a 66-year-old architect, urban planner, documentary filmmaker, journalist (bike and video reporter) and has been riding a bicycle for decades. In addition to constantly moving on two wheels, Renata is also a cycle activist and one of the pioneers in the valorization and defense of the use of the bicycle as a means of transport in Brazil. Her documentary “O Elo Perdido – O Brasil que Pedala” was screened in the second edition of the Urban Audiovisual Festival (UAF), which took place between the 28<sup>th</sup> and 30<sup>th</sup> of June 2019 at Biblioteca de Marvila (public library in Lisbon). This interview took place on the 1<sup>st</sup> of July 2019 as a follow up to the screening.

The bicycle was the guiding thread for the interview. It allowed us to talk about the city, public spaces, the media, democracy, gender, sports and social class, accessing the “backstage”, and unveiling different possible discussions. This was only possible due to the extensive and diverse activity that Renata developed from – and with – the bicycle. Namely, her activity in sports media, her activism and political activity towards smooth urban mobility. Recently, she has directed her efforts into documentary film-making and to the direction of her online platform “Bike é Legal”. This interview addresses a set of issues that are important for the sociological debate. Among these are the role of the media in the reproduction of certain social logics, the issue of public policies in the Brazilian urban context, the role of online communication platforms, the bicycle as a consumption product which can be understood as accessible and democratic, and the current challenges for Brazilian cities when faced with attacks on democracy.

This interview enabled us to reflect on how to live the city, adding new proposals to think and build more sustainable and democratic urban spaces for all.

**Keywords:** urban mobility, Brazil, gender, alternative media.

**A Renata é descrita na comunicação social, em vários portais e redes sociais como pioneira no uso e divulgação de bicicleta no Brasil. Conte-nos um pouco deste trabalho que começou em meados dos anos 70, chegou até hoje e projeta-se para o futuro.**

Na década de 1970, estava a estudar Arquitetura na faculdade e nesta altura praticamente fugi de casa. Fui morar numa casa na Vila Madalena (bairro do município de São Paulo), que era mais perto da minha faculdade. Eu já pedalava, mas não como meio de transporte de forma intensa. Em 1976, dei o meu carro de presente para o meu irmão, comecei só a andar de bicicleta e terminei o curso de Arquitetura pouco depois, em 1977. Como estudante de arquitetura, muito da boémia, rodando na noite e madrugada, rapidamente percebi que a cidade não era desenhada nem para pedestre – se eu queria passar uma ponte, se eu queria chegar a algum lugar, nem fingindo ser pedestre conseguia. E eu comecei a questionar muito isto. Quando as pessoas falam que sou a mais importante, na verdade talvez eu não seja a mais importante, mas pela minha resiliência e por tanto tempo que eu estou me mostrando de bicicleta e eventualmente trabalhando mais, trabalhando menos, mas sempre sendo vista de bicicleta.

Isto começou forte a partir do ano de 1976 e, nos anos 1980, teve uma outra pegada. Porque em 1984 eu entro no grande jornalismo. Comecei a trabalhar em jornalismo, apesar de ser arquiteta, e comecei a trabalhar na fotografia. Entre 1978 e 1979 já vivia de fotografia e entre 1981 e 1982, comecei a entrar na grande imprensa, nos jornais e grandes revistas. E todas as vezes que eu tinha alguma oportunidade a pauta era a “bicicleta”, ou na forma do lazer, ou competitiva, ou ainda como meio de transporte além do carro. Há quem fale da bicicleta como “alternativa”, palavra

de que não gosto, eu acho que o alternativo é o carro, nós somos os orgânicos. E no ano de 1988 foi quando eu comecei a fotografar profissionalmente com um nível diferente para grandes empresas e publicidade, ganhava mais dinheiro com menos tempo de trabalho. Então comecei a investir um tempo não útil na mobilidade, na proposta de coisas mais sérias em relação a se mover de bicicleta. Foi quando criei o *Night Biker's Club*, um clube que começou a convidar a classe média e a classe média alta a pedalar com bicicletas que agora estavam chegando ao país, que já não eram umas bicicletas entendidas como de trabalhador. Era uma bicicleta com muito valor agregado. O objetivo era pedalar à noite na cidade, para usufruir da cidade de forma ativa, e estas mesmas pessoas que naquela época vinham de carro hoje em dia já se transportam de bicicleta na cidade. Nesta altura negociávamos fervorosamente soluções para bicicletas nas cidades, até então a bicicleta não era incluída no Código de Trânsito Brasileiro. Toda a vez que ela aparecia, era para ser proibida. A bicicleta só passou a ser vista como legal, como direito e como meio de transporte, a partir de 1997, num código de trânsito que entrou em vigor em 1998. No país ainda precisaríamos de 10 anos, mas em 1990 conseguimos passar leis muito importantes na cidade de São Paulo, por exemplo que todas as novas avenidas, viadutos e outras reformas urbanas deveriam ter estruturas ciclovárias. Nunca se cumpriram estas leis, temos um déficit muito antigo. As leis que foram entregues naquela época teriam feito uma revolução pela cidade. Nós éramos ativos, mas éramos sistematicamente não reconhecidos como de legítimo direito, muito apesar das leis que se promulgava. O Brasil tem esta coisa de lei que pega e lei que não pega, e as nossas leis são as que não pegam, são as leis que não satisfazem aos “carrocratas”, as pessoas que estão em cima de um poder que não podem perder em função de leis. Estas leis são sistematicamente desobedecidas.

A coisa tomou uma outra figura em 1995, quando entrei para a televisão. Comecei um jornal de ciclismo muito forte, estava nesta questão da comunicação e da pressão por políticas públicas. Políticas públicas estas que, repito, não eram executadas porque as leis eram sumariamente negadas. Mas em 1997, a partir da discussão do novo Código de Trânsito Brasileiro, participei numa campanha muito grande que foi pedalar de Paraty até Brasília, foram mil e seiscentos quilômetros. Começamos no município de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, e cruzamos este estado e os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, e entramos no Distrito Federal no dia da entrada em vigor do novo Código de Trânsito, exigindo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso<sup>3</sup> trabalhasse no sentido de cumprir este código. Eu até fiz um filme a este respeito que está no nosso canal de YouTube, chama-se “Bicicleta Brasil – Pedalar é um direito”<sup>4</sup> (2018). Este foi praticamente o último trabalho que fiz nesta fase de militância mediática, como eu falo, de cerrar a

comunicação social e fazer a imprensa cobrir o que se está a reivindicar. Depois disso nós ainda fizemos ação, uma muito importante com o prefeito Celso Pitta<sup>5</sup> em São Paulo. No ano de 1996 ainda tentei ser candidata para vereadora para a cidade de São Paulo. E não fui eleita, mas coloquei na pauta da campanha política estas questões.

Ainda nesta altura, no ano de 1999, eu entrei muito séria no trabalho da ESPN (canal televisivo de grelha desportiva), comecei a produzir matérias para televisão. Como a produção recaía em cima do meu budget, fiz um contrato com a TV em que eles me davam o dinheiro e eu fazia o que entendesse com ele. Eu cobria o desporto de alto rendimento, basicamente, bicicleta, ciclismo, *mountain bike*, ciclismo de estrada, BMX<sup>6</sup>, e cobrindo também as pistas de BMX feitas por crianças nas periferias — colocando isto no *mainstream* como práticas de cidadania. Trabalhando todo um *advocacy* da comunicação da bicicleta, e isto só surgiu nesta época. Nesta altura foi muito importante a entrada da internet no circuito, as redes sociais, as salas de discussão. Até então eu estava usando fortemente a televisão como principal meio de comunicação, ainda que produzisse filmes e documentários. Paralelamente, o pessoal se estava organizando sobretudo no início da internet e eu, sem saber, inspirando-os. Este reconhecimento vem de uma inspiração, não tanto de uma proatividade minha, mas de uma inspiração de eu estar pautando o assunto. E continuo nisso.

Começamos a ter o “Dia Mundial Sem Carros”, cada vez com uma massa maior de pessoas a participar. E nas atividades deste dia do ano de 2007 aconteceu uma coisa muito bonita na minha vida. Eu fico até emocionada, porque foi um dia que eu percebi que eu já podia morrer, porque já não precisavam mais de mim! Aliás, já não precisam mais de mim. Isto é muito legal, porque já não está mais comigo, aquele fardo de ter que estar em toda a reunião, de ter que estar provocando, de ter que se desdobrar, de ter que deixar filho de lado. Não, agora não precisam mais de mim. Claro que você está lá, você está presente quando a coisa está delicada, você vai lá, puxa a câmara, bota um microfone na cara das pessoas, dá voz para quem está falando, gravar a voz de quem está prometendo e não está cumprindo. A partir desta época começou, com muita intensidade, a formalização dos cicloativistas. E 2009 também foi um ano muito importante, que foi quando surgiu a Associação de Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidades<sup>7</sup>) na cidade de São Paulo e também o Instituto CicloBR de Fomento à Mobilidade Sustentável (CicloBR<sup>8</sup>). Estas organizações são verticais, com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com eleição, com uma coisa não horizontal, horizontal você está de máscara jogando pedras, lá você tira a máscara, você senta e troca um cartão e negocia. Amadureceu muito rápido o cicloativismo lá em São Paulo e eu fico muito feliz de ter um cargo não eletivo, mas de observadora. E toda a vez que têm conflitos eles me chamam e



falam “você não precisa falar nada. Só em estar lá, a turma se apazigua”. Eu fico muito feliz porque é assim, eu sou muito de “eu brigo, mas não com os nossos. Com os nossos eu busco muito somar com as nossas diferenças”. E às vezes precisamos trazer esta necessidade de somar.

**Eu vejo muitos vídeos seus para aprender dicas sobre bicicleta, e são recursos educativos muito importantes. São importantes para os ciclistas pensarem como é que andam numa cidade, como é que pensam a cidade, e também como olham para a bicicleta. Com isto, começamos a ter uma relação com a bicicleta de maior autonomia, porque não precisamos de nos preocupar com outras pessoas, nomeadamente para consertar a bicicleta. Conseguimos fazer isso com a ajuda do Youtube e dos seus vídeos. Já fez algumas introduções sobre esta questão. Queria que falasse um pouco sobre isso, sobre o impacto do seu trabalho com audiovisual no YouTube nos últimos anos, que chegou a todo o Brasil e a Portugal. Está a fazer muito sucesso e é sobre bicicleta, sobre como andar, como pensar, um pouco de tudo.**

Quando eu comecei a pedalar e a descobrir uma cidade nova, era uma cidade de um país que uma mulher não podia trabalhar depois das seis da tarde, a mulher não podia viajar sem autorização do marido, era um espaço em que a mulher não podia ir para a rua. Quando eu comecei a pedalar como meio de transporte, era uma coisa muito interessante porque as pessoas viam uma pessoa numa bicicleta, não era um homem ou mulher, era um “it”, até o pessoal entender que era uma mulher pedalando e eventualmente mexer ou soltar um texto de violência, eu já tinha passado. Por isto, muito rapidamente eu comecei a proteger-me na bicicleta e ter uma carga de amor muito grande em relação a isto. Sabe quando você se explode de amor, de estar gostando e adorando aquela aventura de andar na cidade, descobrir novos caminhos, descobrir novas trilhas, novos lugares maravilhosos?... E você rapidamente quer passar isto para os outros. Toda a minha carreira vem desta vontade de que os outros também vivenciem aquilo que eu estou a vivenciar.

Quando eu fui para a faculdade de Arquitetura, entendi que aquela Arquitetura que eu estava aprendendo não era a profissão que eu queria exercer. Eu queria estar na rua e comecei a fotografar e pedalar muito. Assim que saí da faculdade, entrei para o jornalismo. E procurei ser uma jornalista contadora de histórias e com toda aquela munição de querer que as pessoas façam aquilo de que eu gosto. Embora eu trabalhasse como fotógrafa num grande jornal, rapidamente consegui uma vaga para escrever e fotografar no turismo. E criei uma sessão nova de turismo de aventura. Nesta época eu até nem pedalava tanto. Pedalava como meio de

transporte, mas não havia a *mountain bike* ainda. Era 1984/85, eu ia para as trilhas com bicicletas, mas eu fazia matéria de mergulho, de escalada, matéria de caminhada. Sempre propondo através da minha vivência “venha você também, se eu faço, você também faz”. Porque eu não faço coisas arriscadas. Eu faço coisas sempre na pegada que eu não sou melhor que ninguém. Porque se eu faço, você faz. E eu sempre terminava as matérias que fazia na televisão com: “está aqui na sua telinha o *link* do site para você também vir fazer o que eu estou fazendo”. Apesar de eu ter uma profissão que cobria o alto rendimento, quando eu pautava, cobria sempre aquilo que é possível para todos, para famílias e especialmente para as mulheres. Mas sem distinção, “isto aqui é de mulher e isto aqui é de homem” não, não, não! Aqui você não precisa força, você tem que ter só inteligência e agilidade.

Eu demorei muito para conseguir entrar na televisão, isto foi um projeto de vida como também fazer aquilo que chamamos de videoreportagem, que é fazer matérias com uma pessoa só, com equipamentos leves, compactos. Não é que eu não quisesse ir com mais alguém, era por uma questão de custo. Porque quando eu consegui finalmente entrar na televisão, a mim cabia só os desportos que eles não queriam. Que não era o futebol, era os desportos que não davam medalhas para o Brasil, que eles não conseguem cobrir e que eram os desportos que cansam muito para você subir a montanha para falar com as pessoas. Com isso, criei um departamento dentro da TV, que era a videoreportagem, e nisso eu sou bem precursora no Brasil, que é trabalhar com essa linguagem de uma câmara só. Eu vinha de fotografia publicitária e já tinha uma noção muito forte de fotografia de cinema, já fazia rádio, já tinha tido um jornal próprio; por tudo isto eu dominava muito o texto, a foto e falar na mídia. Portanto, quando comecei a fazer videoreportagem foi só uma soma destas coisas e ter agilidade da edição para criar conteúdo para a TV, onde é tudo muito pequenino, muito curto, tem que ser muito ágil para não perder a audiência.

Assim, eu sou a única que filma ciclismo de alto rendimento, sou a única que filma prova feminina, os homens ficam com a prova masculina. Quando estava na televisão e ia editar o material gravado nas provas femininas de ciclismo, percebia um problema. Eu via que o empenho que as mulheres tinham, pelo menos no Brasil, era diferente do empenho masculino. Não eram tão competitivas durante grande parte da prova, via-se que estavam sempre a neutralizar para resolver a prova nos últimos 300 metros. Eu chegava para elas e falava que estava na televisão a tentar colocar a prova, mas o que eu filmo de vocês é neutralidade, e elas diziam-me “é o meu técnico que não quer que eu faça fuga”, e eu respondia-lhes que enquanto não tiverem competições com luta, eu não vou conseguir batalhar junto dos meus editores, que são homens, e que estão em cima da audiência e da adrenalina. Com

provas assim, não tenho condições de ficar batalhando, “preciso que vocês deem sangue, e eu dou sangue também e aí vão ter um bom espaço”. E agora a mulherada no Brasil está-se mostrando, dá uma olhada no World Cup Feminino, estão com sangue nos olhos, isto é legal, porque consigo brigar para que os homens vejam. Não é só dizer que não há espaço, é preciso a mulherada “dar sangue”.

Quando a ESPN acabou com o departamento de desporto para além do futebol, eu criei o Bike é Legal, que é uma rede que está num canal de YouTube e está sempre a dar dicas, como comentaste. A partir do momento em que temos o nosso próprio canal, só fazemos o que bem entendemos. Nós começamos a trabalhar em cima daquilo que eu não conseguia fazer na televisão, que é ensinar o básico e bater muito na mesma tecla, pois eu não acredito que a bicicleta seja complicada, ela é muito simples. Para demonstrar isto, no início do canal, destrinçava uma bicicleta para explicar e demonstrar quão fácil era fazer aquilo que eu estava a fazer. E ainda assim havia uns comentários bem machistas do tipo “o que é que essa velha entende” e eu pensava “eu não entendo nada, eu só fiz cálculo num estrutural de vigas e eu não entendo nada”. Eu me lembro de ter feito uma matéria há dois anos atrás com um grande amigo que trabalha comigo. E pedi-lhe para fazer o teste de uma *mountain bike* de carbono, enquanto eu gravava ele falava da bicicleta. E ele perguntou-me “Renata, o que falo sobre esta bike?”, e eu respondo-lhe “desta bike, fala isso, isso e aquilo...” e ele falou “esta bike, isso, isso e aquilo...”. E veja, os comentários sobre este vídeo eram “este cara é que entende!” (risos). Ele deu a minha pegada e é “este cara é que entende e a outra não entende nada”. Então, eu pensei “estamos, de alguma forma, no caminho certo”. Atualmente, eu procuro aprofundar com muita simplicidade as coisas mais difíceis e evitar o “falar difícil”. E o nosso grande desafio é trazer mais mulheres para o canal. Que por mais que seja eu, uma mulher, por mais que eu descomplique, a mulherada não está lá. Poucas com mais de 50 anos, a maior faixa é entre 16 e 35 anos. No total, são só 12%, já foram 9%, estamos crescendo.

**Passando agora para outro assunto, aqui em Portugal, na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré cerca de 300 a 400 dos estudantes vão para escola de bicicleta, perto da metade do total de estudantes desta escola.**

Onde fica?

**No município de Ílhavo, perto de Aveiro.**

E sempre foi assim?

**Já faz algum tempo, porque passou de pais para filhos. Por exemplo, as mães andavam de bicicleta para trabalhar...**

Eu vou voltar cá para ir filmar isso.

Eu estive lá, há pouco tempo, com o propósito de conhecer a escola e os projetos que estão a ser desenvolvidos sobre bicicletas. E é interessante ver que a garagem da escola é imensamente ocupada por bicicletas e poucas com cadeados a prendê-las.

E não está diminuindo?

Não, não está. Este fenómeno português é pouco conhecido, eu soube por causa de uma reportagem na imprensa portuguesa<sup>9</sup>. Estas cidades não são valorizadas. O que é valorizado é o que acontece nos grandes centros urbanos.

Pegando nisto, faça uma pergunta; no seu filme “Elo Perdido – O Brasil que Pedala<sup>10</sup>” é abordada a questão da entrada de bicicletas na agenda política das cidades nos últimos anos. Em Lisboa, há pouco menos de dez anos atrás, praticamente não existiam estruturas, a bicicleta era quase invisível no espaço lisboeta. Em poucos anos houve muito investimento aqui em Lisboa, criaram-se as Giras, as bicicletas partilhadas do município, e muitas ciclovias. No Brasil aconteceu a mesma coisa nas grandes cidades. Porém, nos exemplos que apresentou no filme, a bicicleta é uma constante. Nomeadamente, Afuá (município do estado do Pará), onde praticamente toda a população do município anda de bicicleta e o carro motorizado está proibido, ou na balsa de Santos (município do estado de São Paulo) em que vemos uma balsa (*ferryboat*) a chegar ao seu porto e a maioria das pessoas ali estão com a sua bicicleta para seguirem para o trabalho.

Gostava que comentasse essa questão. Há cidades que criam condições e infraestruturas para andar de bicicleta, e se popularizam por isto, mas há outras cidades onde já se andava de bicicleta há um tempo atrás e não eram tão famosas por isso.

**Qual a sua percepção sobre estes contextos?**

Quero mesmo conhecer essa cidade.

Então, eu idealizei esse filme, o “Elo Perdido”, há mais de 14 anos atrás. Eu sabia da cidade de Afuá, e previa ir para uma série de outras cidades, no norte e nordeste do Brasil. Por fim quando eu tinha dinheiro para fazer, liguei para o meu amigo lá de Teresina (Piauí), e ele disse, “Renata, nem vem para cá. Tudo aquilo que você viu acabou.” Nessa pré-produção do filme, eu procurei locais onde as bicicletas não estavam diminuindo.

O caso da balsa de Santos está relacionado com uma lei que foi aprovada no Estado de São Paulo, esta lei diz que todas as estradas teriam que ter ciclovias e o ciclista não precisaria de pagar pedágio (portagem) em travessias como as das balsas. Os ciclistas que usam esta balsa pedalam uns oito quilômetros por dia, casa-trabalho. Para o trabalhador paulistano é caro pagar 80 centavos por dia para ir trabalhar, aquela balsa persiste porque eles obedecem à lei e não cobram e também devido à questão de ser mais rápido ir para o trabalho de bicicleta e balsa do que de ônibus (autocarro).

O filme abre mostrando o que aconteceu com o Brasil. A bicicleta era um bem de consumo, muito valorizada e acessível a todos. Nos censos brasileiros existia uma ausência de perguntas relacionadas com a quantidade de bicicletas que as famílias tinham em casa. Perguntava quantos rádios, carros, banheiros as famílias tinham, mas não perguntava quantas bicicletas. E eu acho que isso é totalmente intencional, pois promove uma indústria — o motorizado. A bicicleta está totalmente associada a um não desejo da política pública, porque na cabeça deles, não está a promover a economia. Eu tenho até um apontamento para dizer sobre isso, que é o motivo do porquê eu me desfiliei do Partido dos Trabalhadores (PT). Quando lá estava, diziam me “todo o mundo a morrer de fome e você só fala de bicicleta, nós do PT queremos luxo para todos e carro para todo o mundo”. Isso em 1984/5, eu falei “até logo, a esse partido eu não pertencço”. O Lula fez crédito para carro, em vez de criar transporte público. Ele é brilhante, mas nesse caso...

**É continuidade daquilo que já se fazia nos anos 50/60, que foi inativar a ferrovia e construir estradas no país todo. Há um déficit gigante de ferrovia por causa disso.**

Pois é, isto é uma continuidade de política direcionada aos carros. Mas também pouco pensada para intermodalidade. No filme, aborda-se a questão do estacionamento de bicicletas a partir de um conflito que houve numa estação ferroviária de Mauá (município de São Paulo). As pessoas colocavam as bicicletas amarradas às grades da estação, junto das casas, por todo o lado e isso causava transtorno e atrapalhava a fluidez dos passageiros. A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) procurou dar resposta a este problema atribuindo a um dos seus funcionários a tarefa de proibir o estacionamento das bicicletas naquelas condições; em vez de simplesmente proibir, este funcionário deu resposta ao problema fundando o Ascobike<sup>11</sup>, um espaço de estacionamento de bicicletas — bicicletário. Este bicicletário recebe mais de mil e duzentas bicicletas todos os dias.

Voltando para São Paulo, temos uma gestão estadual e a Prefeitura unificada na ideia que as ciclovias são para ser faladas, discutidas, mas não implementadas e

muito menos com manutenção regular. Só que, por conta das bicicletas compartilhadas, por conta de um desejo da população, houve um aumento enorme no uso da bicicleta. As ciclovias que pela lei deveriam ter sido realizadas em 1996 — por causa da lei de 1990, que mencionei anteriormente — só foram realizadas em 2013. Apesar de ter sido uma ciclovia que demorou muito tempo para ser realizada, ela já está saturada. Ao ponto de ter entre 8 mil e 10 mil ciclistas por dia.

Ainda no filme, quando falamos do Rio de Janeiro, vê-se a questão dos trabalhadores. Com as infraestruturas cicloviárias, que foram das primeiras do Brasil, ao longo da orla, toda aquela logística de distribuição é feita por triciclos, e por gente que não tem carro, e também há crianças pedalando, a cidade do Rio de Janeiro nunca deixou de pedalar!

Sobre Afuá, é uma cidade em que todas as matérias que eu conheço focam numa coisa que eu nem mostrei no filme. Está lá no visual, mas eu nem falo — é o bicitáxi, uma bicicleta dupla, com quatro rodas que se assemelha a um carrinho. Aquilo é o objeto de desejo de todas as matérias sobre Afuá, a réplica do carro. E ignoramos isto, porque o bicitáxi é responsável por menos de 1% das viagens da cidade. A bicilância, ambulância em bicicletas, é feita a partir daquilo. Lá os bombeiros têm um carrinho de apagar incêndio movido a bicicleta. A população chegou a ter motos lá, mas depois de dois meses o Prefeito entendeu que as motos iriam destruir as palafitas feitas de madeira e também por causa dos riscos de acidentes. Assim foi proibido, e a população apoiou. Tanto é que eu fui ver a lei de lá, a lei não fala de motor, fala de matriz energética e peso. Tanto que uma bicicleta elétrica, segundo aquela lei, poderia entrar naquele município, mas eu não expliquei muito isso no filme, que é para as pessoas não terem ideias. Afuá é lugar que funciona de forma completamente orgânica, não tem uma placa de sinalização, não tem nada, é algo que nem em Amsterdão conseguimos ver.

Então é assim, o filme busca lugares onde ainda existe a bicicleta. Agora nós temos cidades, como por exemplo Cáceres (Mato Grosso), que tinham 80% das viagens sendo feitas em bicicletas, hoje caiu para 17%. É uma cidade em que a motorização está estragando de tal maneira, que eu não fui lá mostrar. Eu não busquei nenhum lugar em que a bicicleta está perdendo. E foi de propósito!

Agora o Brasil fabrica quase dois milhões de bicicletas por ano. Nós temos um parque fabril enorme. Onde estão estas bicicletas? E o mais interessante, que com a gentrificação da bicicleta, que você vê na cidade de São Paulo, onde tem gente gastando 10 mil reais numa bicicleta e gente com bicicletas de 300 reais... Quanto deve dar em euro?

**Atualmente, uns 80 euros...**

Entre 80 e 2 mil euros. Tem de tudo lá! Agora, o que é interessante é que a indústria não consegue mais fornecer a bicicleta de 80 euros, as bicicletas do trabalhador brasileiro, isto devido à taxação. Estas bicicletas são montadas em oficina fundo de quintal, por exemplo, lá na cidade da Afuá, as bicicletarias vendem 30 a 40 bicicletas por mês. Coisa que para uma cidade de São Paulo é um bom negócio. Devido a estas informalidades, não temos uma estimativa correta de quantas bicicletas montadas em bicicletarias são feitas no país, e por mais que a indústria formal critique isso, a indústria formal não quer esse negócio, porque são muitos clientes, com baixo valor agregado e muita manutenção para fazer. Então eles preferem vender menos bicicletas, mas com maior valor agregado. Mas este mercado mais informal pode ser muito representativo, eu acho que deve ser mais do que 50% do mercado formal. Ele é abastecido por quadros feitos no Brasil, montados em oficina de fundo de quintal. Conseguimos ter uma ideia da dimensão desse mercado por conta do número de pneus que são vendidos no mercado brasileiro, só por isso.

**Falando disso ainda: durante a UAF falou que era preciso “Afuanizar as cidades” e não “Copenhizar”, pode explicar essa ideia? Tendo em conta, por exemplo, que aqui em Lisboa, nos próximos anos, se pretende duplicar o tamanho das cicloviárias que existem na cidade, atualmente existem 100 km, propõe-se chegar aos 200 km até 2021.**

Vai ser muito difícil internacionalizar o termo “Afuanizar”, não é? (Risos) Então, vou explicar bem a diferença.

Afuá é uma das cidades que tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). É uma cidade em que o rendimento per capita é muito baixo, mas ao mesmo tempo é uma cidade que tem índices de violência muito baixos. Então é uma cidade em que é muito mais identificável a realidade de “Terceiro Mundo”. Você vai para Copenhaga e o IDH deve ser dos melhores do mundo, com rendimento médio relativamente alto. Mas em nenhum lugar no mundo em que eu já pedalei, como Copenhaga ou Amesterdão, nestes lugares eu nunca vi uma criança de 7 anos pedalando e levando uma outra para a escola na mesma bicicleta. O acesso de uma criança à cidade se dá pela total ausência de velocidade nos caminhos. Eles são olho no olho e velocidade orgânica. Isso é muito interessante, quando lá, em Amesterdão, quase ia criando acidente por não dominar isto completamente.

E tem mais, eu não sei quais são os índices em Copenhaga, com certeza que são altos — em Amesterdão são altos. Em Afuá, o índice de mulheres que pedala é de 52,54%. Afuá consegue pela simplicidade, pela baixa velocidade de toda aquela cidade, ser uma cidade realmente acessível às crianças, adultos, velhos e pedestres.

Isto não é uma questão de ciclovia, é uma questão de que o espaço onde as pessoas vão a pé, outras vão de bicicleta, e até os cachorros não têm problemas naquela cidade. Então é assim: eu vejo que o conceito de Afuá é muito superior a qualquer um de Copenhaga pela raiz, simplicidade, organização e descomplicação. Tanto que eu projetei o filme Afuá e me sentia até envergonhada porque nada daquilo que eu estava mostrando era novidade para eles. Agora o que era novidade é que eles eram tão interessantes e importantes. Aquilo tocou-lhes — “Poxa vida, nós somos interessantes porque somos o que somos”. No fim da projeção do filme com eles eu me senti aliviada, pensei “tem sentido em projetar esse filme aqui”. Era uma novidade mostrar-lhes que não havia lugar no mundo onde uma criança de 7 anos levava uma de 3 anos na mesma bicicleta e nenhuma mãe estava desesperada. Isto não acontece em Amsterdão ou em Copenhaga, não dá para você soltar uma criança de 3 anos numa cidade como Copenhaga, porque lá existe carro.

**Passava agora às questões mais relacionadas com a democracia. No seu documentário, Afuá é apresentada como um lugar muito democrático, a bicicleta é um meio democrático, é um meio de acesso fácil para todos, é barato e acessível. O documentário propõe essa questão de classes — da bicicleta ser acessível para todos. E como já se falou anteriormente, também acessível independentemente de género e etnia. E sei que é uma defensora da necessidade de incluir estas questões no discurso sobre bicicletas, como também dá importância a incluir a questão das pessoas com mobilidade reduzida, porque não são só homens que andam de bicicleta. No seu canal de YouTube, como já falou, há uma percentagem baixa de mulheres que acompanham e gostaria de chegar a mais mulheres. Como é que estas pessoas podem ocupar e usar a bicicleta na cidade? As mulheres e pessoas de outras origens? As pessoas imigrantes e refugiadas? Gostaria que apresentasse um pouco o que pensa sobre estas questões e a sua reflexão sobre a relação entre bicicleta e democracia.**

A bicicleta ela é tão gentil, não é? Sobre as pessoas refugiadas, o Brasil está recebendo uma onda muito grande da Venezuela. Tive a oportunidade de fazer um filme curto, de sete minutos, sobre uma oficina que o Aromeiazero, que é uma entidade lá de São Paulo, está fazendo com refugiados venezuelanos para ensiná-los a trabalhar com bicicleta, dando-lhes possibilidade de trabalhar como empreendedores a partir da bicicleta no Brasil. O que me incomodou naquele documentário é ver quem eram aquelas pessoas. Eles eram pós-graduados, professores, pessoas com formação muito maior que a minha, em termos de estudos, e estão lá a trabalhar para serem mecânicos de bicicletas para comecem a ter outra vida. Como é que os



refugiados estão a chegar ao Brasil, como é que eles podem locomover, como é que eles podem começar a trabalhar, sabendo que tudo é tão caro? É uma opção de quem não tem opção, começa pela bicicleta. Não é só para ir à procura de trabalho, mas eventualmente para trabalhar naquilo. Existem muitas oportunidades como mecânicos em oficinas mecânicas em São Paulo. Uma outra oportunidade muito grande que está acontecendo com bicicleta, e não estamos conseguindo impedir a sua precariedade, é esse fenômeno que são os entregadores por aplicativo. Então imagina a cidade de São Paulo com 17 milhões de habitantes e as pessoas vêm de 30 a 40 km da periferia para o centro para trabalhar. Não é que o transporte público seja ruim, mas nenhum transporte público no mundo consegue trazer 5 milhões de passageiros de manhã e devolver 5 milhões de passageiros à tarde sem ser um caos, é o que faz São Paulo todo dia — por isso é caro e é ruim.

**(risos) Isso é metade de Portugal, que tem 10 milhões de habitantes. Metade de Portugal vem para cá e metade vai para lá.**

Muitas destas pessoas são jovens que estão vindo de uma periferia muito longe e de uma realidade muito precária. E conhecemos muito bem a oferta de trabalho que encontram mais facilmente: é fazer aviãozinho (entrega) para traficante. Um rapaz de periferia hoje tem mais chance de pedalar do que um do centro da cidade, melhor posicionado. Os de classe mais alta não conseguem pedalar e os de periferia conseguem porque têm acesso à bicicleta mais facilmente. Vêm todos os dias da periferia para o centro para trabalhar em empresas de entrega por aplicativos e serem mini empreendedores super precarizados. Quero muito fazer um filme sobre isso, sobre essa realidade, sobre o que isso está impactando na família destas pessoas, num país que está com 12 milhões de desempregados. Eles têm 18 anos e nenhuma perspectiva de emprego. As pessoas criticam-nos porque ficam empinando<sup>12</sup> a bicicleta, mas eu fico aplaudindo. Primeiro porque eu não sei empinar, segundo porque eles estão mostrando, com evidência, o quanto precisam de seus serviços reconhecidos, e o quanto são hábeis e o gostam da bicicleta. Por outro lado, a circulação de bicicleta entre a periferia e o centro é um caos e um horror, as pessoas são atropeladas na rua, ninguém pára, ninguém respeita. Em suma, a realidade destes jovens é essa: precarizadíssima.

Um outro impacto muito grande que está a acontecer é o surgimento dessa bicicleta gentrificada, que está acontecendo em São Paulo. No *take* de fechamento do filme “Elo Perdido” o foco está nos pés de várias pessoas que estão a pedalar, e vê-se uma pessoa pedalando com melissinha, outra com galocha de açougueiro, e sapato de couro que custa caro, e ténis — isto é uma grande inclusão social. As

peças desta classe social que se prendia no carro, a segregação era sinónimo de segurança para eles, agora eles estão entendendo que isto não faz sentido. O que faz sentido é aceitação, é o convívio, é o compartilhamento, é estar junto. Eles não gostam de ver estes jovens empinando a bicicleta, mas estão dividindo espaço público com eles. Sabe quando eles iam dividir algum espaço? Se fosse na calçada, nunca. Se fosse no trem/ônibus/metro, nunca. E eles estão pedalando lado a lado. Ouvindo a gíria deles. Por exemplo, quando estão parados no sinal, imagina que estes jovens da periferia perguntam “esse teu freio é a disco? é a disco mecânico?”<sup>13</sup>. Os de classe média/alta ficam logo apavorados, porque acham que vão ser roubados. Mas se eles começarem a conversar, pode-se criar uma grande amizade ali. Entendeu? Isto está provocando nessa classe média/alta brasileira, que é muito segregada, fechada na bolha e que tem medo do espaço aberto, um entendimento do valor do espaço público e da sua ocupação.

**Esta minha última questão está relacionada com aquilo que acabou de falar. É uma questão sobre o Brasil atual. Qual é, na sua opinião, o peso das políticas de governos como o de Bolsonaro para as cidades e o uso da bicicleta? Em vários dos seus discursos, o atual governo brasileiro valoriza o carro, e tudo o que está relacionado a ele. Qual é o impacto nas cidades brasileiras?**

A pergunta é bem complexa, porque eu tenho um certo receio de associar a promoção da mobilidade da bicicleta a uma pegada da esquerda e a promoção da mobilidade de carro a uma pegada da direita, muito embora no atual cenário da cidade de São Paulo possa ser entendido dessa forma. Porque essa confusão é muito perigosa, em todos os sentidos. Primeiro, porque ocupação do espaço público, você transportar e fazer as cidades mais humanas, tem que ser política de governo independente da tendência. Você não pode deixar de promover saúde pública, que as pessoas escovem os seus dentes todos os dias, tomem os seus banhos, tudo, porque você é de direita ou esquerda. E eu vejo da mesma maneira a promoção do espaço seguro a todos. Porque quando se fala em mobilidade da bicicleta ou mobilidade das pessoas, nós estamos desenhando cidades que tenham uma menor taxa de morte de pessoas nas ruas por acidentes automobilísticos. Isto é perigoso. Mas respondendo à tua pergunta, vou dar um exemplo. Quando João Dória<sup>14</sup> era prefeito, criou um *slogan* chamado “acelera, São Paulo”, e acelera com um “V” deitado<sup>15</sup>. Isto era um contraponto a Fernando Haddad<sup>16</sup>, que é do PT e tirou a cidade de um vácuo, um atraso muito grande das políticas públicas voltadas para as pessoas da cidade. Haddad executou ciclovias que estavam desenhadas há 20 anos, tirou do papel uma coisa que já estava negociada e acertada, e que estava sempre a não ser

respeitada. Dória, com esse “acelera”, de fato aumentou as velocidades na marginal, e também aumentou consideravelmente as mortes de pedestres e ciclistas nesses últimos 3 anos na cidade. E ainda dizem “mas nem aumentamos a velocidade nas ruas!”, como sabemos ele mandou a população “acelerar”. E a população tornou-se não calma, mais agressiva, e já associando que todo ciclista era de esquerda, já ia atropelando. O atual presidente já anunciou que não vai renovar com a companhia que opera os radares nas estradas, numa entrevista disse que esses radares “tiraram o prazer de guiar”. Ele está flexibilizando e institucionalizando ainda mais a impunidade. Veja outros exemplos, ele pretende que uma pessoa não perca a carta com 25 pontos, quer que seja com 40 pontos; ou o seu objetivo de flexibilizar o uso das cadeirinhas para as crianças nos carros. Eu fico pensando, “será que isso é de direita? Será que os militares querem isso?” – imaginando que os militares sejam de direita. Eu não gostaria de estar associando isso como sendo de direita, mas sim como uma pessoa extremamente egoísta e sem visão estadista. Um estadista tem que proteger a população e não pode ser o que ele está sendo, que é uma pessoa extremamente arrogante, inexperiente e, na minha opinião, burra. Há estudos que dizem que se você fizer tal coisa de acordo com os números, acontece outra, mas ele nega os estudos. Desculpe, eu não sou de direita, mas se fosse me sentiria muito ofendida, se fosse associada a este tipo de coisas cretinas a ser de direita. Agora falando de democracia: este presidente é totalmente antidemocrático. O nosso prefeito anterior, Haddad, é extremamente democrático, e fez acontecer as estruturas cicloviárias com muito debate. A direita não viu isto porque não queria ver. Eu não acho que Haddad seja de esquerda. Ele é um humanista.

### **Acho que é tudo. Não sei se gostaria de acrescentar mais alguma coisa...**

Eu só imagino que essa onda mais reacionária do mundo atual é contra a ocupação dos espaços públicos. Porque os espaços públicos não ocupados facilitam as ditaduras. Eu me lembro quando era criança e vivia na ditadura brasileira, 4 ou 5 pessoas eram dispersadas por policiais nas ruas porque era muita gente conversando para eles. O direito de ir e vir não pode acabar dessa maneira só porque a direita não quer gente ocupando o espaço público.

### **Notas:**

- 1 Link para o site da UAF: <https://uafestival.wordpress.com/uaf/>
- 2 Link para o site: <https://bikeelegal.com/>
- 3 Presidente do Brasil de 1995 a 2002.

- 4 Link para o documentário: [https://www.youtube.com/watch?v=MRadb3\\_guDk&t=172s](https://www.youtube.com/watch?v=MRadb3_guDk&t=172s)
- 5 Prefeito da cidade de São Paulo entre 1997 e 2001.
- 6 Nota dos autores: A sigla significa *Bicycle MotoCross* e serve para designar o desporto com bicicleta realizado sobre pistas de terra.
- 7 Link para o Ciclocidades: <https://www.ciclocidade.org.br/>
- 8 Link para o CicloBR: <http://ciclobr.org.br/home>
- 9 Link para notícia: <https://www.dn.pt/sociedade/da-pasteleira-a-bmx-uma-cidade-onde-as-bicicletas-tem-prioridade-5499900.html>
- 10 Link para o filme: <https://www.youtube.com/watch?v=e7BqJUyBgFY&t=638s>
- 11 Link para Ascobike: <http://www.ascobike.org.br/>
- 12 Nota dos autores: Prática de colocar a bicicleta na vertical, com uma roda só, sem por os pés no chão.
- 13 Nota dos autores: Travões de bicicletas mais caros nos mercados habituais.
- 14 João Dória é atualmente governador do estado de São Paulo, anteriormente a este cargo, era prefeito do município de São Paulo (2017-2018), abandonou o cargo, ainda antes do término, para se candidatar a governador do estado paulista.
- 15 Este *slogan* era representado pelo gesto com dedos da mão em forma de “V” na horizontal.
- 16 Ex-prefeito do município de São Paulo (2013-2017) e candidato a presidente do Brasil no ano de 2018.

**Data de submissão:** 25/07/2019 | **Data de aceitação:** 15/07/2020



# NORMAS PARA AUTORES

# SUBMISSION GUIDELINES



## NORMAS PARA AUTORES

1. A SOCIOLOGIA *ON LINE* só aceita propostas para publicação de artigos originais, que não tenham sido anteriormente publicados nem que estejam em revisão noutra revista;
2. Os artigos poderão ser escritos em Português, Inglês, Francês, Espanhol ou Italiano;
3. Os artigos deverão ser submetidos para [sociologiaonline@aps.pt](mailto:sociologiaonline@aps.pt);
4. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os artigos. No caso dos artigos se adequarem à SOCIOLOGIA *ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as. Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da SOCIOLOGIA *ON LINE*.
5. Todos os artigos serão sujeitos a um sistema de deteção de plágio, implicando a sua deteção o impedimento de publicação do trabalho submetido e de outras publicações durante um período de tempo a definir pela Direção da revista;
6. Os artigos propostos à SOCIOLOGIA *ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte *Times New Roman* e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as;
7. Os artigos não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas finais e referências bibliográficas. Os textos de reflexão e ensaios não devem ultrapassar 6000 palavras, e as resenhas as 1500 palavras;
8. Sugere-se que os autores sigam a seguinte estrutura geral de artigos: Introdução; Enquadramento teórico; Metodologia; Resultados; Conclusões; Agradecimentos (opcional); Notas (opcional); Referências;
9. As notas devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo, e situar-se-ão no final do texto, imediatamente antes das “Referências”;
10. Os textos escritos em Português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”;
11. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os textos poderão apresentar no máximo 6 tabelas e 6 figuras. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a *Bold*, centrados, em corpo

- 12 e fonte *Times New Roman*; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título do gráfico/ tabela e um espaço entre o título e o respetivo gráfico/ tabela. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte;
12. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:  
EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais  
TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi;
  13. Os artigos devem ser acompanhados de um título em Português e em Inglês; um resumo de 150 palavras em Português e outro em Inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em Português e 4 palavras-chave em Inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto;
  14. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de *email*. O autor de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa;
  15. No caso dos textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após as “Conclusões” e antes das “Notas finais” e “Referências”;
  16. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas *APA 6th Edition*;
  17. Os direitos de *copyright* são pertença da *Associação Portuguesa de Sociologia*. Todos os artigos encontram-se disponíveis livremente em <http://revista.aps.pt/pt/inicio/>



## SUBMISSION GUIDELINES

1. *SOCIOLOGIA ON LINE* publishes original research on Social Sciences that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere;
2. Articles may be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian;
3. Manuscripts must be submitted to [sociologiaonline@aps.pt](mailto:sociologiaonline@aps.pt);
4. All articles are initially evaluated by the Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa. The Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE* is responsible for the final publication decision;
5. *SOCIOLOGIA ON LINE* uses a plagiarism detection software. Authors found to have plagiarized the work of others or their own will not be able to publish the submitted work and other publications in *SOCIOLOGIA ON LINE* during a period of time to be established by the Journal's Direction;
6. Manuscripts proposed to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles;
7. Manuscripts should not exceed 9000 words, including final notes and bibliography. Reflections should not exceed 6000 words, and book reviews 1500 words;
8. Authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Methodology; Results; Conclusions; Acknowledgments (if applicable); Notes (if applicable); References;
9. Notes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article. All notes must be placed at the end of the text, just before the "References";
10. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement;
11. Non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. A maximum of 6 tables and 6 figures is allowed. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet;

12. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:  
EPS (or PDF): Vector drawings  
TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution;
13. All manuscripts must present a title in Portuguese and a title in English. In addition, all articles must present a summary of 150 words in Portuguese and a summary of 150 words in English (including a brief introduction to the study and its theoretical and methodological approaches; the major results; conclusion and the relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text;
14. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (*e.g.* University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. The correspondence author must present the complete institutional address;
15. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”;
16. Citations, references in the text and bibliographic references must comply with the APA 6th Edition;
17. The *Associação Portuguesa de Sociologia* retains copyright of all published manuscripts. All texts are freely available at <http://revista.aps.pt/en/home-page/>